2003 - 2013

UMA NOVA POLÍTICA EXTERNA

GILBERTO MARINGONI
GIORGIO ROMANO SCHUTTE
GONZALO BERRON
Organizadores

2003 - 2013

UMA NOVA POLÍTICA EXTERNA

2003 - 2013

UMA NOVA POLÍTICA EXTERNA

GILBERTO MARINGONI
GIORGIO ROMANO SCHUTTE
GONZALO BERRON
Organizadores

1ª Edição

GRÁFICA Copiart EDITORA

Tubarão-SC
2014

Copyrigth dos organizadores, 2014.
Todos os direitos reservados.

Preparação de texto
Marcel Fernandes
Gilberto Maringoni

Fotos
Roberto Parizotti

Projeto gráfico, diagramação e capa
Rita Motta - Tribo da Ilha, sob coordenação da Gráfica e Editora Copiart

Impressão
Gráfica e Editora Copiart

Ficha Catalográfica

D68 2003 - 2013 : uma nova política externa / Gilberto Maringoni, Giorgio Romano Schutte, Gonzalo Berron (organizadores). - - Tubarão : Ed.Copiart, 2014.
256 p. : il. ; 23 cm.
ISBN 978-85-8388-023-3

1. Brasil - Relações exteriores - 2003-2013. 2. Brasil - Política e governo. 3. Política internacional. 4. Relações internacionais - Congressos. I. Maringoni, Gilberto. II. Schutte, Giorgio Romano. III. Berron, Gonzalo. IV. Dois mil e três a dois mil e treze : uma nova política externa.

CDD (22. ed.) 327.81

Elaborada por Sibele Meneghel Bittencourt - CRB 14/244

Sumário

Prefácio 1

1 **Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI)** 3

2 **Apresentação da Conferência** 7
Iole Ilíada Lopes, Luis Marinho, Hélio Waldmann

3 **Próximos anos: cenários e desafios da política externa** 15
Antonio de Aguiar Patriota

4 **Início de uma política externa altiva e ativa** (Apresentação: Victor Marchetti) 31
Celso Amorim

5 **2003-2013: O Brasil frente aos grandes desafios globais** 53
Samuel Pinheiro Guimarães, Pedro Bocca, Paulo Fagundes Vizentini

6 **Avanços, impasses e desafios da integração** 81
Maria Regina Soares de Lima, Marco Aurélio Garcia, Valter Pomar

7 **A política externa brasileira e a crise internacional** (Apresentação: Virgínia Barros) 121
Adhemar S. Mineiro, Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva

8 **O futuro da política externa brasileira: desafios e perspectivas** (Apresentação: Luiz Dulci)..... 139
Artur Henrique, Jackson Schneider, Maria do Rosário, Nelson Pellegrino, Sebastião Velasco, Vera Masagão Ribeiro

9 **O Brasil no mundo: mudanças e transformações**..... 169
Luiz Inácio Lula da Silva

10 **Resenhas sobre as mesas de debate**

Mesa 1: Política externa brasileira e defesa..... 179
Luiz F. Franco

Mesa 2: Cooperação internacional para o desenvolvimento 182
Bia Ribeiro

Mesa 3: A política externa brasileira e as novas coalizões internacionais 184
José Paulo Guedes Pinto

Mesa 4: A política externa brasileira e o meio ambiente.... 187
Marcel Fernandes

Mesa 5: A política externa brasileira vista pelos países vizinhos 190
Marcel Fernandes

Mesa 6: Política externa brasileira, comércio internacional, investimentos e assimetrias..... 194
Diana Aguiar Orrico

Mesa 7: A política externa brasileira e os entes federativos..... 197
Diogo Bueno de Lima

Mesa 8: Política externa brasileira, soberania e direitos humanos 201
Camila Koch

Mesa 9: A política externa brasileira e as relações com a África 209
Diego Azzi

Mesa 10: A política externa brasileira e a relação com a sociedade civil..... 212
Alana Moraes e Táli Pires

Mesa 11: A política externa brasileira e o Oriente Médio 214
Jean Tible

Anexo

Carta apresentada ao Ministro Antonio Patriota 217

Programa da Conferência 221

Cartaz..... 231

Fotos..... 233

Prefácio

Este livro busca reproduzir os ricos debates e análises realizados ao longo da Conferência Nacional *2003-2013 Uma Nova Política Externa,* realizada entre 15 e 18 de junho de 2013, no campus de São Bernardo do Campo (SP) da Universidade Federal do ABC (UFABC).

O evento foi uma parceria bem sucedida entre a Universidade e o Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI), que reúne um conjunto de estudiosos da academia, de organizações sociais, de governos e de instituições de pesquisa.

A Conferência – que contou com a presença de quase mil interessados, de vários estados do Brasil – foi acompanhada ao vivo pela TVT, o que possibilitou a participação de cerca de 12 mil internautas do país e do exterior. O evento também marcou o primeiro ano de existência do curso de Relações Internacionais e mobilizou dezenas de alunos, professores e técnicos administrativos para garantir o seu sucesso.

Para tornar a leitura mais agradável, apresentamos as sínteses das principais palestras e um resumo dos demais debates.

Além de servir como registro da Conferência, o livro também pretende estimular a reflexão a respeito da experiência da política externa conhecida como ativa e altiva desenvolvida no período considerado e as perspectivas para sua consolidação e aperfeiçoamento.

Boa leitura,

Gilberto Maringoni
Giorgio Romano Schutte
Gonzalo Berron

1

Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI)

O Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI), que reúne pessoas que estudam a política externa e atuam no campo das relações internacionais, a partir de movimentos e organizações sociais, partidos políticos, organizações não-governamentais, instituições acadêmicas, de pesquisa e de governo, promoveu entre os dias 15 e 18 de julho a Conferência Nacional **2003-2013: Uma nova política externa.** O evento, que teve lugar no campus da Universidade Federal do ABC, foi constituído por palestras, debates e oficinas com dirigentes governamentais, lideranças políticas, acadêmicos, representantes de organizações sociais e estudantes.

O objetivo foi refletir sobre a política de relações exteriores do Brasil, em um mundo pautado por aguda crise econômica, importantes mudanças geopolíticas e pelo enfraquecimento dos organismos multilaterais, ao mesmo tempo que pelo estabelecimento de novas parcerias políticas, econômicas e culturais por parte do governo brasileiro.

As relações internacionais, de forma inédita, passaram a fazer parte explícita da agenda política interna do Brasil nos últimos anos. Apesar de ter no governo federal seu agente principal, este destaque não se resumiu à extensa pauta diplomática oficial que envolveu, entre outros tópicos, a abertura de mais de três dezenas de embaixadas e o estabelecimento de novas prioridades na cena mundial. O período caracterizou-se também por uma intensa diplomacia presidencial e pelo aumento do ativismo internacional de setores do mundo político, empresarial, sindical, acadêmico, cultural e social. O Itamaraty, que tinha sido vítima das políticas de "Estado Mínimo" aplicadas pelos governos anteriores, teve seu orçamento e quadro de pessoal reforçado.

A política externa teve dois eixos de atuação principais:

I. **A busca de maior autonomia e protagonismo no plano internacional**, que se manifestou, entre outros tópicos, na oposição à invasão do Iraque; no apoio às negociações do Irã com a comunidade internacional, acerca de seu programa nuclear; no reconhecimento do Estado Palestino; na forte reação contra os golpes de Estado em Honduras e no Paraguai; na defesa da democratização das relações globais, por exemplo, através da reforma e ampliação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Embora o governo tenha preservado as relações tradicionais do Brasil com os países centrais, desenvolveu um intenso esforço em ampliar o leque de parcerias diplomáticas. Enfatizaram-se assim as relações sul-sul, as coalizões com potências médias no âmbito do fórum Índia-Brasil-África do Sul (Ibas) e as atividades com os parceiros no grupo que ganhou a denominação de Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), bem como as relações com o continente africano.
II. **A ênfase na integração regional, especialmente sul-americana**. Tiveram prioridade os processos de integração no continente, com o firme engajamento em iniciativas como a Comu-

nidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (Celac), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), o Conselho Sul-Americano de Defesa; o Mercosul teve o número de integrantes ampliado e buscou adicionar conteúdo social e político à sua dimensão eminentemente comercial. Além disso, tivemos a articulação de encontros como os da América do Sul com os países árabes e africanos.

Em resumo, o Brasil diversificou parcerias, abriu fronteiras comerciais e diplomáticas, interveio com peso na cena mundial e tornou-se peça fundamental na geopolítica regional. Isto foi feito num contexto internacional de enormes desafios, marcado inicialmente pela tentativa dos Estados Unidos de implantarem a unipolaridade e, agora, marcado pela crise internacional do capitalismo.

Desenvolvida nestes cenários, a política externa ao longo dos últimos dez anos representa continuidades e rupturas em relação a administrações anteriores e é objeto de debate permanente.

Setores vinculados a governos passados acusam a política externa dos últimos dez anos de "terceiro-mundismo" e "antiamericanismo", em especial devido à ênfase nas relações sul-sul, na integração regional e na recusa em participar da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Outros setores assinalam a falta de diálogo entre a sociedade civil e o governo no tocante à política externa. Há também críticas frente a determinadas posições oficiais nos fóruns de direitos humanos e em negociações ambientais, aos incentivos dados à internacionalização de empresas brasileiras que teriam comportamento predatório em outros países, questionamentos ao papel das tropas brasileiras na missão de paz do Haiti e à assinatura do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e Israel. Questiona-se também a forte influência do agronegócio na definição da política externa comercial e na postura adotada nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). E critica-se, por fim, os poucos recursos e a falta de arrojo da política de cooperação internacional.

Diante desse quadro plural, complexo e variado, mas convencidos do caráter globalmente positivo da política externa adotada no período assinalado, o GR-RI organizou a Conferência Nacional **2003-2013: Uma nova política externa**, cujos debates e discussões este livro reúne.

2

Apresentação da Conferência

Iole Ilíada Lopes[1]

A mim coube a honrosa tarefa de representar, nesta abertura dos trabalhos, o Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI), que é o promotor desta Conferência ao lado da Universidade Federal do ABC (UFABC) e dos outros parceiros já citados aqui. Honrosa porque o GR-RI é constituído por um número expressivo de intelectuais, pesquisadores, ativistas sociais, políticos, representantes de sindicatos, partidos, movimentos populares, organizações não governamentais, de outras entidades da sociedade civil e também de quadros importantes de órgãos governamentais nos mais distintos âmbitos federativos. São todas pessoas bastante ativas no campo das relações internacionais e que partilham uma

[1] Iole Ilíada Lopes é vice–presidenta da Fundação Perseu Abramo

visão comum a respeito de quais seriam os principais objetivos da Política Externa Brasileira (PEB). Destaco três: o primeiro é que a PEB deve contribuir para o desenvolvimento e democratização do próprio País; o segundo é que deve trabalhar sempre visando à inserção soberana do Brasil no mundo; e o terceiro é que deve ser instrumento da construção de uma ordem internacional pautada pela paz, justiça e pela democracia.

Considerando essa perspectiva comum, evidentemente os membros do GR-RI expressam uma pluralidade de visões. Mas é possível também apontar algumas convergências importantes, que explicam a realização deste encontro. A primeira é que houve uma mudança significativa na PEB a partir de 2003, principalmente em três aspectos. O primeiro, na busca por maior autonomia e protagonismo do Brasil na ordem internacional. O segundo, pela diversificação das relações do Brasil no mundo, com ênfase nas chamadas relações sul-sul, sempre objetivando constituir pólos alternativos que possam funcionar como um contraponto ao poder econômico e político internacional, que é altamente concentrado. E o terceiro, e não menos importante, é a centralidade estratégica que foi dada à questão da integração latino-americana.

Nesse sentido, e considerando tais iniciativas, os membros do GR-RI têm uma avaliação globalmente positiva da política externa levada a efeito nos últimos dez anos. No entanto, os membros do grupo também convergem na opinião de que, para atingir aqueles objetivos a que me referi inicialmente, é preciso avançar mais. É possível e necessário fazer mais, há questões que ainda precisam ser enfrentadas. E o Grupo considera que serão tanto melhor enfrentadas quanto mais forem debatidas e obtiverem o apoio e a legitimidade perante a própria sociedade brasileira.

Poderíamos, então, dizer que o GR-RI nasceu para atender uma dupla necessidade. A primeira era a de fazer uma reflexão e análise mais qualificada, mais profunda das perspectivas da nossa política externa, disputando na sociedade essa visão progressista

contra a visão disseminada pelos setores conservadores que, não raro, com o auxílio dos meios tradicionais de comunicação, contribuem para a formação de uma imagem caricata, estereotipada, preconceituosa, atravessada pela visão colonizada das nossas elites. Para elas, o Brasil deveria se conformar em ser subalterno, ter um papel de vira-lata na geopolítica mundial. Era preciso dar voz aos que não pensam assim. E somos muitos. Tanto é verdade que o Grupo começou reunindo cerca de trinta pessoas e hoje já contamos com mais de setenta membros.

A segunda necessidade partiu da constatação da ausência de articulação e diálogo entre as várias entidades e sujeitos que atuam na política externa, principalmente entre a sociedade civil e o governo. Por isso, o Grupo também toma para si a tarefa de trabalhar para a ampliação e institucionalização dos canais de participação e de consulta à sociedade, como elemento fundamental para fazer avançar uma política externa progressista.

Aqui é importante registrar que a política externa – não só a brasileira, mas no mundo todo –, por suas características, em geral é tratada como assunto de Estado, cercada de um certo mistério, pouco permeável à participação da sociedade. Por outro lado, se há uma marca desses três últimos governos federais ao longo desses dez últimos anos, foi a de ter ampliado os espaços de consulta à sociedade civil no que se refere a distintas áreas e políticas públicas. Foram realizadas dezenas de conferências setoriais e criados ou ampliados conselhos de função consultiva ou até deliberativa.

Ora, o GR-RI considera a política externa fundamental. O que nós queremos, pois, é que também seja pensado um instrumento dessa natureza, um fórum institucionalizado de participação e de consulta, porque será este apoio e esta legitimidade que aumentarão a capacidade do Brasil de se realizar, não só internamente, enfrentando os setores conservadores, como também no âmbito internacional. Afinal, uma política interna apoiada pela sociedade é muito mais forte internacionalmente.

Todos esses temas fazem parte dos debates que o Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais vinha fazendo em seus encontros periódicos e sentimos, então, a necessidade de trazer essa discussão para um público mais amplo. Daí surgiu a ideia desta Conferência, aproveitando a efeméride dos dez anos do que chamamos de "uma nova política externa", por reconhecermos que houve mudanças importantes a partir de 2003.

Este encontro deve ser entendido como um espaço para a ampliação do diálogo entre governo e sociedade civil. A programação é atravessada por essa tripla preocupação. A primeira é a de fazer um balanço que não se restrinja a olhar para o passado, mas que lance questões sobre os dilemas do presente e sobre os desafios do futuro. A segunda diretriz que orientou a constituição desta programação é o reconhecimento do caráter multifacetado e multidisciplinar da política externa, tornando necessário, assim, contemplar o debate de todos os seus distintos e múltiplos aspectos. E a terceira questão fundamental foi a de reunir, em cada painel, em cada mesa, sempre um representante do governo, da academia e da sociedade civil. Dessa compreensão resultou, pois, esta Conferência.

Luis Marinho[2]

Ainda hoje continuamos tendo que nos debruçar sobre os conflitos de fronteiras e diferenças étnicas, como ocorre no Oriente Médio e em outras partes do mundo. Também temos de pensar e dar atenção especial ao problema da fome, que infelizmente graça em vários países, em especial nos da África. Temos que pensar em reempoderar as agências multilaterais, mas penso que nenhum tema seja tão sensível para a paz mundial como é a internet.

[2] Luis Marinho é prefeito de São Bernardo do Campo

A espionagem de dados da rede e de telefone de cidadãos e empresas do mundo todo é comandada pelo governo americano. A imagem construída pela internet é de um ambiente livre e democrático. Contudo, a espionagem, como relatada pelas denúncias, atinge o coração dessa experiência. A existência desse controle, inclusive sobre o conteúdo de nossos *e-mails*, do seu *e-mail,* transforma a rede mundial em espaço de autocensura. Constrói, nesse espaço, um trilho em direção ao retrocesso e a possibilidade da tirania. Organizações internacionais atuando em assuntos internos de países já se fizeram presentes sob o manto de uma pseudodemocracia direta e formaram Estados autoritários. Empresas estarão permanentemente reféns de práticas anticoncorrenciais.

A convivência democrática entre as pessoas estará comprometida. Não podemos aceitar que a internet seja transformada em um ambiente de opressão sobre o cidadão. O direito à privacidade nas comunicações é reconhecido por todas as democracias há mais de duzentos anos. A comunicação pessoal deve ser protegida também na internet. E a estratégia generalizada pode esconder também espionagem industrial e comercial.

Comungo com aqueles que advogam a necessidade de instituirmos uma governança multilateral sobre a internet. Hoje, os computadores centrais estão todos no hemisfério norte: dez nos Estados Unidos, dois na Europa e um no Japão. É necessário criarmos marcos multilaterais sobre o tema. Não é possível que as políticas de privacidade de sites como Facebook e Google, por exemplo, atendam os interesses norte-americanos, deixando de considerar a realidade de outros países, da mesma forma que é inadmissível a centralização dos bancos de dados no hemisfério norte.

Não se pode aceitar que a internet tenha regras de governança exclusivamente ditadas pelos Estados Unidos, por meio de uma entidade privada ligada ao Departamento do Comércio, e acredito que esse debate tenha possibilidade de prosperar com os outros países. A proposta do governo brasileiro de criar um

organismo internacional para a internet, defendida na Conferência Internacional de Telecomunicações de Dubai, em 2012, já conseguiu dividir a Europa naquela ocasião. Devemos buscar mais apoio. Essa é a provocação que eu gostaria de fazer aqui. Que busquemos caminhos para incluir no debate internacional a pauta do respeito aos direitos dos cidadãos e das empresas na internet.

Hélio Waldmann[3]

À temática de política externa no Brasil se dá, geralmente, menos atenção do que aos problemas domésticos, o que não ocorre nos países protagonistas do mundo, caso da Europa e dos Estados Unidos, onde as relações internacionais ocupam grande parte das cabeças pensantes e até mesmo da imprensa e do povo. Nesses países há consciência de que esse tema é vital para o lugar que ocupam no mundo.

No caso brasileiro, não há tradição de pensar nosso lugar e isso não tem sido bom para nós ao longo da história. Eu vejo com muito bons olhos essa nova atitude de conferir importância à questão das relações internacionais. A Universidade Federal do ABC (UFABC) se engajou, de certa forma, neste movimento ao criar um curso de Relações Internacionais. O curso é coordenado pelo professor Giorgio Romano, a quem eu gostaria de estender meus agradecimentos pela iniciativa e pela organização deste evento, e em nome de quem eu gostaria, inclusive, de agradecer a todos os professores, servidores técnico-administrativos e aos alunos que colaboraram para que este evento acontecesse. Eles estarão trabalhando intensivamente ao longo desta semana para que tudo ocorra conforme previsto e da melhor forma possível.

[3] Hélio Waldmann é ex-reitor da UFABC

Falou-se já aqui da necessidade de organização, de esforço internacional para gerar uma governança multilateral sobre a internet, para o que a palavra utilizada foi "protagonismo". Esse termo foi muito bem escolhido, pois simboliza o novo patamar da independência brasileira que buscamos neste século.

Dentro de alguns anos estaremos comemorando o segundo centenário da independência do Brasil, proclamada em 1822. Naquela época, o Brasil estava apenas tentando se imaginar como uma nação independente e tentava criar, descobrir e vislumbrar uma identidade nacional distinta de outras nações. No primeiro centenário da independência, em 1922, ocorreu a semana de arte moderna aqui em São Paulo. Naquele momento se percebe a vontade do Brasil de ter identidade cultural própria, ou seja, pensar com a própria cabeça. Tenho a impressão de que agora, no século XXI, o segundo centenário será comemorado, talvez, com essa nova aspiração de ser um país protagonista, que não só pensa com a própria cabeça, mas que se projeta sobre o mundo.

E é por isso que hoje a política externa se torna urgente, pois é exatamente o instrumento pelo qual a nação vai se elevar e procurar contribuir para a construção de uma nova ordem internacional que tenha algum elemento de brasilidade. Não será uma ordem internacional imposta sobre nós e que também não vamos impor sobre os outros, mas será construída com a nossa participação.

A ordem internacional herdada do século XX foi construída por poucas nações. Existe a necessidade de reformulá-la para que haja maior participação de todos, multipolaridade. É isso que se deseja e o Brasil tem tudo para contribuir.

Antes de terminar, gostaria de dizer que, primeiro: a política externa é um instrumento essencial para o protagonismo brasileiro que se busca, mas é preciso lembrar que ela não é suficiente. Essa política precisa estar respaldada na capacitação científica e tecnológica do País. Buscar uma liderança multilateral sobre a internet vai exigir um nível de entendimento maior do que temos hoje. Esse

conhecimento, que é essencial para o protagonismo, é o que se constrói aqui, na UFABC, e em outros lugares como este. Ela se constrói também na educação básica.

Portanto, é necessário dar ao povo brasileiro aprendizado adequado em matemática, história, geografia, domínio da língua portuguesa, da língua inglesa (para se projetar, pois todos aprenderão o português, e para lançarmos a nossa mensagem ao mundo). Enfim, há necessidade de um novo patamar educacional no nível básico, médio e superior, para que tenhamos colocação científica, tecnológica, educacional e cultural para darmos respaldo ao protagonismo que queremos.

3

Próximos anos: cenários e desafios da política externa

Antonio de Aguiar Patriota[1]

Ao celebrar dez anos de uma inflexão da atuação internacional do Brasil, é muito oportuno tratar da nova política externa – tema estudado não só no País, mas também no exterior. Não se pode deixar de enxergar janeiro de 2003 como um novo começo da política externa brasileira. Falo aqui um pouco do ontem, do hoje e do amanhã.

Começo pelo ontem e pelo que representou esse movimento naquele ano. Minha carreira nos últimos anos confunde-se com

[1] Antonio de Aguiar Patriota é representante permanente da Missão do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova Iorque. Foi ministro de Estado das Relações Exteriores entre janeiro de 2011 e agosto de 2013.

essa inflexão. Voltei de um posto no exterior para trabalhar com Celso Amorim, que foi chanceler durante os oito anos do presidente Lula. Ocupei diferentes posições, como Secretário de Planejamento Diplomático, Chefe de Gabinete, Subsecretário de Assuntos Políticos e, no segundo governo Lula, Embaixador em Washington. No final do governo Lula, fui Secretário-Geral das Relações Exteriores. Com a Presidenta Dilma Rousseff, tornei-me Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Para situar o presente e pensar no futuro, é preciso voltar um pouco no tempo e identificar o que mudou de forma tão relevante naquele momento.

Entorno regional

No nosso entorno, a própria definição do que era percebido como regional mudou. O que estava sobre a mesa naquele momento era um projeto liderado pelos Estados Unidos, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), e mecanismos de coordenação preexistentes, entre os quais a Organização dos Estados Americanos (OEA). O Mercado Comum do Sul (Mercosul) já existia, mas com uma composição menor e abrangência limitada. Havia a Comunidade do Caribe (Caricom), um esforço de integração centro-americana, e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), entre Canadá, Estados Unidos e México.

A política externa do presidente Lula lançou novo olhar sobre essa região. Em primeiro lugar, identificou a América do Sul como espaço privilegiado de atuação da diplomacia brasileira. Buscou não só o aprofundamento do Mercosul, mas também o aprofundamento de laços com cada vizinho sul-americano. Houve visitas de alto nível de lado a lado, o que não era necessariamente parte da agenda diplomática cotidiana. Surgiu o projeto à época chamado Casa (Comunidade Sul-Americana de Nações), que se

transformou na União de Nações Sul-Americanas (Unasul), e foi sendo negociada uma rede de acordos de livre comércio com os vizinhos da América do Sul.

Outra mudança fundamental foi o estabelecimento de um diálogo privilegiado entre o Brasil e a Caricom. O governo brasileiro abriu embaixadas em todos os países caribenhos. O presidente Lula criou instâncias, no nível de chefes de Estado e/ou de governo, de coordenação de projetos voltados para o desenvolvimento e para o compartilhamento de experiências comuns a partir da Cúpula Brasil-Caricom.

Um elemento aglutinador entre o Brasil e o Caribe, por exemplo, é a experiência da escravidão. Ambas as regiões foram marcadas pela imigração de origem africana. Isso não se refletia na agenda com o Caribe.

Houve também uma mudança de atitude com relação ao Haiti. Os desafios de estabilização do Haiti e de construção de uma sociedade econômica e politicamente sustentável tornaram-se parte incontornável da agenda regional. E os países latino-americanos assumiram um papel importante na Missão das Nações Unidas Para a Estabilização no Haiti, conforme autorização do Conselho de Segurança da ONU.

Diversificação de parcerias

Mudou também a maneira de o Brasil interagir com o mundo em desenvolvimento. No primeiro dia do governo que se instalava em 2003, houve uma reunião do que se transformaria no Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), grupo constituído pelas três maiores democracias do mundo em desenvolvimento.

O encontro dos chefes de Estado e de governo dos três países em Brasília era o embrião do grupo que hoje celebra dez anos e tem uma agenda de coordenação ampla e ambiciosa. O Ibas tem agora um fundo de assistência a países de menor desenvolvimento relativo,

com programas de apoio a nações como o Haiti, Territórios Ocupados da Palestina, Laos e Burundi. Partiram do presidente Lula algumas dessas ideias, como novos mecanismos, novas cúpulas – reuniões de chefes de Estado e de governo entre regiões que nunca haviam se comunicado diretamente.

Houve a Cúpula América do Sul – Países Árabes (Aspa), por exemplo. Quando foi apresentada, a ideia encontrou certo ceticismo. Achava-se que seria impossível organizar um evento daquela magnitude. Hoje, a Aspa é um canal consolidado, que ganha nova ressonância em função da Primavera Árabe. Da mesma forma, foi criada a Cúpula América do Sul-África (ASA). Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul também começaram a se coordenar de maneira mais sistemática. O Brasil passou a realizar reuniões entre os embaixadores dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) nas principais capitais do mundo. A partir de 2008, os Brics começaram a se reunir em cúpulas anuais. O Brasil passou a ser observador da Liga dos Estados Árabes, da União Africana e abriu numerosas embaixadas na África e no Oriente Médio.

Esse importante movimento em direção ao mundo emergente, ao sul, não se deu em detrimento do aprofundamento de parcerias com o mundo desenvolvido. Pelo contrário, é possível citar exemplos de aproximação e de busca de uma relação mais madura, entre iguais.

Com a União Europeia, o Brasil possui uma parceria estratégica, alcançada no final da última década, o que representou a elevação do nível de interlocução e a possibilidade de cooperação em um número maior de áreas.

Com os Estados Unidos, foram criadas novas instâncias de diálogo, como o Fórum de Altos Executivos (*CEO Forum*). Foi criado também um mecanismo para se debater a questão do combate à discriminação racial nas duas sociedades. Apesar de ambas terem sido marcadas pela escravidão e discriminação racial e possuírem as duas maiores comunidades de afrodescendentes das Américas,

os dois países jamais tinham estabelecido um mecanismo formal para troca de experiências e identificação de projetos destinados a promover a igualdade racial.

Agenda internacional e organismos multilaterais

Esse foi um período criativo e inovador também na introdução de novos temas na agenda internacional. Exemplo de um assunto colocado pelo presidente Lula foi o combate à fome e à pobreza, uma iniciativa ambiciosa que reuniu dezenas de chefes de Estado na Organização das Nações Unidas. Hoje parece normal que o texto emanado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, traga, no seu primeiro parágrafo, a erradicação da pobreza como elemento central para o alcance do desenvolvimento. Esquece-se que, nos anos noventa e até pouco tempo atrás, não havia um consenso. Havia um preceito, que se refletia em documentos das Nações Unidas, de que a pobreza seria eliminada de maneira mais eficaz a partir da promoção do crescimento econômico, que se traduziria, necessária e automaticamente, em benefício para a sociedade como um todo.

É possível dizer que, não só em função da experiência brasileira, mas também da inclusão desse tema na agenda internacional, esse debate foi inteiramente transformado.

Na área de direitos humanos, o Brasil também avançou com a criação das Secretarias de Direitos Humanos, de Promoção da Igualdade de Gênero e de Combate à Desigualdade Racial. Tudo isso aumentou a autoridade do Brasil na defesa desses temas.

Houve transformações dos métodos de trabalho de organismos internacionais em uma direção mais democratizante e em sintonia com a reconfiguração de poder que se observa no mundo. Talvez o exemplo mais eloquente tenha sido o desaparecimento do mecanismo conhecido como Quad, no antigo Acordo Geral

de Tarifas e Comércio (GATT) e na Organização Mundial do Comércio (OMC), em que os Estados Unidos se coordenavam com a União Europeia, o Canadá e o Japão e negociavam entre 80-90% da agenda das rodadas negociadoras de então. Depois, o resto do mundo fazia os ajustes à margem de um pacote pré-negociado.

O outro grande momento dessa transformação foi a Conferência de Cancún, da OMC, quando um grupo de países em desenvolvimento, um G-20 comercial, resolveu não aceitar a proposta do *Quad* e apresentar outra perspectiva para o tema agrícola na Rodada de Doha, sem o quê não haveria um entendimento básico para se seguir adiante.

Pressões internacionais muito intensas surgiram de todos os lados. O Financial Times publicou artigos argumentando que o G-20 era um obstáculo para o multilateralismo na OMC. A verdade é que o G-20 veio para ficar. Hoje não se negocia nada na OMC sem que um grupo de novos atores, em particular Brasil, Índia e o mundo em desenvolvimento, de forma geral, seja ouvido e levado em consideração.

Novo perfil do Brasil

O ministro Celso Amorim gosta de dizer que a política externa ficou ativa e altiva. É uma boa descrição do clima e da atitude dos atores da política externa.

Seria injusto, entretanto, dizer que a política anterior era sistematicamente passiva e subserviente. Na verdade, era mais reativa, menos criativa, menos transformadora da realidade internacional e, no período imediatamente anterior, privilegiava o econômico, o comercial, o financeiro – uma tendência que ainda se observa um pouco no Brasil, na imprensa sobretudo.

Era diferente a atuação brasileira quando se tratava de participar de um debate sobre o encaminhamento da situação do Iraque

ou do Oriente Médio ou sobre a reforma do Conselho de Segurança de uma maneira mais protagônica. Vivi essa experiência como diplomata na Missão do Brasil junto às Nações Unidas na segunda metade dos anos 1990. Frequentemente, as mensagens que chegavam de Brasília eram "vocês devem baixar a bola", "vocês estão se interessando demais por essas coisas de Iraque", "vocês estão se interessando muito pela reforma do Conselho de Segurança", "o Brasil não tem excedente de poder para se envolver nesse tipo de agenda", "vamos nos concentrar na OMC, comércio".

Entretanto, foi só a partir do momento em que se acionou o conjunto dos instrumentos da orquestra que se conseguiu elevar o perfil do Brasil nas mais diversas áreas, inclusive no comércio, nas finanças, na economia. Foi a partir da constituição do Ibas, em janeiro de 2003, a partir, portanto, do fortalecimento da coordenação entre Índia, África do Sul e Brasil, que o G-20 da OMC pode se sustentar. A característica mais inovadora, e que representa uma ruptura com o período imediatamente anterior, foi o acionamento, em sua plenitude, do que se pode chamar de agenda política, sem descuidar dos temas econômicos, comerciais e financeiros.

Consolidação

Onde o Brasil se situa no governo Dilma? Obviamente, não há ruptura em relação ao período anterior. O que se busca fazer é construir sobre essa base inovadora que abriu caminhos, elevou o perfil do País e trouxe novas oportunidades. Essas oportunidades não foram ainda inteiramente aproveitadas. Este é um período de consolidação, aprofundamento e ampliação.

No contexto regional, há a ampliação do Mercosul. A Venezuela é membro pleno; a Bolívia assinou o protocolo de adesão e está em seu processo de aderir como membro pleno; o Equador manifestou interesse em integrar-se ao bloco; Guiana e Suriname

tornaram-se membros associados. Hoje, todos os países sul-americanos são membros plenos ou associados ao Mercosul.

A América do Sul adquiriu uma identidade própria. O estatuto da Unasul entrou em vigor com uma multiplicidade de Conselhos, que vão desde defesa e combate às drogas até a promoção de interconexão rodoviária e elétrica e debate sobre integração energética. Outro desenvolvimento importante na região, que igualmente coincide com o governo Dilma, foi a institucionalização da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Um desdobramento significativo foi o fato de que, ao longo da última década, os poucos países que não tinham relações diplomáticas com Cuba na América Latina e no Caribe passaram a ter. Atualmente, a Celac representa um fórum de que Cuba participa plenamente. E Cuba hoje preside a Celac. Esse fato mostra um entorno regional menos polarizado ideologicamente. Isso é fruto, em grande parte, da atuação de países como o Brasil.

Hoje a região está se sentindo plenamente envolvida no futuro da estabilização do Haiti. O Brasil, por sua vez, mantém um papel de liderança nesse esforço. O fato de um comandante de tropas de uma missão das Nações Unidas ser sistematicamente do mesmo país é algo inusitado e reflete a credibilidade que as equipes brasileiras conquistaram.

Universalidade da política externa brasileira

Como a consolidação, o aprofundamento e a ampliação do que foi realizado nos oito últimos anos se expressa no mundo?

O Brasil é hoje um dos poucos países – e no continente americano, o único – que mantém relações diplomáticas com os 192 membros das Nações Unidas, e também com a Palestina, Estado observador não-membro, que, esperamos, o seja em breve. O segundo país no hemisfério que mantém relações diplomáticas abrangentes é o Canadá, que cortou relações com o Irã recentemente.

Isso representa a verdadeira universalidade da política externa brasileira. Não é um desejo do Brasil assumir responsabilidade no destino do mundo. Não existe um desígnio de hegemonia ou de presença militar. O Brasil almeja, ao contrário, compartilhar experiências que possam ser úteis a outros parceiros e desenvolver uma agenda mutuamente benéfica. Ainda que se almeje maior presença comercial, com empresas brasileiras se internacionalizando, a participação ativa do Brasil é parte de uma agenda essencialmente de cooperação.

Além de consolidar o Ibas, os Brics e os demais mecanismos, o Brasil procura novas possibilidades de aproximação com grupos como a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). Como Ministro das Relações Exteriores assinei, em 2012, o Tratado de Cooperação e Amizade com a Asean, o primeiro passo para que o Brasil seja observador desse grupo. No conjunto, a Asean representa um Produto Interno Bruto (PIB) mais ou menos comparável ao do Brasil, além de boa exposição ao comércio internacional.

Ciência, tecnologia e inovação constituem as novas áreas que o Brasil tem explorado nas suas relações com Estados Unidos, Europa, Japão e Canadá. Pelo Programa Ciência sem Fronteiras, um número crescente de brasileiros tem a oportunidade de estudar em instituições de ensino de qualidade, em programas de graduação e pós-graduação, bem como fazer estágios e trabalhar em empresas privadas nesses países.

O Brasil e a transição para a multipolaridade

O Brasil é uma democracia que se enraíza e se aprofunda em um entorno regional pacífico. A principal situação de tensão na região é do conflito na Colômbia, que encontrou encaminhamento diplomático e extremamente promissor. Esse quadro permite que se contemple um futuro sul-americano de paz, desenvolvimento e

de crescente cooperação em todas as áreas – comercial, financeira, científica, tecnológica e de coordenação política.

O Brasil se beneficia de um momento de crescimento, desenvolvimento social e aprofundamento democrático numa região em que prevalece a cooperação e inexistem armas de destruição em massa. Na verdade, o Brasil tampouco possui inimigos em qualquer outra região do mundo. A posição do Brasil é, portanto, bem singular se comparada a de outras potências estabelecidas e emergentes.

A transição para a multipolaridade apresenta alguns riscos e inúmeras oportunidades para a criação de uma ordem internacional mais democrática, justa e equitativa – e o Brasil pode desempenhar, e tem desempenhado, um papel construtivo. O País está unicamente posicionado para desempenhar o papel de ponte entre os pólos estabelecidos (EUA, UE, Japão) e os emergentes (Brics).

Observa-se hoje o descongelamento do poder ou, pelo menos, o descongelamento parcial do poder. Essa mudança relativa na balança global tem como explicação uma evolução em termos quantitativos – PIB, população e outras características de poder –, mas também qualitativos – equívocos graves de falta de sabedoria na condução de temas cruciais para a ordem internacional.

A intervenção militar norte-americana no Iraque é um exemplo de falta de visão política. O próprio presidente dos EUA, Barack Obama, foi eleito, em seu primeiro mandato, em parte por ter sido contrário à intervenção. Não há nada de especialmente antiamericano nessa afirmação. Também a crise de 2008, que se aprofunda e se dissemina na Zona do Euro, revelou falta de sabedoria e de capacidade de gestão econônico-financeira, o que enfraqueceu a liderança do mundo capitalista desenvolvido.

As potências estabelecidas ainda exercem seu domínio, por vezes, de forma unilateral e sem a devida consideração ao Direito Internacional, e procuram estabelecer exceções para si próprias. As potências estabelecidas não são necessariamente as maiores, as que têm o maior PIB. Há países pequenos que se comportam dessa maneira por razões históricas ou por influência de outros.

Um exemplo que salta aos olhos é a atitude de um pequeno país no Oriente Médio, que continua, depois de uma guerra de ocupação, construindo assentamentos em território ocupado ilegalmente e em claro desafio ao Direito Internacional. É um país que não se submete necessariamente a disciplinas e procedimentos que são aceitos pelo resto da comunidade internacional.

Refiro-me a Israel, um país onde me sinto muito bem, onde tenho muitos amigos. Israel tem reivindicações legítimas de segurança que precisam ser respeitadas e levadas em consideração. Os episódios de manifestações unilaterais, entretanto, são cada vez mais difíceis de absorver e metabolizar, num mundo crescentemente multipolar.

Uma reflexão sobre o futuro

Como aproveitar esse momento da multipolaridade emergente, do descongelamento parcial, para construir uma ordem internacional mais cooperativa e menos confrontativa?

Em primeiro lugar, é preciso reforçar a proibição geral, como estabelecida pela Carta das Nações Unidas, ao emprego da força. A única forma de se recorrer às armas no plano das relações internacionais é em legítima defesa ou com autorização explícita do Conselho de Segurança.

Há também outras instâncias em que se pode atuar. O direito à privacidade, por exemplo, é invocado em um contexto, mas desrespeitado em outros. É preciso reforçar instrumentos como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, do qual o Brasil, os Estados Unidos e grande parte da comunidade internacional são signatários. Este Pacto tem um dispositivo específico, o artigo 17, que preserva o direito à privacidade nas comunicações.

Similarmente, deve-se denunciar o recurso a veículos não tripulados para o combate ao terrorismo, que, muitas vezes, produzem

efeitos colaterais sobre os civis, sem que se saiba a quem os civis podem recorrer.

Ao evoluir na direção da multipolaridade, ou se combate, com vigor, as distorções que persistem de uma ordem anterior, ou não se conseguirá extrair da nova configuração de poder todo o potencial de cooperação e estabilidade benéfica que ela pode fornecer.

O desafio é preservar as conquistas das últimas décadas, como os órgãos multilaterais, de modo geral – as Nações Unidas, a OMC, etc. –, fundamentais para a manutenção da ordem internacional. Ao mesmo tempo, é preciso denunciar abusos, violações e distorções de maneira propositiva.

O Brasil se afirma, cada vez mais, como um país que não se satisfaz em consolidar e denunciar. É um país que propõe e sugere caminhos, que tem ideias, que tem capacidade de preservar até mesmo um grau mínimo de entendimento entre opiniões divergentes.

A resolução que autorizou uma intervenção para a proteção de civis na Líbia foi transformada em autorização, na interpretação de alguns, para a mudança de regime. Muitos viram nisso a implementação, na prática, do conceito de responsabilidade de proteger, como incorporado ao documento final das Nações Unidas de 2005. O Brasil se contrapôs a esse argumento. Não é suficiente invocar o direito à responsabilidade *de* proteger. É importante observar também a responsabilidade *ao* proteger. A intervenção não deve piorar a situação, como um médico que trata um paciente não pode introduzir uma nova doença ou novos sintomas a seu paciente.

Um fenômeno mais raro que se vive hoje – mais raro até do que a passagem pelo planeta Terra do cometa Halley – é a transição do centro de atividade econômica dos Estados Unidos para a China. A última vez que isso aconteceu foi no fim do século XIX, quando os Estados Unidos ultrapassaram o Reino Unido. Os jovens vão ter que trabalhar com essa nova realidade. A China, pelo menos em termos de Produto Interno Bruto (PIB), deverá ultrapassar os Estados Unidos em breve.

Há também uma nova realidade energética com implicações importantes para a distribuição de poder na geopolítica internacional. Os Estados Unidos podem alcançar novamente, contra os prognósticos feitos há dez anos, a autossuficiência energética. O que isso significa para o relacionamento dos Estados Unidos com o Oriente Médio, com o resto do mundo e até mesmo com a América do Sul?

Na questão da evolução do mundo árabe, vive-se uma crise política na Síria e uma situação de tensão e instabilidade em vários outros países. O problema de Israel-Palestina continua a representar um desafio e está no centro da frustração, da insatisfação de grande parte do mundo árabe. O conflito israelo-palestino foi terceirizado a um grupo inteiramente inoperante, o chamado Quarteto, ainda um símbolo de uma ordem que já não responde mais aos desafios do presente. A nova ordem precisa desenvolver capacidade de promover avanços nessa região.

O Brasil tem um papel fundamental. No entorno regional, deve seguir com o propósito de consolidar um espaço de paz, democracia, progresso e crescente solução de diferenças pela diplomacia e pelo diálogo. No plano internacional, deve defender uma ordem fundamentada no Direito Internacional e mais representativa da distribuição de poder atual.

Debates com o plenário

1) Após a descoberta do pré-sal, como os problemas na perspectiva geopolítica e os desafios em relação à segurança energética mundial influenciarão a política externa nacional?

Antonio Patriota: Em primeiro lugar, é uma enorme oportunidade para o País. Há um debate sobre a canalização dos *royalties* para a educação, o que é fundamental para o País. É preciso concentrar esforços e investimentos na educação, de modo a operar a transição em direção a um nível mais elevado de competitividade, bem-estar e progresso.

Do ponto de vista da política externa, o que representa? Primeiramente, um novo *status* para o Brasil no âmbito energético. As descobertas de petróleo não vão comprometer o engajamento do Brasil com uma matriz energética limpa em função da proporção desempenhada pelo desenvolvimento dos biocombustíveis e características naturais brasileiras. Mas o pré-sal situa o Brasil como um potencial produtor e exportador de petróleo e coloca questões ainda não totalmente equacionadas, por exemplo, a participação na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) ou a coordenação com outros centros em função dessa riqueza.
Os desafios que se colocam em termos de defesa do território brasileiro são considerável e a marinha brasileira e o Ministério da Defesa estão trabalhando no sentido de garantir a modernização e adequação dos instrumentos de defesa que permitam, também, a proteção desse patrimônio e, antes de mais nada, da nação brasileira.

2) O Brasil vem incentivando importantes iniciativas de integração regional que representam uma nova plataforma de concertação política e de projeto de integração, como a Celac e a Unasul. No entanto, ainda há alguns entraves significativos para os avanços de uma integração para além da economia na região. Quais são as perspectivas dos formuladores de nossa política externa e os principais entraves para a integração da América do Sul hoje?

Antonio Patriota: A integração se projeta para muito além da esfera meramente comercial e econômica. Sobretudo no núcleo onde a integração é mais profunda, o Mercosul, existe uma agenda cidadã e um fórum social. Há todo um esforço no sentido de facilitar a residência de nacionais de um país no outro, o reconhecimento de títulos universitários, etc. Ainda não se alcançou o nível da mobilidade plena dentro do Mercosul, mas se está caminhando rapidamente nessa direção. A Unasul se transformou em um espaço crescente de cooperação em torno de valores comuns, como a

democracia e o desenvolvimento sustentável. A Celac reúne todos os latino-americanos e caribenhos em um ambiente de respeito e aproximação entre diferentes exercícios de integração regional.

3) Qual o futuro da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)?

Antonio Patriota: A cooperação técnica no Brasil passa por um momento de transformação estrutural. O Brasil ainda recebe alguma cooperação técnica, mas, cada vez mais, é visto como um prestador de cooperação. E a demanda por essa cooperação só aumenta. Isso, evidentemente, coloca pressão sobre os instrumentos de que o Brasil dispõe atualmente. O orçamento da ABC ainda é relativamente reduzido se comparado ao de países mais desenvolvidos. Mesmo os países mais desenvolvidos frequentemente sugerem a países na África, na América Central, na Ásia que procurem uma cooperação com o Brasil. Como respondemos a isso?
É um desafio que exige uma reflexão como a que está em curso. A presidenta Dilma Rousseff, quando compareceu à cerimônia de celebração de 50 anos da União Africana, antecipou a ideia de uma nova agência, que poderia ser chamada "ABCD", Agência Brasileira de Cooperação e Desenvolvimento. A ABCD envolveria montantes mais elevados de recursos para prestação de cooperação. A ideia ainda está em fase de amadurecimento e representa o desejo brasileiro de corresponder e de atender, da melhor forma possível, essa demanda crescente por cooperação técnica.

4) Que motivos levaram o Brasil a não conceder o asilo a Edward Snowden?

Antonio Patriota: Na verdade, outros concederam asilo e isso não diminui a importância que se atribui à segurança e ao pleno exercício dos direitos de Snowden. Houve uma declaração muito importante da Alta Comissária de Diretos Humanos das Nações Unidas

que, num sentido progressista, não apenas registra a importância da obediência de certos instrumentos internacionais que preveem o direito à privacidade, mas também trata da importância da proteção de indivíduos que denunciam violações de direitos humanos. Com essa declaração, o tema ganha atenção no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Também há a declaração adotada pela Cúpula do Mercosul sobre asilo, um direito inalienável previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. É fundamental garantir o translado, em segurança, da pessoa que solicita o asilo ao país que irá concedê-lo. O que se observa hoje é que essa possibilidade não está sendo concedida a Edward Snowden.

São assuntos importantes. O da governança da internet, por um lado, e o da defesa do direito do indivíduo à privacidade. Enfim, são temas que permanecerão conosco, com certeza, nos próximos anos.

4

Início de uma política externa altiva e ativa

Apresentação

Vitor Marchetti

Quando a política externa segue a lógica de ser apenas uma política de Estado, assume uma interpretação mais ortodoxa do texto constitucional e acaba fortalecendo um Itamaraty marcado pelo insulamento burocrático (para lembrar das gramáticas políticas de Edson Nunes), seguindo caminhos pouco transparentes ou responsivos às demandas e aos interesses dos demais atores políticos, burocráticos e societários.

Quando a política externa segue a lógica da política pública, acaba invertendo o quadro e abrindo, no mínimo, dois caminhos distintos para sua formulação: o primeiro, que a traz para a arena parlamentar, dialogando com os partidos e o legislativo; e a segunda, que a leva para a arena social, abrindo espaço para a participação da sociedade civil organizada no debate sobre essas políticas.

A proposta de um fórum permanente, anunciada pelo ministro Antonio Patriota, parece consolidar um caminho. E se hoje falamos de uma política externa que se transformou nessa direção, que ainda se transforma e está mais ativa e altiva, um dos seus principais arquitetos é, sem dúvida, o ministro Celso Amorim.

Celso Amorim[1]

O primeiro ponto que eu gostaria de destacar é que a própria ideia de uma política externa ativa e altiva, naquilo que me toca, não foi propriamente planejado. Na realidade, essas foram as palavras que me ocorreram quando tive que dizer em dois ou três minutos alguma coisa, depois da confirmação da indicação do presidente Lula. Como eu não tinha conversado com ele em muitos detalhes sobre aspectos concretos da política externa – tínhamos falado alguma coisa e obviamente viríamos a conversar muito mais –, eu achava que definir em algumas poucas palavras qual seria a diferença em relação a governos anteriores seria mais do que estar procurando definir as diferenças em relação ao Mercosul, à Alca, à política latino-americana e a outras situações.

Julguei muito importante definir a diferença de atitude, pois, para mim, o que significava a eleição do Lula era justamente a

[1] Celso Amorim é Ministro da Defesa. Foi ministro das Relações Exteriores nos períodos de 1993 a 1994 e de 2003 a 2010.

consciência do povo brasileiro de que ele era capaz de mudar o seu destino. Aquilo que parecia impossível – escolher um metalúrgico como presidente da República – tinha ocorrido. E tinha ocorrido de forma democrática. Em mais de uma ocasião eu já me referi ao lema que outro presidente usou mais tarde, e que ficou muito conhecido: "sim, nós podemos". Nós dissemos isso antes: sim, é possível mudar o Brasil.

Mas para isso era preciso mudar nossa atitude na política externa. E o que significa isso? É ter uma política altiva e ativa. O que eu tinha em mente com essas duas palavras é ser altiva no sentido de que não deveríamos nos submeter aos ditames de outras potências, ainda que mais poderosas do que nós. Nós tínhamos condições de expor e defender os nossos pontos de vista e de lutar por eles. Nisso consistia a altivez. E o aspecto ativo, além do jogo de palavras, também tinha a ver com a refutação de uma concepção anterior que costumava dizer que o Brasil não devia ter um papel protagonista e não deveria pecar por tomar decisões que trouxessem reações contrárias.

Havia, anteriormente à política do presidente Lula, uma concepção – que em determinado momento podia até ter tido sua justificativa, mas que seguramente não se justificava mais em períodos recentes –, de que o Brasil não podia fazer certas coisas, porque não tinha "excedente de poder". Ou seja, não tinha condições de tomar posições que lhe custassem alguma coisa, que pudessem desencadear algum tipo de retaliação ou de contrapressão.

A ideia fundamental da política externa *altiva e ativa* estava ligada a essa visão, que se contrapunha a um entendimento excessivamente domesticado e auto-domesticável da política externa. Essa política seria altiva porque poderia, sim, tomar posições independentes, mesmo que ferisse o interesse e desejo de outros países. E seria ativa porque não se resumiria a ficar reagindo diante de situações, mas promoveria assuntos, iniciativas e agendas novas.

Defender interesses e moldar agendas

Eu aproveito essa ideia de agenda para mencionar algo que já tinha pensado em ocasiões anteriores e que se cristalizou com a eleição do presidente Lula e com a atitude geral que ele tinha em relação a todos os temas que pareciam impossíveis, como reforma social ou distribuição de renda, e que iriam ser realizados. Dentro disso eu tinha uma concepção que levava em conta o seguinte conceito: você pode, em política externa, simplesmente reagir à agenda que está dada, ou pode contribuir para fazê-la. Você pode influenciar a agenda internacional.

Na primeira parte, a reação é possível de duas maneiras: uma, submissa, fazendo ajustes aqui e acolá; e outra, agir de maneira forte e adequada, de modo a defender os seus interesses. Mas o que era ainda mais difícil e que fez parte da política altiva e ativa do governo Lula era influir na própria agenda internacional. O presidente Lula usava a seguinte expressão: o Brasil quer contribuir para a construção de uma nova ordem política e econômica internacional. Dito assim, soa excessivamente ambicioso, mas foi de fato o que fizemos, claro que com limitações, visto que ninguém, nem a maior potência do mundo, pode dizer como será essa nova ordem.

Quando você trata de questões como conflito, quase guerra civil, que havia na Venezuela, era algo sobre o que tínhamos que reagir e nos posicionar. A questão da Alca exigia posicionamento. Não se tratava de criar uma agenda, mas sim de reagir a ela, como também à iminência da guerra e invasão no Iraque.

Existe uma diferença e nuance entre os vários casos, porque em relação à Venezuela e à Alca, nós tínhamos realmente que nos posicionar. Em relação ao Iraque, achávamos que devíamos nos posicionar, embora outros países e linhas políticas achassem melhor não se manifestar. Posteriormente houve fatos, como a nossa atitude na Organização Mundial do Comércio (OMC), em que também havia uma agenda colocada. Nós criamos o G-20, mudando substancialmente o que estava dado.

Aconteceram situações bastante diferentes, como a união entre Índia, Brasil e África do Sul (Ibas), a política africana, a convocação da cúpula de países árabes e países sul-americanos (Aspa), a criação do que inicialmente foi a Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) e que depois se tornou Unasul, que é a união dos países sul-americanos. Esses temas não estavam propriamente na agenda. Aqui e ali alguma coisa estava. (A própria questão da Casa tem antecedentes. Alguns vão ao governo Itamar Franco; o presidente Fernando Henrique Cardoso tinha feito uma cúpula, mas não havia um seguimento e um objetivo claro).

Eu queria que tivéssemos presentes esses dois tipos de ação básica: aquele que é uma reação a uma agenda existente (mesmo assim há dois tipos de reação) e aquele que é a proposição de uma agenda nova.

Grupo de Amigos da Venezuela

Para mencionar alguns desses temas que estiveram em voga logo no início do governo, talvez o primeiro deles seja a questão do Grupo de Amigos da Venezuela. A Venezuela se encontrava em uma situação dramática, conflitos civis agudos, tentativa de golpe de Estado em meados de 2002 e o conflito continuava. O Brasil tinha que tomar uma atitude em relação a isso. Não apenas uma postura no sentido de condenar ou apoiar (claro que tínhamos nossas preferências e posições), mas de ajudar a encontrar uma solução.

Entra a questão da pró-atividade e de não ter medo de ser protagonista para levar adiante políticas externas nas quais você, o País, acredita. No caso da Venezuela, essa questão se colocou de imediato e em algumas das primeiras conversas, logo que o presidente Lula tomou posse. Elas envolviam o próprio presidente Chávez, líderes sul-americanos e latino-americanos. Em torno desse tema ficou claro para nós que para o Brasil não bastava defender uma

posição, porque ainda que defendêssemos uma posição correta, a Venezuela podia caminhar para um conflito de grandes proporções, e isso não nos interessava.

Tínhamos que encontrar uma forma que permitisse respeitar a democracia e o governante eleito e, ao mesmo tempo, encaminhar, de maneira tanto quanto possível pacífica, uma solução para o problema. Daí surgiu a ideia do grupo de amigos da Venezuela. O próprio presidente Chávez tinha essa ideia, mas como várias vezes o presidente Lula disse, e nós também dissemos, Chávez tinha uma visão de que o grupo era composto por aliados da posição do governo. É natural que ele o fizesse assim. Só que isso, em nossa opinião, não ajudaria a resolver o problema, uma vez que o confronto continuaria.

Então, depois de muita discussão interna, surgiu a ideia de um Grupo de Amigos da Venezuela, que pudesse incluir países que sem dúvida apoiariam a posição da Venezuela e outros que até tinham sua relação com a oposição, mas que pudessem, de alguma maneira, contribuir para que se encontrasse uma solução pacífica.

Isso foi feito, inclusive com um detalhe para o qual vale a pena chamar a atenção: a Venezuela vinha sendo tratada no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), e todas as propostas de criação de grupos envolviam somente países da OEA. Para mim, isso tinha um sabor excessivamente monroísta, da doutrina de Monroe, de "América para os americanos". Embora nós não pudéssemos fugir demais do marco jurídico da OEA, porque era o único marco jurídico existente, não existia Unasul, nem nenhum outro expediente que permitisse atuar sem parecer uma interferência de um país nos negócios internos de outro. Nós já tínhamos dado algum apoio à Venezuela, a pedido de Chávez, onde até houve um entendimento entre Lula, então presidente-eleito, e Fernando Henrique Cardoso, para que nós assegurássemos o abastecimento de petróleo no momento em que houve um locaute nessa área.

Tínhamos que encontrar uma solução mais duradoura. Surge daí essa ideia de Grupo de Amigos, que incluía o Brasil, Chile (que

tinha inclinações progressistas), México (mesmo que tivesse inclinações menos "pró-Chávez", tinha uma tradição anti-intervencionista pela sua própria situação; não nos esqueçamos que o México foi o único país que se opôs a expulsão de Cuba da OEA, em 1964). Esses três países latino-americanos, mais os Estados Unidos (que eram evidentemente indispensáveis nesse processo), Espanha e Portugal (que também deveriam entrar). Embora os dois últimos tivessem governos conservadores, existiria uma vantagem, pois abriria um canal de comunicação com a oposição. Houve um momento em que se sugeriu que o Canadá fizesse parte, mas ficaria um grupo que era quase um Nafta e pensamos que então precisaríamos ter o Mercosul inteiro.

Com esse grupo foi possível manter um dialogo e encaminhar uma solução que o próprio presidente Chávez havia concebido. Outras soluções eram naturalmente rupturas do processo constitucional. Falava-se muito em uma eleição antecipada, e isso no nosso entender era certamente uma violação da Constituição. Na própria Carta Venezuelana, reafirmada pelo presidente Chávez, havia uma disposição que era o referendo revocatório: um instrumento pelo qual, na metade do mandato, todos os candidatos eleitos eram sujeitos à avaliação popular, e se houvesse um número de votos a favor da revogação maior do que aquele do que havia sido obtido inicialmente pelo titular do cargo, teria que renunciar. Essa solução era de acordo com a Constituição e a proposta que o próprio presidente Chávez fazia.

O nosso trabalho essencialmente foi convencer todos os atores de que esse era o melhor caminho, que houvesse o referendo revogatório. A oposição, relutantemente ou não, aceitou, porque era a saída prevista pela Constituição, talvez porque ela mesma não visse outra solução. Os próprios países interessados de uma maneira ou de outra apoiaram. Evidentemente, é sempre difícil convencer um país que ele tenha que se submeter a uma observação internacional. E não é que não confiássemos no presidente Chávez, porque

confiávamos. Numa situação dessas, para obter legitimidade maior, era importante confiar nessa observação que negociamos, que seria a da OEA, desde que o observador fosse também uma pessoa imparcial. O governo Venezuelano sugeriu que fosse um brasileiro, o nosso embaixador na OEA, Valter Pecly, e a OEA aceitou sem nenhum problema.

Então, pudemos acompanhar de muito perto o processo do referendo revocatório, que culminou na vitória do presidente Chávez e não foi contestada. Chávez foi reeleito e claro que todos os problemas da Venezuela não foram resolvidos, mas aquela grave crise foi superada, graças a uma ação incisiva do Brasil. O presidente Lula, com sua grande capacidade de persuasão, convenceu muitos dos líderes na reunião da posse do presidente Gutierrez, no Equador, ainda em janeiro de 2003, e ao longo do processo continuamos a manter conversas muito importantes, inclusive com os Estados Unidos. Eles se viram, de alguma maneira, levados a aceitar a liderança brasileira. Esse é um exemplo da conduta ativa e altiva.

O fim da Alca

Outro exemplo de ação diante da qual nós tínhamos que tomar uma atitude era a Alca. Menciono que oito anos antes eu havia sido ministro do governo Itamar Franco, quando essa ideia foi lançada. Uma das principais insistências de nossa parte foi em relação aos cronogramas, todos muito rápidos: eram cinco, seis anos, e o Brasil insistiu para que a implantação fosse em dez. Pode-se questionar: por que o Brasil não se opôs naquela época? Respondo de maneira simples e direta: se o Brasil tivesse se oposto frontalmente, o Mercosul teria acabado. Naquela época, o presidente Carlos Menem, da Argentina, e o ministro Domingo Cavallo eram totalmente a favor de um acordo de livre comércio com os Estados Unidos. Se o Brasil simplesmente tomasse a posição de "não vai ter", talvez aquele momento tivesse sido o fim do Mercosul.

Nós preferimos agir estrategicamente e garantir uma posição unida em relação à negociação e garantimos assim os dez anos. Claro que, naquela época, em 1994, não se poderia prever que oito anos depois o presidente Lula seria eleito. Mas o tempo é uma coisa muito importante em diplomacia. Quando não se tem como enfrentar uma situação, é preciso ganhá-lo para que as condições possam mudar.

O que estava colocado nessa negociação era muito negativo, em muitos sentidos. É claro que se pode criticar a Alca de uma maneira mais ampla, como um projeto hegemônico de um dos países, e de várias outras maneiras. Mas mesmo que se aceitasse a possibilidade da negociação, ela seria muito negativa para o Brasil. Aqueles assuntos que nos interessavam estavam sempre esquecidos em segundo plano, como subsídios agrícolas, medidas anti-*dumping*, questões ligadas a tecnologia e etc.

Por outro lado, as questões que interessavam aos Estados Unidos iam assumindo o primeiro plano. Eram serviços, investimento, tratamento de serviços por investimento (que é uma sutileza especial e fazia com que se retirasse das regras da OMC e tudo passaria a ter regras próprias), propriedade intelectual (não só propriedade intelectual em geral, mas a questão da solução de controvérsias) e etc. Eu não sou contra a defesa da propriedade intelectual – aliás, tenho três filhos cineastas. O que eu não desejo é que, por uma eventual incapacidade nossa, por falta de recursos de proibir a pirataria de um filme ou de um software, nós fiquemos sujeitos a uma retaliação de produtos que nós exportamos para os Estados Unidos, como aço ou suco de laranja.

As regras de solução de controvérsias da OMC eram, para nós, muito mais palatáveis que as da Alca. Embora não fossem ideais, eram razoáveis, tanto assim que os Estados Unidos tentaram entrar com uma ação contra o Brasil em matéria de patentes farmacêuticas, lá pelos anos de 1998, 1999, 2000. Desistiram, porque sentiram que o caminho não estava favorável a eles. O que eles

desejavam, na realidade, era que os acordos da Alca prevalecessem sobre seus membros em relação às regras da OMC, para que pudessem nos forçar a ter uma política de patentes ou de propriedade intelectual mais confortável aos interesses norte-americanos.

A própria negociação da Alca estava voltada contra nós, contra os nossos interesses. Na negociação de bens e produtos havia um compromisso de que em 45 dias o Brasil apresentaria sua lista de bens. Houve uma imensa pressão da mídia para que o Brasil apresentasse sua oferta nesse período. E nós achamos que não era o caso. Era preciso discutir com empresários, sindicatos, partidos políticos e outras forças sociais, e não haveria tempo hábil, segundo aquela estimativa, de fazer a oferta. Isso foi dito claramente e esse aspecto da política externa foi muito atacado.

Nós tínhamos um problema especial que era o Mercosul. Nessa época, a Argentina não estava mais com uma visão tão neoliberal como nos tempos de Menem e Cavallo, mas ainda hesitava nessa negociação com a Alca, e havia setores importantes que favoreciam negociação mais acelerada. Em minha primeira viagem como ministro, fui à Argentina colocar essa questão. Era início de mandato, eu tinha apoio do presidente. Mas como não sabia como as coisas iriam caminhar, tive que me valer de um estratagema quase que contra mim mesmo: me prevenir de que eu não seria suscetível a pressões no sentido contrário. Como eu iria participar de uma reunião empresarial na Argentina, e a reunião foi antes dos meus encontros políticos, já dei a posição do Brasil, e a essência era: nós seríamos flexíveis nas posições que dizem respeito ao Mercosul, mas, ao mesmo tempo, queríamos atuar conjuntamente em relação à Alca.

Fixamos essa atitude na Argentina e eu segui a Montevidéu, onde encontrei não só o ministro do Uruguai, mas também o do Paraguai, e coloquei mais ou menos o mesmo comportamento. Foi um longo processo e o fato é que, aos poucos, fomos nos firmando. Os Estados Unidos e algumas pessoas diziam: "mas o Brasil vai ficar isolado", "o Mercosul vai ficar isolado". Isso me fazia lembrar a

manchete de um jornal inglês do inicio do século XX, ou do final do século XIX, em que se dizia: "Nevoeiro sob o Canal da Mancha; o continente está isolado". Como o Brasil e o Mercosul poderiam ficar isolados se o verdadeiro objetivo da Alca era obter concessões sobre o Brasil e o Mercosul?

Progressivamente a Argentina foi assumindo uma posição mais próxima à nossa e os outros países do Mercosul também. Com isso, conseguimos chegar à reunião de Miami, em novembro de 2003. Lá conseguimos desentortar um pouco a negociação no modo como ela tinha sido feita. Conseguimos condicionar a questão da propriedade intelectual e dos subsídios agrícolas, sabendo que nenhuma das duas ia sair, provavelmente. Eliminamos a disputa entre investidor e Estado e retiramos a parte normativa, que foi deixada a cargo basicamente da OMC.

Mas à medida que fomos desentortando, o acordo deixou de ser interessante para uma grande parte dos Estados Unidos e, em um processo que durou um ano e meio ou dois, acabou sendo abandonado. Na realidade, a lápide da Alca foi colocada na famosa reunião de Punta del Leste, em que os presidentes Kirchner e Chávez se pronunciam de uma maneira muito vigorosa contra a Área. Na questão da Alca, nós mudamos a agenda da América do Sul. Posso dizer que, com minha experiência de 50 anos em relações internacionais, mudar um projeto básico dos Estados Unidos não é uma coisa fácil.

A invasão do Iraque

Na questão do Iraque a situação era um pouco diferente, porque nós não éramos forçados a tomar uma posição. Aliás, a tendência de muitos era a de não se intrometer e eu creio que a atitude do nosso governo foi oposta a isso. O presidente Lula quis participar, conversou e escreveu para o Kofi Annan e outros líderes. Esse foi

tema dos seus primeiros encontros internacionais, com o Gerhard Schroeder, primeiro-ministro da Alemanha, e Jacques Chirac, da França. O Presidente Lula teve um contato muito estreito com o Presidente Lagos, do Chile, pois este país estava no Conselho de Segurança da ONU.

Claro que nós não conseguimos evitar a invasão do Iraque, mas ficou marcada uma posição de independência e autonomia. Eu me recordo que a única vez que fui aplaudido por todos no Congresso Nacional foi quando fiz uma declaração de que o Brasil, em hipótese alguma, poderia aceitar a invasão do Iraque. A posição do Brasil ficou muito marcada. O país foi convidado a participar de conferências sobre a reconstrução do Iraque. Isso não causou nenhum atrito na relação com os Estados Unidos.

Eu estava com o presidente Lula no seu primeiro encontro com Bush, em Washington. O líder dos Estados Unidos começou a conversa da seguinte maneira: "Nós temos diferenças, mas vamos tratar daquilo que nos aproxima". Continuamos a falar de outros assuntos, como o etanol e questões onde Brasil e Estados Unidos poderiam ter interesses em comum. Ganhamos uma grande respeitabilidade em função daquelas atitudes. Eu diria também que aquela demonstração de independência teve reflexos em alguns países desenvolvidos.

O Conselho de Segurança

Na questão da ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil vinha defendendo com vigor a ampliação do órgão para facilitar a entrada de países em desenvolvimento. Havia sempre, contudo, muita resistência. A própria Alemanha, que era defensora da mudança, e o Japão, no tempo em que eu fui embaixador na ONU, diziam: "vamos fazer assim: Alemanha e Japão entram, mas vamos discutir uma fórmula para países em desenvolvimento...".

A França, membro permanente, tinha avançado um pouco e começava a falar que deveriam participar "Alemanha, Japão e os grandes países do Sul". Não mencionava quais, mas se podia supor implicitamente que o Brasil fatalmente seria um deles. Depois de um encontro meu com o ministro Dominique de Villepin, a França disse oficialmente que apoiava o Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança. A Alemanha, que antes vinha procurando criar uma distinção entre os candidatos desenvolvidos e outros mais "pobrezinhos", passou a assumir que nós éramos parte de uma mesma reivindicação.

Essa mudança de posição em relação ao Brasil tem a ver também com essa atitude independente em relação a um tema tão importante quanto da invasão do Iraque. A nossa voz passa a ser escutada e passamos a opinar em outros temas, sempre lutando com a oposição de muitos setores teoricamente bem informados, que diziam: "o Brasil não tem que se meter nisso", "o Brasil não tem que entrar na questão da Palestina", "para quê o Brasil vai falar do Irã?", "essas questões são longínquas para nós", e etc. Até aqui já temos quatro situações de agenda.

Organização Mundial do Comércio

A quinta situação na qual a agenda já estava colocada e nós mudamos a pauta foi na OMC. Lá as questões estavam colocadas de maneira muito desfavorável para o Brasil e os países em desenvolvimento. Não vou dizer que o Brasil nunca teve sua voz ouvida, pois não é bem isso. Sempre fomos um país de peso. Mas funcionava assim: os países grandes e ricos "fazem o acordo básico, depois vocês vêm e põem o que é de interesse de vocês, muda um pouquinho aqui, um pouquinho ali". E o acordo básico estava se repetindo agora na Rodada de Doha, cujo principal fator era a agricultura. Eles forçavam a abertura em setores de seu interesse, como produtos

industriais, serviços, compras governamentais e reforço das disciplinas na área de investimento, mas quase nada ou muito pouco na área de agricultura.

Era, na realidade, um acordo em que os Estados Unidos e a União Europeia acomodavam suas dificuldades de parte a parte. O acordo foi levado para Cancun e o Brasil, que já havia trabalhado um pouco nesse tema, liderou uma revolta que resultou na criação do primeiro G-20, não o dos líderes (o G-20 Financeiro), mas o G-20 da OMC. Foi, talvez, um dos momentos mais dramáticos que vivi na diplomacia multilateral, pois o ataque era constante e persistente. Conseguimos criar um movimento que contaminou não só países em desenvolvimento, mas uma parte muito grande da opinião pública mundial, a tal ponto que os países do G-20, como Índia e Brasil, passaram a ser requisitados a todo instante.

Com isso conseguimos que o acordo não fosse assinado. Obviamente, isso foi apresentado como algo negativo, "o Brasil bloqueou o acordo da OMC". Sim, bloqueou um acordo que seria altamente prejudicial aos nossos interesses e, obviamente, a Rodada não acabou, mas se tivesse acabado naquele momento, talvez somente em 20 anos se teria a oportunidade de lançar outra, mais favorável. Isso ao menos foi evitado. A consciência de que era preciso aglutinar os interesses de todos os países foi fundamental para que o G-20 fosse vitorioso.

Em um período bem posterior, na reunião de Hong Kong, em 2005, somamos o G-20 ao G-90, um grupo mais amplo de países em desenvolvimento, e conseguimos fazer uma declaração única sobre o fim dos subsídios a exportação, muito a contragosto da União Europeia. Isso exigiu um grande esforço diplomático, um trabalho constante. O presidente Lula me mandou diversas vezes conversar com o presidente Alejandro Toledo, do Peru, com o presidente Álvaro Uribe, da Colômbia, que eram países que tinham entrado para o G-20.

O interessante no G-20 era a existência de uma posição firme e unida, apesar de algumas escapadelas. Com isso houve uma mudança radical na maneira como as questões eram negociadas na OMC, e eu digo isso com conhecimento de causa, porque fui embaixador do Brasil no antigo GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), onde o grupo predominante era o *Quad*. Eram os Estados Unidos, a União Europeia, o Canadá e o Japão. Eles ditavam as regras e, com base naquilo que era discutido entre eles, tentava-se fazer ajustes.

Durante a Rodada de Doha, a partir dessa rebelião de Cancun, passou a existir um outro G-4, composto por Estados Unidos, União Europeia, Brasil e Índia, o que acabou por mudar completamente a dinâmica das negociações. Hoje em dia eu diria que esse G-4 é um G-5, porque a China, que antes participava do G-20 e era muito cautelosa nas suas posições, é bem mais proativa.

O Ibas

Agora, há aqueles casos em que nós realmente inventamos a agenda. Um deles é a criação do Ibas, esse grupo Índia, Brasil e África do Sul, que são três grandes democracias do mundo em desenvolvimento, que têm em comum grupos multiétnicos e que se orgulham de suas características. Isso foi uma criação do início do governo Lula. Uma ministra da África do Sul me sugeriu a criação de um grupo de países em desenvolvimento, que achei que seria a repetição de um grupo já existente, o G-15, e que não teria resultados práticos. Sugeri que pegássemos uma coisa mais simples, três países com grande afinidade, e assim foi criado o Ibas.

Quem criou o Brics foi o Goldman Sachs, em uma análise de mercado sobre quais seriam os países que teriam mais futuro. Mas politicamente a criação do Ibas foi absolutamente fundamental. Não

obstante, o Ibas precisa de uma permanente ação afirmativa, uma vez que o Brics tem muito mais apelo para a mídia, pois são as grandes economias e a China envolvida.

A Casa

Criamos também a agenda quando inventamos a ideia da Comunidade Sul-Americana de Nações. Essa era uma ideia que não existia. O que havia era o Mercosul, o grupo Andino e outros, mas não existia essa ideia de unir todos em uma organização. Trabalhamos muito no governo Lula, desde o início, para ter um acordo entre os países do Mercosul e da comunidade Andina. O objetivo era ter a base de uma comunidade sul-americana de nações, o que acabou resultando em um longo processo. Hoje em dia, fala-se muito em Aliança do Pacífico e que "eles fizeram um acordo de livre comércio". Mas nós já temos um grupo de livre comércio com os países do Pacífico.

A ideia de uma Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) foi uma invenção, uma coisa nova. Nós já falamos atualmente em uma Escola Sul-Americana de Defesa, quando antes só existia um colégio interamericano, que pode continuar a existir, mas é de fundamental importância que nós afirmemos a identidade sul-americana.

Outro exemplo foi quando o Brasil propôs uma sistemática de reuniões entre a América do Sul e os países árabes. Nós estávamos mexendo em "placas tectônicas" no mundo, porque as regiões e os países em desenvolvimento não se encontravam entre si. Seria impossível fazer isso através dos outros, era uma coisa absolutamente nova e, em função disso, foi muito atacada. Faço uma menção também à política africana e à ênfase que o presidente Lula deu a ela, mudando totalmente nosso perfil.

O alinhamento das políticas externa e de defesa

Esse foi o início da política externa *altiva e ativa*. Ela teve muitos desdobramentos, debatemos a questão da Palestina e Israel em fóruns internacionais e buscamos encontrar uma solução pacífica para o programa nuclear iraniano. Isso exigiu certa ousadia, mas era reflexo de uma situação que já estava produzida. O próprio Presidente dos Estados Unidos pediu nossa ajuda, dizendo que ele tinha "estendido a mão para o Irã" e que não havia sido correspondido, por essa razão precisava de amigos que falassem com aqueles que não eram amigos dele.

Esses são exemplos da política externa brasileira. Para finalizar, apenas gostaria de dizer que a política de defesa, a que hoje cabe a mim, deve estar alinhada à política externa e dar suporte a uma diretriz independente e afirmativa.

O Brasil é um país pacífico, que não têm inimigos, sobretudo na região. Isso vai levar a que progressivamente nós consigamos desenvolver uma identidade sul-americana de defesa e isso é muito importante. Ao mesmo tempo, o Brasil não pode ignorar as ameaças do presente e do futuro. Nós vivemos em um mundo de Estados-nação. Podemos não gostar disso, mas é a realidade. Nesse mundo, ataques de variados tipos continuarão a ocorrer, nós podemos e devemos reagir a alguns deles de forma diplomática, mas também temos que estar preparados para reagir, não necessariamente com ataques agressivos, mas com uma defesa robusta.

O Brasil mal despertou para a defesa cibernética. Ela foi incluída na Estratégia Nacional de Defesa há cerca de cinco anos. O Brasil e a América do Sul devem estar preparados para defender seus recursos naturais, que são altamente cobiçados e cada vez mais escassos, tal como sua capacidade de produção de alimentos, energia e água (que será um recurso altamente escasso no futuro do

século XXI, de acordo com *think tanks* americanos). Temos que defendê-los. Precisamos defender não só com as armas do século XIX e XX, mas também com os escudos do século XXI, que incluem a cibernética. É um longo caminho, mas deve ser percorrido.

Debates com o plenário

1) Sua filiação ao PT teve alguma implicação concreta em sua relação com os quadros do Itamaraty? As críticas por parte da mídia aumentaram?

Celso Amorim: Minha filiação ao PT só ocorreu em 2009, quando fui convidado. Antes do governo, eu não conhecia o presidente Lula. Para não dizer que jamais havia estado pessoalmente com ele, eu o vi na eleição de 1989, num coquetel, e ele não se lembra disso, evidentemente. Eu tinha amigos no PT e talvez o mais próximo fosse o Marco Aurelio Garcia, talvez outros. Uma vez o ministro Luiz Dulci disse uma coisa muito interessante: "Você não conhecia o PT, mas o PT conhecia você". Parece uma coisa muito simpática e agradável e de qualquer maneira creio que isso tenha afetado minha escolha. Além do mais, do ponto de vista formal, quando entrei para o PT, eu já não era dos quadros ativos do Itamaraty. Depois que Lula foi reeleito eu me aposentei voluntariamente, antes de chegar a idade da aposentadoria compulsória.

2) Qual sua posição sobre a idea de o Ibas estar sendo engolido pelo Brics?

Celso Amorim: Se o Ibas está sendo engolido pelo Brics é uma pergunta realmente muito interessante e tem a ver com o que eu

disse sobre a ação afirmativa. O Ibas tem iniciativas que dificilmente podem ser tomadas pelo Brics na mesma extensão. Um exemplo nós temos hoje na área da minha competência atual: as manobras chamadas IBSA-Mar, em que os três países do Ibas participam de manobras navais no Atlântico Sul, o que tem muito a ver com sua afinidade em termos de política, não só da política de cada um dos países, mas também em termos de política global.

É mais fácil encontrar uma posição comum em termos políticos, inclusive de direitos humanos (que foram mencionados), no Ibas do que no Brics, por razões óbvias, as quais vou me dispensar de comentar. Acredito que o Ibas é muito importante. Num certo sentido, a ampliação do Brics para incluir a África do Sul poderia encerrar esse risco de engolir o Ibas. Mas se perderia uma identidade, visto que todos os membros do Ibas seriam também membros do Brics.

Não quero diminuir a importância do Brics, visto que no Fundo Monetário Internacional (FMI) e nas reuniões do G-20 ele é muito mais importante que o Ibas, pois estamos falando de um peso econômico e internacional maior. É evidente que para muitos assuntos o Brics será mais importante, mas acredito que o Ibas deve manter sua personalidade.

3) A cooperação tem sido um dos marcos de sua gestão no Ministério da Defesa. Como incrementá-la na América do Sul sem desencadear uma corrida armamentista ou discordância dos Estados Unidos?

Celso Amorim: O risco dessa corrida armamentista certamente, do ponto de vista do Brasil, não existe. Eu volto a dizer: nós não nos sentimos ameaçados por nenhum dos países da América do Sul e não sentimos que nenhum dos países da América do Sul nos veja assim. Isso, apesar de o Brasil ser o maior. Pode surgir aqui e

ali alguma rivalidade, isso é normal e faz parte das relações internacionais, mas não há ameaça. Nós atuamos com transparência, de maneira a fortalecer a indústria de defesa de todos os países, não só daqueles que estão supostamente mais avançados. Já há exemplos, como o novo avião cargueiro e reabastecedor que deverá substituir boa parte dos antigos aviões Hercules C-130, que está sendo produzido. É um projeto brasileiro e teve participação da Argentina, interesse da Colômbia, e estamos trabalhando nesse sentido. A Argentina apresentou um projeto de treinador básico de avião, do qual estamos participando. É claro que cada um participa com suas possibilidades. Há um projeto de navio patrulha fluvial entre Brasil e Colômbia. Nós temos que trabalhar juntos e a área cibernética é uma que demanda essa ajuda.

4) O protagonismo do Brasil se deu muitas vezes através da aproximação com países com pouca tradição de respeito aos direitos humanos, como o Irã. Assim sendo, até que ponto o Brasil tem o respeito aos direitos humanos como importante linha de política externa? Como ele pode contribuir na expansão para países com pouca tradição de defesa?

Celso Amorim: Se só formos ter relações com países que consideramos ter um comportamento perfeito em matéria de direitos humanos, provavelmente não vamos nos relacionar com ninguém. Isso não quer dizer que na nossa atuação não tenhamos procurado sempre manter esse aspecto e de uma maneira muito concreta. Por exemplo, minha última viagem como chanceler foi à Republica Democrática do Congo, onde o Brasil foi oferecer um milhão de dólares por meio do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o programa de proteção das mulheres contra a violência sexual, um exemplo concreto de apoio aos direitos humanos. E nós sempre procuramos trabalhar de maneira persuasiva, sem

invasão das responsabilidades e da soberania de cada país. Essa é a forma que nós temos procurado seguir e acredito que seja o jeito mais positivo.

5) Como o Brasil deve se posicionar na questão da espionagem cibernética?

Celso Amorim: Passei uma sessão inteira da Comissão de Relações Exteriores do Senado falando sobre isso e tenho medo de, na tentativa de dar uma resposta rápida, ser mal interpretado ou de omitir algum ponto importante. Mas volto a dizer: o Brasil e a América do Sul não podem ter ilusões. Temos de nos preparar para a guerra do futuro. Não para fazê-la, mas para evitá-la. E para evitá-la é preciso estar preparado para se defender. Talvez seja o mais velho ditado da política internacional: "se queres a paz, prepare-se para a guerra". É isso que nós temos que fazer na defesa cibernética. Estarmos capacitados a nos defender. Nós nunca poderemos defender tudo, nem os Estados Unidos poderiam. Isso exige investimentos pesados na área de ciência e tecnologia e é o que temos procurado fazer, ainda que de forma tímida, porque os recursos ainda são pequenos e é um processo que requer tempo.

5

2003-2013 - O Brasil frente aos grandes desafios globais

Samuel Pinheiro Guimarães[1]

Os desafios enfrentados pelo Brasil no plano internacional podem ser classificados em cinco tipos: de natureza econômica, política, militar, tecnológica e ambiental.

Os desafios de natureza econômica muitas vezes têm a ver com a política interna brasileira. O primeiro deles, e talvez o mais conjuntural, é a crise econômica internacional. Ela começou financeira, tornou-se econômica e hoje é social, com graves reflexos sobre a política interna brasileira.

[1] Samuel Pinheiro Guimarães foi ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (2009/2010) e secretário geral do Itamaraty (2003/2009) no governo do presidente Lula.

A crise influencia, e de certa forma até condiciona, a política econômica interna, que pode seguir uma estratégia equivocada de enfrentamento, adOtando a austeridade, contenção de despesas, redução de programas sociais e assim por diante, que é o que vem sendo aplicado principalmente na Europa, mas também em outros países. A própria existência da crise tem consequências para a política interna, não só econômica como também social.

Essa situação levou a uma questão ideológica interessante. Em seu início, havia uma percepção generalizada, e até mesmo uma convicção, de que ela tinha sua origem nas políticas neoliberais. As políticas de desregulamentação, principalmente do mercado financeiro internacional, teriam gerado todo um ambiente favorável à especulação. Esta é uma questão que se refere ao próprio processo capitalista que, segundo alguns, tende a crises de superprodução periódicas. À última fase de superprodução se adicionou uma crise especulativa de grande escala. Aliás, o capitalismo é especulativo por sua própria natureza. Não só o sistema financeiro, como o produtivo. Mesmo as atividades produtivas estão baseadas em apostas de que o investimento dará lucro, mas não é possível ter certeza, apenas há expectativa. Então, há sempre uma tendência especulativa dentro no sistema, acentuado no quesito financeiro. Naturalmente, o sistema financeiro é importante, pela captação de poupança da sociedade, financiamento de investimentos, ainda que nele não se produza nada, pois de toda a forma ele é essencialmente especulativo.

Essa crise no início levou à condenação da teoria neoliberal e à responsabilização do sistema financeiro, mas a ação sistemática dos meios de comunicação e dos formuladores ideológicos nos permitiu superar essa percepção. Hoje em dia, ninguém mais acusa nem o sistema financeiro, nem o neoliberalismo pela crise. E qual foi a sua causa, então? Ninguém mais indaga. A crise simplesmente ocorreu.

Além disso, há um processo enorme de concentração de renda nos países altamente desenvolvidos e subdesenvolvidos, o que

mostra que a crise de nenhuma forma prejudicou o sistema financeiro ou seus gestores, os banqueiros e executivos. A própria concentração de riqueza mostra que eles se beneficiaram com a crise e com as políticas dos governos para enfrentá-la.

Regulamentação ou liberalização

Outro aspecto de desafio econômico com que se defronta o Brasil é a questão da normatização internacional. Há um esforço extraordinário para normatizar a atividade econômica, ou seja, para gerar regras que sejam aplicadas em todos os países, para tornar a economia global sujeita a determinadas regras, em benefício das megaempresas multinacionais. Isso se fez através da Rodada Uruguai do antigo GATT, atual OMC, com as regras relativas ao comércio, aos serviços, investimentos, à propriedade intelectual e que tentam, de uma forma geral, desregulamentar, reduzir o papel do Estado e permitir maior liberdade de ação das empresas multinacionais. Isso prossegue, como advertiu o economista coreano Ha Joon Chang, autor do livro *Chutando a Escada*: os países desenvolvidos procuram impedir que os periféricos venham a utilizar as mesmas políticas econômicas que levaram ao desenvolvimento dos países que, na época, não eram industrializados, como Alemanha, França e assim por diante.

Os próprios Estados Unidos adotaram determinadas políticas que permitiram seu desenvolvimento econômico e hoje querem proibir que outros países as apliquem. Esta questão é muito grave, porque atinge um aspecto importante para nós, que é a questão da globalização e das empresas multinacionais.

Atualmente, o processo de globalização continua, mesmo que enfrente dificuldades decorrentes das baixas taxas de crescimento na Europa e nos EUA, ainda que compensadas pelas altas taxas de crescimento na periferia, principalmente na China. Elas, contudo,

não se verificam nem em todos os países subdesenvolvidos nem em todos os países dos Brics, nem no Brasil, nem na África do Sul.

A China é a nova fronteira de expansão do capitalismo. Na China, se encontram as grandes empresas multinacionais, que lá produzem e exportam para o resto do mundo. Esta situação tem a ver com a dificuldade de se enfrentar a atual crise internacional, isto é, a situação de lento crescimento, desemprego renitente, estagnação nos principais centros desenvolvidos que correspondem à maior parte da economia internacional. Na grande crise de 1929, as grandes empresas tinham a maior parte de suas operações em seu território nacional. Agora as grandes empresas são multinacionais, com operações em diferentes países. Para estas empresas multinacionais é indiferente ter suas unidades produtivas em Ohio, em uma região qualquer da Itália ou da França, ou em qualquer parte. Dependendo de condições de lucratividade, estas empresas fecham suas fábricas nos países de sede ou em qualquer outro e abrem novas unidades de produção na China.

Do ponto de vista da empresa, o sistema econômico mundial não está indo mal porque se beneficiam da expansão da China. Quem se prejudica com a crise internacional são os trabalhadores que não podem sair de Ohio para a China e lá receberem os salários vigentes.

Há todo um esforço da política neoliberal para reduzir os direitos do trabalhador, do que é oportuno falar aqui, já que estamos na região do ABC, em São Paulo. Criou-se uma ideia de que a forma de superar a crise é o aumento da competitividade e da produtividade e que, para alcançar tais resultados, seria necessário reduzir as despesas com os programas sociais, estabelecer rígido equilíbrio orçamentário e "flexibilizar o mercado do trabalho", isto é, reformar a legislação trabalhista para reduzir direitos tão arduamente conquistados. Esta interpretação e solução para a crise e para a retomada do desenvolvimento vêm sendo advogada no Brasil.

Emergência da China

A emergência da China como um grande centro de produção industrial, cada vez mais sofisticada, crescendo a taxas extremamente elevadas nos últimos 30 anos, é algo que afetou muitos países, em especial da América do Sul, como o Brasil, porque criou uma demanda extraordinária por produtos primários, no caso brasileiro por soja e minério de ferro, no caso da Argentina por soja, trigo e milho, e nos países andinos por minérios.

A esta enorme demanda por produtos primários se soma uma enorme oferta de produtos industrializados a baixíssimos preços. Esta situação em poucos anos tornou a China o principal parceiro comercial da maior parte dos países da América do Sul. De um lado, ela torna os investimentos no setor agrícola e de mineração mais lucrativos, no setor industrial muito mais arriscados e no setor de serviços mais preservados da concorrência externa. Os fluxos de investimentos internos e externos tendem a se dirigir para o setor primário e de serviços e a evitar o setor industrial. O atual processo de desindustrialização da economia brasileira tem aí sua origem.

Os empresários instalados no Brasil, apesar de todas as benesses que receberam, como desonerações de impostos em grande escala, não retomaram os investimentos. Dificilmente o empresário pode ser convencido a retomar seus investimentos quando sofre intensa concorrência externa, chinesa, mas também americana e europeia. Esta concorrência se acirra devido ao esforço dos Estados Unidos e da Europa no sentido de procurar vencer a crise pelo lado das exportações. O presidente Barack Obama proclamou que o objetivo americano é dobrar suas exportações em cinco anos, algo que exige um esforço extraordinário, que significa não apenas aumentar exportações mas também reduzir importações e gerar superávits comerciais.

Grandes blocos

O primeiro desafio político para o Brasil é o processo, em curso, de formação de grandes blocos de Estados no mundo. Isso tem a ver com as negociações internacionais, cada vez mais amplas. Grande parte dos temas, cuja regulamentação antes era de competência exclusiva dos Estados, hoje é resolvida internacionalmente, em conferências globais.

A questão do meio ambiente, até poucos anos atrás, era uma questão nacional, em que cada país decidia sua política e regulamentação. Hoje passou a ser um tema internacional. O mesmo vale para outros assuntos, como direitos humanos e migrações. Nessas negociações, onde cada Estado tem um voto, é importante para qualquer um deles estar acompanhado de outras nações. Daí a importância da formação de blocos.

Recentemente a mídia celebrou o ingresso da Croácia na União Europeia. A importância que a Croácia pode ter para a União Europeia, do ponto de vista econômico, é zero. Mas a importância política é muito grande. Nas reuniões internacionais a União Europeia passa a ter, como conjunto, mais um voto. A mesma coisa ocorreu em relação a Malta, Chipre, etc. Existe um movimento internacional de formação de grandes blocos. Um é o da Europa, outro é o grande bloco americano, que se organiza a partir de acordos de livre comércio entre os Estados Unidos e os Estados da América Central e o Chile, Peru e a Colômbia. E o terceiro se forma em torno da China.

A Aliança do Pacífico, formada por México, Peru, Chile, Colômbia e Costa Rica, reúne países que celebraram acordos de livre comércio com os EUA e que estão em uma estratégia político-econômica de confrontação com o Mercado Comum do Sul (Mercosul), com grande apoio da mídia internacionalmente organizada. No caso da política externa brasileira, temos o desafio do Mercosul e da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Uma característica da América do Sul é a assimetria entre os países que a integram,

principalmente entre o Brasil e cada um dos demais países. No caso da América Latina e Caribe, como um todo, essas assimetrias são muito maiores.

Há a necessidade de modificarmos a estratégia econômica da evolução. O Mercosul passou por um processo muito intenso de expansão do comércio e dos investimentos e verificamos que cerca de 90% ocorre entre Brasil e Argentina. Destes, cerca de 50% a 60% corresponde a produtos do setor automotivo, um tipo de comércio regulamentado, não livre.

Não existe livre comércio

O livre comércio é uma ficção, em especial no caso do Mercosul, porque a maior parte é regulamentada por um acordo que organiza a produção, as exportações e importações das empresas multinacionais automotivas. No caso das empresas montadoras, este acordo determina às empresas multinacionais o que elas devem produzir e o que podem exportar. O mesmo ocorre no comércio de outros produtos, porque se trata, em grande parte, de multinacionais. Porém, a regulamentação é feita por elas próprias, sem a participação dos Estados.

A Unasul revelou ser de grande importância para criar a possibilidade de os países da América do Sul decidirem suas questões políticas sem a interferência de potências extra regionais. Potência extra regional é um eufemismo para o nome de um país chamado Estados Unidos.

As pendências regionais antes eram levadas à Organização dos Estados Americanos (OEA), onde a influência americana é muito grande, assim como sua capacidade de arregimentar votos em favor de seus interesses. Dentro da Unasul temos dois grupos de países: os que celebraram acordos de livre comércio com os EUA e os que não o fizeram e têm estratégias de política externa diferentes.

Naturalmente, os Estados são soberanos e têm o direito de ter a estratégia que bem entenderem.

Desafios militares

Existe um desafio de política externa que é a questão do Conselho de Segurança. Também no âmbito político, a participação em certos organismos/grupos como os Brics e o Ibas constitui outro desafio de grande importância para o Brasil.

As dificuldades militares para a política brasileira, e para todos os países do mundo, se concentram na expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que gradualmente se torna um organismo de intervenção militar altamente desenvolvido em qualquer região do mundo. A Otan não é, portanto, apenas do Atlântico Norte. Ela passou, cada vez mais, a intervir em outras regiões e se arrogar este papel, usando o Conselho de Segurança como meio, como ocorreu no caso da Líbia. Esta não foi uma ação de direitos humanos, mas de derrubada de um governo (regime *change*) que lhes era contrário.

Há também a questão do "direito de proteger". A sequência dos fatos que se verificou em todo o Oriente Próximo e poderia se verificar em outros países fora desta área, inclusive na América do Sul, é mais ou menos a seguinte: estimula-se manifestações pacíficas, normalmente sobre temas como democratização, educação, saúde e corrupção; a imprensa age como estimuladora, amplificadora e excitadora; as manifestações pacíficas são infiltradas por agentes provocadores (tipo *black blocs*) que estimulam confrontos com as forças policiais, que resultam em feridos, mortos, etc.

Na sequência, surge na opinião pública e nos governos dos países desenvolvidos a "preocupação" com a violação de direitos humanos naquele país. Começa uma campanha internacional de defesa dos direitos humanos e de demonização daquele governo.

Eventualmente, o caso é apresentado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e começa a busca da aprovação de sanções em uma escalada. Esta nova estratégia de derrubada de governos (regime *change*) considerados hostis é extremamente importante e não se deve pensar que não pode ocorrer em certos países porque seriam maiores ou melhores. Ela pode ser posta em prática em qualquer lugar do mundo.

Espionagem

A questão da espionagem se configura como mais um desafio para a política externa e interna brasileira. A espionagem, em grande e sofisticada escala tecnológica, é uma ação cuidadosamente encoberta (e sempre desmentida) exercida por grandes agências estatais. Os recentes episódios envolvendo a NSA (National Security Agency), a mais secreta de todas as cerca de 35 agências de espionagem do governo americano, revelam a situação de vulnerabilidade política a que estão sujeitos todos os países, não só subdesenvolvidos como desenvolvidos, e que tem efeitos também econômicos.

Por exemplo, saber o que as autoridades militares pensam a respeito da compra de aviões para a Força Aérea Brasileira (FAB) é muito interessante para poder influir sobre as pessoas e acontecimentos. Uma licitação relativamente pequena, de sete bilhões de dólares, é uma coisa trivial, porém algo extremamente importante do ponto de vista do comércio exterior.

No Brasil, temos a ideia (ilusão conveniente?) de sermos um país pacífico, do bem. Em primeiro lugar, não é bem assim. As estruturas sociais no Brasil são extremamente violentas e basta olhar para a periferia pobre e marginal das cidades para ver o que é violência. Os pobres são vítimas de violência permanente e extraordinária, e ela não é pequena. Estamos longe de sermos um país cordial.

Em segundo lugar, o Brasil pode ser sujeito também à violência, em maior ou menor escala. Enquanto as políticas brasileiras não forem de confrontação ou de maior autonomia, tudo fica bem. Se elas se transformam em políticas de maior afirmação entraremos em um jogo de grande violência.

Desafios tecnológicos

O processo de aceleração do progresso tecnológico e científico é extremamente rápido e é o que confere competitividade às empresas, que gera a capacidade de produzir bens novos e mais baratos. Esse é o cerne da atividade empresarial, o desenvolvimento de métodos que permitam alta produção a custos mais baixos. Para isso, é preciso o trabalho de engenheiros, mas se depende, sobretudo, da existência das unidades produtivas, quer sejam estatais ou privadas.

O sistema de espionagem é altamente sofisticado, assim como os programas de aviões não tripulados, mas são desenvolvidos por empresas especializadas em produtos militares. Para o Brasil é um desafio, porque nossa economia, toda a indústria automobilística, farmacêutica, o setor de serviços e outros são profundamente penetrados pelo capital internacional. O grau de competitividade da nossa economia não depende dos nossos operários, mas das máquinas das empresas que estão instaladas no Brasil. O fato de o Brasil não conseguir exportar para um país qualquer um determinado produto industrial não se dá em razão do custo, mas porque aquela máquina não tem um produto competitivo.

O Volkswagen que sai da fábrica brasileira não é o mesmo Volkswagen que sai da fábrica da Alemanha. Pode ser o mesmo modelo, ter o mesmo nome, mas é outro produto, muito mais sofisticado. Naturalmente, o produzido no Brasil é um produto menos sofisticado e, portanto, não competitivo. Não é uma questão dos custos da mão de obra, porque no Brasil são perfeitamente

razoáveis, assim como a sua eficiência, o que já foi demonstrado em pesquisas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Grandes desafios

É um grande desafio fazer com que as empresas instaladas no Brasil, grande parte delas multinacionais, contribuam efetivamente para o desenvolvimento tecnológico. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderia, na sua política de empréstimos, estimular e até exigir o desenvolvimento e a adoção de máquinas pelas empresas que sejam competitivas, na medida em que é maior que o Banco Mundial e o Banco Interamericano juntos. O poder de compra do Estado – e o Estado brasileiro compra um volume de bens muito grande – pode determinar e exigir determinadas características e um certo esforço tecnológico.

Os desafios ambientais não são um assunto superado. O agravamento dos problemas ambientais e do aquecimento global prossegue. Este é um desafio não só para nós. É uma questão transnacional, pois de pouco vale o Brasil, isoladamente, fazer políticas de controle, que são uma contribuição, mas não a solução.

Debates com o plenário

1) A mídia tem cumprido um papel perverso de ocupação das consciências, divulgando amplamente anti-valores, atentando contra a soberania nacional, defendendo um alinhamento automático com os Estados Unidos e agindo contra a integração latino-americana. Na opinião dos debatedores, qual o papel da democratização da comunicação neste momento?

2) Embaixador Samuel: tratando-se das multinacionais, qual a política ou a estratégia que o senhor imagina em relação ao processo de fusão das grandes empresas, multinacionais em especial, e a concentração de setores? O setor de alimentos hoje está 40% na mão de três multinacionais (o WalMart, americano, Carrefour, que é francês e o Casino, que é uma fusão da França com o Brasil)?

3) Recentemente houve a fusão da Anhanguera com a Kroton, configurando-se assim o maior monopólio educacional do mundo, envolvendo 1,5 milhão de estudantes universitários de todo o mundo. Nesse cenário, gostaria que os membros da mesa comentassem sobre qual papel imaginam que deva ter a educação na integração da América Latina?

Samuel Pinheiro Guimarães: O controle dos meios de comunicação é essencial para o controle da sociedade pelas classes hegemônicas dentro de uma determinada sociedade, e das classes hegemônicas mundiais sobre as locais – por meio dos diversos sistemas de elaboração de conceitos, visões do mundo, e assim por diante – e que levam a decisões inclusive das classes governantes.
A mídia brasileira e de outros países fez uma campanha extraordinária para demonstrar que o regime político da Venezuela é uma ditadura. Um grande número de pessoas, inclusive de esquerda, acredita que o regime da Venezuela seja uma ditadura, opinião que resulta de uma campanha sistemática que influencia as decisões dos governos sobre suas relações com a Venezuela, o que permite e justifica uma eventual intervenção. Na medida em que se pode fazer acreditar que um regime é ditatorial, que oprime e viola os direitos de seus cidadãos, cria-se as condições pra justificar uma política de mudança de regime, como chamam os norte-americanos. Isto é, de golpe de Estado, para traduzir para a linguagem corrente. Dessa forma, a mídia é extremamente importante e sua democratização é uma questão prioritária. Os Estados que tentaram promovê-la, como é o caso da Argentina, do Equador, da Venezuela,

sofrem uma campanha internacional extraordinária, como se a democratização da mídia fosse uma censura à imprensa, um atentado ao direito de expressão.

A pergunta da senhora Lucilene trouxe um argumento adicional ao que havia dito: 40% do setor de alimentação no Brasil hoje é controlado por três grandes grupos de enorme alcance internacional. Seria possível adotar legislação sobre a concentração de poder em multinacionais, o que não seria fácil de aprovar, mas os movimentos populares deveriam se organizar para impedir esse controle da economia – e agora vou usar uma linguagem antiga – pelo capital estrangeiro.

Uso aqui uma linguagem bem antiga, porém de perfeito conhecimento das nossas lideranças, as chamadas "perdas internacionais". Um episódio dessas perdas ocorreu com a desoneração de impostos: desonerou-se o capital, que não investiu na expansão da capacidade instalada para aumentar o emprego e a produção, e os recursos desonerados (os impostos perdoados) foram enviados para o exterior sob a forma de remessas de lucros. Em lugar das empresas multinacionais quem pagou os impostos (acrescidos para compensar as desonerações) foi a população.

Como resolver o desafio da concentração? A legislação sobre abuso do poder econômico do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), não tem tido efeito. É necessária uma movimentação popular, uma pressão para evitar que isso ocorra e que tenha efeitos diretos no balanço de pagamento, na remessa de lucros para o exterior, até para a própria estabilidade da economia brasileira que está, a meu juízo, em grave risco.

O companheiro da UNE mencionou a fusão da Anhanguera com a Kroton, que são dois grandes grupos na área da educação. O Estado permitiu a entrada de capital estrangeiro em duas áreas estratégicas: a saúde e a educação, quando poderia tê-la limitada e disciplinada.

Os investimentos na área da educação não geram divisas, geram lucros, remessas de lucros e contribuem para a fragilização da balança

de pagamentos. O sistema educacional gera lucros extraordinários. Este é igualmente, por razões culturais, ideológicas, sociais um problema grave e a aprovação de uma legislação adequada depende de campanhas dos movimentos sociais.
Os grandes interesses econômicos têm excepcional acesso às instâncias decisivas do Estado, do governo, e naturalmente os movimentos populares não têm o mesmo acesso. É preciso fazer pressão para que isto ocorra, para que esses temas sejam levantados e façam parte da pauta dos movimentos populares.

Pedro Bocca[2]

O governo que nós temos no Brasil hoje, do qual participamos no processo de eleição e para o qual compusemos um campo social, foi eleito numa época em que os movimentos sociais e setores da sociedade estavam muito envolvidos com a política internacional. Na virada da década de 1990 para os anos 2000 houve o Fórum Social Mundial (FSM), a Campanha Continental contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e as jornadas internacionais de solidariedade contra a Guerra no Afeganistão, além de outras questões que acabaram envolvendo muitos movimentos sociais, inclusive os ligados ao então presidente Lula.

Isso acontecia quando o governo ainda não era "nosso", não era desse campo político. A partir do momento em que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu, observamos certo afastamento dos movimentos sociais e das organizações brasileiras dessa pauta. Essa administração foi eleita a partir de uma série de contradições internas, o que se reflete em sua própria composição, nas alianças que tiveram que ser feitas e também na política externa (ainda que extremamente progressista).

[2] Pedro Bocca é secretário de Relações Internacionais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Haiti e Israel

Podemos mencionar algumas, tentando dialogar com a fala do ministro Patriota: falou-se um pouco sobre a necessidade do Brasil de se abrir para o Caribe, quando, ao mesmo tempo, mantemos as tropas brasileiras lá. O Chanceler falou um pouco disso, mas é importante que nós, enquanto movimento social, reafirmemos que o Haiti não precisa de soldados e sim de médicos, engenheiros, professores. E me parece que o Brasil pode avançar nessa "solidariedade" – eu coloco Aspas porque me parece que não é bem solidariedade o que se está fazendo.

O ministro Patriota também falou sobre as relações com a Palestina, que de fato são um avanço. Mas acho que é importante pontuar o discurso da presidenta Dilma sobre essa questão na primeira assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), em que ela esteve como mandatária. Foi um marco histórico, mas é bom também lembrar que seguimos negociando tratados econômicos e comerciais com Israel, inclusive sendo o principal defensor do tratado de livre-comércio entre Mercosul e Israel. Portanto, existe uma série de contradições que precisamos notar.

O Brasil tem um papel político e econômico que pode oferecer ao mundo uma série de alternativas. Se essas mobilizações de julho de 2013 representaram, de certo modo, uma crise do sistema político e econômico internacional ou do neoliberalismo, acho que isso também se aplica às relações internacionais e à crise das instituições tradicionais de representatividade.

Novos atores

É necessário que sejam envolvidos outros atores sociais na política internacional, além dos governos e das grandes instituições que já conhecemos. Ou seja, essa crise é de representatividade política

e o Brasil, que se propõe a ter uma política externa altiva e ativa, tem também a tarefa de construir caminhos para que a participação popular, da sociedade civil organizada, se faça efetiva nas relações internacionais.

Capital e informação

Vivemos um momento em que, com a mundialização do capital, temos também a mundialização da informação. Esta chega para todos numa velocidade muito rápida, o que faz com que os próprios movimentos sociais tenham também uma nova dinâmica de atuação.

Se antes tínhamos uma relação muito focada em grandes campanhas unitárias para temas específicos, hoje cada um dos movimentos sociais aqui representados e que fazem parte desse nosso coletivo tem suas próprias secretarias, escritórios, relações individuais como organização. Isso demonstra que há vontade de participação, mas que essa vontade está além dos governos.

Parece-me que o Brasil pode ter a tarefa de inovar no que diz respeito à participação política nas relações internacionais. Precisamos criar condições para que a sociedade participe desse processo e possa se envolver na política externa.

Itamaraty

É o momento de se colocar junto ao Itamaraty, uma organização extremamente elitista e fechada, mas também de diálogo. Logo, é hora de termos outros órgãos para desenvolver a política externa brasileira, para que o Brasil não seja representado só por ele, mas que consiga envolver os negros, as mulheres, os sem-terra, os sem-teto na composição dessa política. Que o Brasil de fato seja

um país de todos, como diz o slogan do governo, também nas relações internacionais. Esse é o primeiro passo para que tenhamos uma administração popular.

Debates com o plenário

Pedro Bocca: Respondo uma pergunta que veio pela internet, porque depois, a partir dela, vou entrar em outros pontos. Uma pergunta da professora Regina Laisner, da Unesp de Franca: Como tem se desenvolvido as tarefas do Movimento Sem Terra (MST) na articulação da América Latina? Existe prioridade estratégica nesse sentido?

Sim. Para nós, do MST, a articulação para a integração sempre foi prioridade. Tivemos a I Assembleia Continental dos Movimentos Sociais da Aliança Bolivariana para as Américas (Alba), uma articulação fundada em 2009, no Fórum Social Mundial de Belém, e nesses quatro anos, com muita dificuldade, tentamos unir movimentos sociais e organizações da sociedade dos países americanos como um todo, da Argentina ao Canadá. Essa tem sido a nossa prioridade com a América Latina, a Secretaria Continental dos Movimentos Sociais da Alba está a cargo do MST. Havia mais de 250 movimentos sociais de toda a América nesse encontro.

Quanto à questão da democratização da mídia: creio ser esse um ponto fundamental, não só para as relações internacionais, mas também para a sociedade em geral. Acredito que acabamos de viver no Brasil um momento histórico e isso refletiu um pouco o papel que a mídia teve nesses últimos dois meses, especialmente no mês de junho. É uma vergonha para o nosso governo não termos conseguido aprovar uma lei ou uma proposta de regulamentação dos meios de comunicação. Dos movimentos sociais também é o papel de fortalecer os espaços de mídia e pressionar o governo para que eles sejam mais difundidos (com concessões abertas), como nos casos da teleSur, a Alba TV e a TVT.

O primeiro ponto que gostaria de chamar a atenção, no tocante aos grandes desafios globais, é que aqui as pessoas vivem completamente fora da realidade – e não sei se o presidente Lula estava certo ou não quando afirmou ser a crise uma "marolinha" para o Brasil.

O público reproduz um discurso bem afinado contra os produtos chineses, repetindo determinados órgãos de imprensa, depois pegam um avião e vão para Miami para voltar com muitas caixas de produtos chineses e ficam muito bravos se alguém desconfia que aquelas 18 caixas podem passar de US$ 500. Realmente não há noção das coisas. No verão de 1939 estreou em Paris uma peça de teatro chamada *Tout vas trés bien, madame la marquise*. Afirmavam que o boato de que haveria guerra era um exagero. Menos de um ano depois Paris estava ocupada pelos alemães.

Tempos tranquilos?

Os tempos que nós estamos vivendo não são tranquilos. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães chamou a atenção para o fato de que olhar só o Brasil para dentro nos dá uma autoimagem de que as coisas são tranquilas. Por estarmos um pouco deslocados geopoliticamente, acreditamos que nenhuma grande onda vai golpear nossa região. Talvez até não atinja diretamente, mas ela vai afetar profundamente a nossa inserção internacional. Então, o primeiro ponto a se destacar é que os atores sociais, estatais e acadêmicos não levam em conta a gravidade da situação internacional.

Um segundo ponto é: o que permitiu essa chamada nova política externa? Em primeiro lugar, penso que houve uma globalização

[3] Paulo Fagundes Vizentini, coordenador do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (Nerint) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

acompanhada de um discurso, e o discurso antiglobalização foi a sua réplica. Ficamos presos num maniqueísmo muito pobre, do ponto de vista acadêmico, científico e epistemológico, para explicar a realidade e a complexidade desse fenômeno. Se de um lado existe a chamada "financeirização", outras coisas há que são curiosas.

Por exemplo, o capitalismo atingiu certo grau de maturidade e bruscamente se amplia para o conjunto do planeta, para áreas que antes não estavam incorporadas a ele. Falta um estudo sobre a mutação intrínseca do capitalismo no sentido espacial. Ele não só foi absorvido na China e no espaço do antigo mundo soviético. Ele atinge as novas ondas de desenvolvimento e está integrando ao mercado mundial bilhões de pessoas na África, no Oriente Médio e em outras partes.

Qual seria o impacto da luta sobre determinados pólos e a questão das empresas *versus* Estado sobre o capitalismo internacional? Ainda não vi uma reflexão convincente desse aspecto, a discussão ainda é muito pobre e muito orientada politicamente. Por que não voltar a clássicos como Karl Marx e estudar este fenômeno? Temos uma autocensura dentro da academia que, às vezes, assusta. O capitalismo é o sistema que está no Brasil e em todo mundo. O que não quer dizer que não haja contradições e que não vão surgir fraturas e possibilidades, mas para compreendermos isso, precisamos estudar a realidade.

Obviedade chinesa

A emergência da China é um fenômeno por demais óbvio. Entretanto, o que é óbvio demais às vezes não é tão bem compreendido. Precisamos decifrar o dragão, que não tem um plano tão maquiavélico assim. Ele vai se deslocando, mas tem uma visão mais ou menos flexível do lugar aonde quer chegar e isso impacta na realidade internacional.

Se um operário de uma determinada região do primeiro mundo perde o emprego, possivelmente um camponês do outro lado do mundo vai ganhar um emprego. Esse é um dos dilemas deste sistema. Talvez o sistema não seja mais suficientemente flexível para dar conta do conjunto de contradições como quando a relação centro-periferia era mais clara. Portanto, há muito o que se pensar.

Criou-se uma conexão gradativa da relação sul-sul – e não falo aqui de cooperação, tampouco tento dar um toque ideológico e mágico como "que beleza, nós cooperamos". Eu me refiro a conexões e isso está mudando, como já houve mudanças sistêmicas. Como dizia Florestan Fernandes, "às vezes não se sabe bem para onde ir, não se entende bem os fenômenos; então, tem-se que olhar para onde o inimigo atira". Onde o inimigo atira, ali é onde está o elemento mais importante. Então, podemos concluir muita coisa vendo aqueles que tudo ouvem, que tudo sabem e que tudo leem.

Quais são as políticas que estão sendo implementadas? Não o discurso, as políticas. George W. Bush, abandonando a ideia de *soft power,* permitiu ao Brasil uma certa margem de manobra, porque a pressão era contra outras regiões e aqui houve espaço não só para o Brasil, mas a região toda teve oportunidade para transformação pela emergência de uma nova agenda.

Diz-se que o neoliberalismo entrou em crise e surgiu o anti-neoliberalismo. Doce ilusão! O neoliberalismo vem como uma onda que chega ao seu limite, então recua um pouco em seus excessos e se estabelece, se institucionaliza. Quem ocupar um cargo público hoje vai ver a grande dificuldade que é fazer com que algo funcione. Tudo foi blindado nos anos 1990 para que o Estado não tenha capacidade de atuar e leve toda a culpa pelo que não funciona. As pessoas são educadas para pensar que o Estado é algo separado da sociedade, uma armadura apenas, sem vontade própria. Essa é uma concepção liberal.

A nova qualidade

A ideia é convencer as pessoas de que o seu problema está no Estado, de que é o dinheiro público que tem de ter virtude, no Estado existe corrupção, mas não existe corruptor. Esse é o quadro em que surge a reedição de uma diplomacia ativa, autonomista e global com o presidente Lula.

Quais foram as vantagens? O que permitiu isso? Em primeiro lugar, a qualidade do homem é fundamental. O presidente Lula é o primeiro cidadão da classe trabalhadora a ocupar uma posição de mando neste País. A mídia dizia que era ignorante e despreparado, mas ele demonstrou uma capacidade que poucos têm: a sensibilidade para os fenômenos sociais. Mais do que estudar, ele viveu essa realidade. Então, sua postura, sua qualidade foi um fator inegável que contribuiu para uma nova política externa, além de ter encontrado um mundo em transformação.

Houve uma tentativa nos anos 1960, 1970 e 1980, mas sempre parecia haver ondas em sentido contrário. No século XXI pegamos um quadro diferente. Talvez até as ondinhas na superfície viessem numa direção, mas havia uma forte corrente submarina em direção oposta, e isso se fez sentir. Tudo permitiu novas alianças, como as parcerias estratégicas, a emergência de regimes aliados na América do Sul com agendas progressistas e, uma coisa que poucos se dão conta, o desenvolvimento da África.

A África é um continente em profunda e rápida transformação e nós estamos em um tremendo atraso para compreender e avaliar o fenômeno. Existem 54 Estados africanos, com uma complexidade enorme. Os africanos ficam muito bravos quando um livro tem na capa um leão e um elefante, uma paisagem, e dizem: "continuamos exóticos". Quando se vai à África eles afirmam: "nós queremos desenvolvimento, queremos estradas, hospitais, escolas, emprego... é isso que nós queremos". Isso está acontecendo e se deve, de certa forma, muito à China e sua chegada naquela região.

Muitas pessoas desejavam que no segundo dia de governo o presidente Lula tivesse resolvido os problemas do País. Em primeiro lugar, o presidente eleito não tinha a maioria no Congresso. Isso levou a um governo de coalizão, isto é, um grande problema nos dias atuais. Aqueles que se acusavam violentamente na mídia durante a campanha, logo montam um governo de coabitação e praticam políticas mais ou menos comuns. E isso leva, sem dúvida nenhuma, a um descrédito por parte da população, sem alternativas em termos políticos. E isso também acontece no Brasil.

Muro de Berlim

Creio que a esquerda nunca fez um balanço correto da queda do muro de Berlim, das grandes transformações que ocorreram no mundo. Criou-se um clichê do fim da história, defendido, na direita, por Francis Fukuyama, e a esquerda gostou porque foi uma contra explicação, para poder se vitimizar e insultar o outro lado.

Agora, uma análise do que efetivamente ocorreu e como isso impactou nas visões, estratégias e percepções, isso não foi propriamente feito. Hoje se conversa com uma pessoa e se tem quase certeza de que se trata de um aderente de certo partido que, não sei por que razão, escolheu como símbolo uma ave da Amazônia, que é uma área em desenvolvimento, não é uma zona do hemisfério norte. Quando se olha mais de perto, descobre-se ser uma pessoa de esquerda, mas que não sabe bem o que é isso. Esse é um fenômeno muito alastrado.

Havia certa desorientação na nova política externa, um anti-estatismo herdado da luta contra os militares e também da pós-modernidade francesa, uma deficiência da compreensão nacional e a importação de modelos norte-americanos acerca do que é uma nação e quais são suas características. Essa diplomacia foi fantástica, mas não teve, por exemplo, uma mobilização popular como teve

a política externa independente, que estava no bojo de um grande movimento de discussão sobre nação e desenvolvimento. A sociedade estava em marcha e as pessoas tinham opinião, era negativo não tê-la.

Hoje, aquele que tem opinião é chamado de ideológico. Portanto, não sei o que os outros são: se são fisiológicos ou o quê. Não é mais possível ter opinião. Isso é curioso, pois a academia deve ser um ambiente de discussão de todos os temas.

Nas manifestações de junho de 2013 que o embaixador mencionou, muitas das coisas que foram destruídas e depredadas são órgãos e bancos públicos e, não por acidente, o Itamaraty. Dentre todos os prédios escolheram aquele especificamente. Esse é um recado. Não o vê quem não quer, pois é mais cômodo não ver.

Pragmatismo de Geisel

O outro momento foi o Pragmatismo Responsável dos anos de Ernesto Geisel. Também a nova política externa 2003-2013 não tinha a vantagem que aquela teve durante a ditadura, que era um poder de decisão sobre o que fazer sem ser pressionado por atores em pele de cordeiro, ou seja, grupos de fora do Brasil desejando ditar a agenda do País. Às vezes até países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que estão com tropas de ocupação em vários países, bombardeando outros, fazendo intervenções na África, derrubando governos...

Eles vêm até aqui nos dar lições – pasmem! – de direitos humanos, de como nós devemos nos comportar. Eu me pergunto o porquê de não fazerem isso primeiramente em casa. Nós estamos tentando arrumar a nossa casa e só vamos aonde somos convidados. Por que é mais fácil fazer política na casa dos outros e não em nossa própria? Esse tipo de vulnerabilidade não existia antes, porque o limite entre o interno e o externo é muito tênue.

Isso sempre se discute em Relações Internacionais: o que é um fator interno e o que é um fator externo? O limite é cada vez mais difícil de ser estabelecido.

Crise na América do Sul

Aqui a crise econômica resulta numa espécie de salve-se-quem-puder, cada um buscando a solução para o seu problema imediato, o que afeta um pouco a integração e tem se revelado muito débil à coesão interna dos regimes progressistas. Há o problema interno de que, sem dúvida nenhuma, houve um avanço grande de distribuição de alguma renda seguindo o velho esquema de tentar dar aos pobres sem necessariamente tirar dos ricos. Há aí uma percepção instintiva, para mencionar José Honório Rodrigues, de que já na época da Colônia e do Império se vê uma elite para quem interessa que o País fique na segunda divisão, desde que eles fiquem de capitão do time.

Essa é a questão. A mudança afeta e provoca reações, mas a melhoria de vida não foi acompanhada por um trabalho de politização. Para muitos a questão é como conseguir mais e sem apoiar nada, sem se envolver nas questões sociais e políticas. Ou seja, como entrar no *shopping* e buscar lá um celular melhor.

Creio que o fenômeno das manifestações mostrou um despreparo da parte dos últimos governos, que foram completamente negligentes e não têm os aparelhos de informação necessários. Já disse Angela Merkel: "um país que se preze, tem um serviço de inteligência". Por que deixar que só o outro lado tenha serviço de inteligência e atue aqui dentro? Tais fatos permanecem sem resposta adequada e mostram uma fragilidade. Não obstante, há otimistas achando que caminhamos para mais democracia, mais desenvolvimento e mais progresso. Eu não estou entre estes.

Temo que a situação que se cria leva à derrubada do prestígio internacional do Brasil e reduz rapidamente o desenvolvimento. As mencionadas manifestações parecem estar acelerando o processo.

Um dos alvos é certamente a PEB e neste ponto somos vacilantes: creio que ela seja uma política boa, mas que sofre com a falta de efetividade. Sempre quisemos que nossa política externa fosse, de alguma maneira, aplaudida e tivesse unanimidade – isso se assemelha mais ao Pequeno Príncipe do que ao Príncipe de Maquiavel e não existe em política.

Essa política externa é uma pré-condição para sairmos do estágio em que nos encontramos e uma alavanca muito importante para a transformação da ordem mundial, para que os elementos de solidariedade do projeto consigam sobreviver e façam com que estas forças, a favor do desenvolvimento e contra a guerra, tenham capacidade de se impor e de discutir as grandes questões. A planilha de custos do capitalismo está se tornando inviável em decorrência da inclusão de toda a humanidade dentro do sistema moderno. Sabemos que em determinadas épocas de crise, não podendo fazer com que as coisas andassem para frente, o capitalismo as fez andar para trás, com a guerra. Esse é o perigo.

Debates com o plenário

1) Com relação à exposição do professor Vizentini, não está claro se esse caráter apartidário das manifestações seria de fato uma crise de representatividade e não uma falta de ação do governo.

2) A mídia tem cumprido um papel perverso de ocupação das consciências, divulgando amplamente anti-valores, atentando contra a soberania nacional, defendendo um alinhamento automático com os Estados Unidos e agindo contra a integração latino-americana. Na opinião dos debatedores, qual o papel da democratização da comunicação neste momento?

3) Professor Vizentini, no tocante à distribuição de renda, como mudar essa realidade social, já que o Brasil avançou muito em

projetos estruturantes que incluíram milhões de pessoas, mas não ocorre a diminuição das desigualdades sociais?

4) Recentemente houve a fusão da Anhanguera com a Kroton, configurando-se assim o maior monopólio educacional do mundo, envolvendo 1,5 milhão de estudantes universitários de todo o mundo. Gostaria que os membros da mesa comentassem sobre qual papel eles imaginam que deva ter a educação nesse cenário de integração da América Latina.

Vizentini: A blindagem da ação do Estado foi feita na Constituição de 1988 e criou uma série de mecanismos para evitar que se voltasse a uma situação como a do regime militar. Só isso? Não, havia mais coisas. Havia um projeto já em andamento e se criou uma série de instituições que fragmentaram a ação do Estado e, desde dentro, bloqueia a ação do governo. E o dinheiro vigiado é do executivo. Aqueles ministérios com prédios velhos caindo aos pedaços, as escolas, as universidades, os hospitais públicos. Existe a finalidade de bloquear a ação do Estado. Essa é a sua razão de ser. Apartidário não quer dizer absolutamente nada. Apartidário não quer dizer apolítico ou que não haja alguém por trás com uma ideia muito clara do que fazer, e o faz, como na fábula do flautista de Hamelin, atraindo os ratinhos. Se os partidos não se respeitam, por que as pessoas vão respeitar os partidos? Essa é uma tática nova, muito boa, de dizer que você está fora de tudo, o impoluto que nada tem a ver com tudo. Frases bonitas e de efeito são ditas em todos os países, mas são sempre vagas.

Por fim, abordo brevemente a questão da educação. É curioso o Brasil ter universidades de nível internacional, de nível muito elevado, mas uma educação básica muito atrasada. Por que? Como é que é esse processo?

Porque corre por fora. A elite forma bem os seus filhos, mas eles não querem que os outros se formem tão bem, não devem pensar demais, daí o ataque ao chamado populismo. Eu sou muito grato ao

populismo, foi o que me permitiu estudar. Eu jamais teria passado no vestibular se não fosse o populismo, conceito uspiano liberal. Aquilo era popular, um pouco primitivo, mas era popular, permitiu muita coisa.

Isso acontece pela razão de manter essa pirâmide social, evidentemente. O que está acontecendo hoje é que é um pouco complicado e perigoso. Temos que considerar alguns estudos do Banco Mundial dos anos 1980, em que se faziam propostas para a educação. Eles não são papel velho, pois se encontram em plena execução. O que aconteceu na Argentina e em outros países é lamentável. Destruíram as universidades públicas, jogaram ali todos os desempregados. Sem dinheiro, sem um plano estratégico, as universidades são completamente degradadas. Então se criam filiais de grandes redes internacionais e dizem que são de qualidade e que as empresas vão recrutar funcionários diretamente delas.

Nós temos um exemplo maravilhoso que é a Universidade Federal do ABC, mas não podemos pensar que o Lula já resolveu o problema. Não, Lula apenas jogou a semente. Agora é preciso cuidar dela muito bem, porque o plano de transformar várias universidades públicas em depósitos de pobres continua e assim, a longo prazo, degradar a qualidade do ensino e fazer restar apenas a opção privada. Isso continua acontecendo.

6

Avanços, impasses e desafios da integração

Maria Regina Soares de Lima[1]

A política sul-americana do governo do PT

Do ponto de vista histórico, o Brasil não teve, até recentemente, uma política sul-americana que englobasse toda a região. A agenda regional estava concentrada no Cone Sul, em especial nas relações com a Argentina. Um primeiro movimento de alargamento desta agenda partiu do governo de Fernando Henrique Cardoso, com o lançamento da Iniciativa de Integração da Infraestrutura

[1] Maria Regina Soares de Lima é Professora de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).

Regional Sul-Americana (IIRSA), responsável pelo primeiro encontro de chefes de Estado da região. O governo Lula não apenas tornou a região uma das prioridades de sua política externa, como conferiu ao relacionamento com a América do Sul uma característica distinta da iniciativa anterior, muito calcada na integração da infraestrutura, visando abrir um corredor para as exportações brasileiras chegarem ao Pacífico. A inovação da agenda sul-americana na política externa do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) teve como um de seus objetivos criar eixos de integração, não de dentro para fora da região, mas para dentro, conectando diversos países no intuito de superar um dos legados mais perversos da experiência colonial pretérita, qual seja o direcionamento centro-periferia nas relações externas das antigas colônias. Trata-se, portanto, de duas concepções distintas de região e de integração.

Uma outra inovação foi conferir um sentido político claro ao relacionamento regional, não apenas com vistas a conferir um peso político à América do Sul, mas com o propósito de gerar identidade e solidariedade fortes. Há uma ideia de senso comum equivocada, a meu ver, de que a legitimidade da política externa tem que estar calcada nos seus resultados econômicos, relegando à dimensão política baixíssima prioridade. Este preconceito, que costuma ser incentivado pela mídia, de um modo geral, parte da ideia de que a política externa tem que dar resultados, tem que ser instrumental para a inserção econômica do país. Não é preciso lembrar que 90% das exportações brasileiras de manufaturados tem como destino o MERCOSUL. O bloco sempre teve um papel importantíssimo, ainda que apresente uma concentração no comércio com a Argentina. Contudo, a dimensão política é aquela que faz a diferença e que distingue a orientação dada à agenda regional desde 2003.

A seguir, assinalo quatro facetas de inovação da agenda sul-americana do governo PT em um contexto de grande heterogeneidade da economia política regional. Em seguida, discuto alguns dos desafios da nova agenda, tendo em vista as dimensões do País

face aos vizinhos, em um contexto de crescente importância política e econômica da região para a política externa brasileira.

Inovações da agenda sul-americana do Brasil

A primeira inovação é sua própria concepção. O Mercosulganhou um novo significado no governo Lula. Nos anos 90, quando foi criado, seu principal objetivo era liberalizar o comércio exterior brasileiro, assegurando que as resistências protecionistas seriam quebradas pela inauguração de um experimento de regionalismo aberto no Cone Sul. Cabe recordar que, no início do processo de cooperação Argentina-Brasil, na década anterior, os objetivos eram distintos, no sentido de se constituir uma comunidade *conosureña* e simultaneamente aumentar o poder de barganha de Argentina e Brasil nas negociações globais. Na década seguinte, a iniciativa foi transformada, no contexto da proposta da criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em um projeto de mercado comum, mas sua principal inspiração era travar a inclinação à integração comercial nos moldes do regionalismo aberto. O primeiro aspecto importante da política externa do governo do PT foi exatamente o de mudar o sentido da integração e do Mercosul, incorporando à dimensão comercial, a integração produtiva e os âmbitos político, social e da participação da sociedade civil. Isso é inestimável do ponto de vista da integração.

A segunda inovação tem a ver com o reconhecimento das assimetrias estruturais, tendo em vista a desigualdade do peso econômico entre os vários países sul-americanos. O reconhecimento desta assimetria reproduz no âmbito regional a mesma demanda que historicamente o Brasil defendeu na liderança do G-77, grupo dos países em desenvolvimento. Neste âmbito, o país sempre demandou dos países centrais a instituição de tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, com o argumento

de que não se pode tratar desiguais como iguais e que, portanto, haveria de se criar regras e normas especiais para este conjunto de países nas negociações da agenda do desenvolvimento. Ainda que o país tenha tido liderança relevante à frente do G-77 nas negociações nos anos 70, nunca reconheceu este mesmo tratamento especial para os países menores na região. Nesse contexto, a instituição do Fundo de Convergência Estrutural (Focem), em 2006, no qual o Brasil aporta cerca de 70% dos recursos e recebe 10% em programas, representa uma mudança conceitual e o reconhecimento de que, sem buscar atenuar as assimetrias entre os países, não é possível avançar no processo de integração regional.

A terceira inovação é conceitual e cognitiva e está baseada na premissa de que existe uma forte vinculação entre a prosperidade do Brasil e a prosperidade da região. Essa interdependência não seria apenas para nos precaver de eventuais externalidades, fruto de fronteiras cada vez mais porosas. Mas está inserida na crença de que não podemos crescer se a região não crescer junto. A prosperidade dos outros nos interessa. Podemos entender essa inovação cognitiva e política do ponto de vista de um interesse próprio brasileiro ou de uma perspectiva solidária e identitária. Não importa, porque as consequências são as mesmas do ponto de vista da ação brasileira na região. Este quadro cognitivo está ausente dos modelos de regionalismo aberto.

Finalmente, a quarta inovação tem a ver com a construção de um pólo de poder regional, no contexto das transformações globais em curso. Ainda que a natureza da mudança na ordem internacional ainda não esteja clara para decisores e analistas, está em curso uma relativa difusão do poder internacional e países como o Brasil operam para influir em uma eventual conformação futura, no sentido de enfatizar as dimensões da multipolaridade, ainda que existam diferenças acentuadas entre os vários centros de poder. Essa é uma visão distinta da anterior. No final dos anos 1990 prevalecia a concepção de uma integração por via da Alca e, portanto, de maior

alinhamento político-econômico aos eixos de poder. Como é sabido, o debate sobre a Alca foi uma das questões de política externa que mais mobilizou a sociedade brasileira, tendo o PT assumido a linha de frente no repúdio a esta iniciativa. Foi uma vitória que o Brasil tenha se negado à constituição da Alca.

Na visão anterior, no contexto das discussões da Alca, partia-se do princípio de que o Brasil era um negociador global e que estava a um passo de se integrar globalmente. Neste debate estavam representadas duas visões distintas de região: na primeira ela é vista como um espaço de lugares, em que a vizinhança importa e é possível construir uma identidade comum, uma comunidade de destino. Para tanto, a integração deve ir além da instituição de preferências tarifárias e a demarcação de áreas de livre comércio. Neste sentido, é dada ênfase à cooperação em várias temáticas, à construção de instituições regionais e uma série de iniciativas comuns. Prevalece uma visão integrada de região e o desiderato de se constituir uma sociedade integrada política e economicamente, como também um mercado de trabalho na região. Essa ideia original é retomada, de alguma forma, em função da inserção das economias regionais na globalização, por via da constituição de um mercado de consumo de massa regional.

As transformações profundas na cooperação sub-regional com a formação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), as mudanças no Mercosul, com maior ênfase na dimensão política, na inclusão de mecanismos de participação da sociedade civil e uma inédita preocupação com a assimetria estrutural e a constituição da Alba, sob liderança venezuelana, levaram ao que a literatura denominou regionalismo pós-liberal, cujas características são: primazia da agenda política, papel do Estado na coordenação econômica, preocupação com questões sociais, que vão da neutralização das assimetrias estruturais entre os países à inclusão de amplos segmentos, antes excluídos dos direitos da cidadania política e dos benefícios econômicos com a erradicação da pobreza na região.

Em alguns casos, como a Venezuela, Bolívia e Equador, agregou-se uma dimensão marcadamente antiliberal e repúdio à dinâmica do regionalismo aberto, defendido pelos Estados Unidos.

À esta visão, que presidiu a constituição da União Europeia, se contrapõe uma perspectiva da região como um espaço de fluxo, onde os países não se integram propriamente, mas participam do elo de uma cadeia produtiva que pode estar localizado em vários países e regiões. Este modelo de regionalismo é consequência da mudança tecnológica do capitalismo, que permitiu ao processo produtivo se fragmentar em elos diversos, localizados em vários países. Essa concepção está por trás da formação da Aliança para o Pacífico, com a inclusão do México, Chile, Colômbia e Peru. Na linha dos Acordos de Livre Comércio, e formalizando os vínculos que esses países já tem com os Estados Unidos no modelo de regionalismo aberto, a Aliança tem um claro sentido geopolítico na intenção de fazer face ao regionalismo pós-liberal. A constituição da Aliança do Pacífico dá mais corpo ao grupo de países que enfatizam as soluções de mercado, a liberalização comercial, a integração às cadeias produtivas globais, com políticas externas mais convergentes aos Estados Unidos e favoráveis ao *status quo* da governança global.

Ainda é cedo para avaliar se estamos de fato diante de dois modelos alternativos de regionalismo, tendo em vista os prognósticos mais pessimistas com relação às consequências da desaceleração da China e à queda dos preços das *commodities* sul-americanas, bem como com respeito aos cenários políticos cambiantes na América do Sul, em particular com o aumento da incerteza política que se abriu após a morte de Hugo Chávez. Porém, alguns países podem ter incentivos para aderir às novas iniciativas transcontinentais, de arranjos de liberalização comercial e de investimento, propostas pelos Estados Unidos.

Contudo, quaisquer que sejam os cenários que se concretizem no futuro próximo, é no mínimo curioso que, ao mesmo tempo em que ganha corpo uma iniciativa de integração nitidamente

liberal, a Aliança do Pacífico, o México adira à Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) e a Colômbia, apesar de alguma hesitação inicial, se torne membro plenamente integrado à Unasul. Esses movimentos tendem a confirmar o argumento de que a heterogeneidade dos processos de integração comercial em curso parece induzir a constituição de iniciativas de cooperação regional que têm um elemento em comum: a exclusão dos dois principais atores norte-americanos, os Estados Unidos e o Canadá. Primeiro, a Unasul enfatizou a sub-região da América do Sul; em seguida, a Celac ocupou espaço mais amplo na América Latina. De alguma forma, ainda que haja maior diversidade regional, os governos latino-americanos parecem querer preservar, ou resgatar para alguns, uma identidade comum que os faz diferente da "outra América" e que, consequentemente, cria interesses comuns em torno de um *ethos* anti-hegemônico, com graus variados de adesão entre eles, mas que é distinto da concepção de um espaço hemisférico ampliado que presidiu a formação do sistema interamericano sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Poder regional

Quais são os desafios colocados para o Brasil pela mudança de paradigma da política externa no que diz respeito à região? Penso que a dimensão do país na região cria um desafio complexo, em termos do enfrentamento da questão do tipo de poder regional que é o Brasil. Com base na literatura especializada, pode-se sugerir pelo menos quatro características para uma definição de poder regional, enquanto um tipo ideal.

Em primeiro lugar, possuir capacidades materiais e organizacionais (políticas) para a projeção de poder regional; em seguida, demonstrar vontade em assumir esse papel, que se expressa pela existência de uma concepção ou visão própria da estrutura

de governança regional; também obter o reconhecimento e aceitação dos vizinhos para o exercício desse papel, tendo em vista que o *status* de poder regional é uma categoria social; e, por fim, ter liderança regional.

Mesmo que de forma impressionista, o que as evidências sugerem com respeito ao *status* do Brasil como poder regional? Se considerarmos os indicadores tradicionais de capacidades, como PIB e população, por exemplo, poderemos, com relativa certeza, afirmar que o país possui capacidades materiais suficientes para projetar poder em âmbito regional. No período de 1980-84, o Brasil foi responsável por 34,43% do Produto Interno Bruto (PIB) regional na média. Nos anos de 2005-7, sua participação no PIB regional subiu para 55,65%. A presença econômica do Brasil é cada vez mais forte no comércio, investimentos e financiamento, constituindo um pólo de atração econômica para toda a região. Pode-se afirmar que a ordem regional é unipolar do ponto de vista da distribuição do poder material.

A segunda dimensão diz respeito à vontade de liderar a região que se expressa em uma concepção própria do que deve ser a governança regional. Neste aspecto, há que se destacar que não existe consenso na sociedade brasileira com relação ao papel que o Brasil deveria desempenhar. Talvez, de uma forma um tanto simplificada, seja possível distinguir dois macro enquadramentos sobre a região. Um deles, predominante nos anos de 1990 de hegemonia do neoliberalismo, sublinha que a vocação da América do Sul é a de se constituir em um espaço econômico integrado, um mercado ampliado para sua inserção competitiva nos mercados globais.

Essa visão homogeneíza os defensores da participação do Brasil nas cadeias produtivas globais que criticam o Mercosul, por isolar o Brasil dos fluxos de comércio e capital e impedir a inserção competitiva brasileira nos fluxos dinâmicos de comércio. Dessa perspectiva, o Mercosul deveria ser flexibilizado para facilitar a inserção competitiva do País e os modelos de integração, como a

Aliança do Pacífico, são preferidos exatamente por se organizarem em cadeias produtivas de valor.

Um enquadramento alternativo parte de uma ideia de integração distinta, no sentido de que os acordos visam a criar mercados regionais, operados pelas empresas ali estabelecidas. Esse é o modelo original do Mercosul, ao qual se agrega na contemporaneidade um sentido da formação de uma comunidade sul-americana mais ampla e capaz de gerar um mercado de consumo de massa, aumentando o poder de barganha da região no plano global. Como se argumentou acima, este tem sido o enquadramento dado pela política externa desde o governo Lula. A adição de pelo menos quatro novos elementos diferencia esse governo do anterior. Em primeiro lugar, uma concepção de integração que inclui, além do comércio e investimentos, as dimensões política e de participação social, o reconhecimento das assimetrias regionais e o objetivo de buscar "equacioná-las de forma generosa". A constituição do Fundo para Convergência Estrutural (Focem), em 2006, foi assim uma inovação na cooperação regional na aceitação inédita do princípio do tratamento especial e diferenciado, tradicionalmente demandado pelo Brasil nos foros norte-sul, mas não reconhecido no plano regional. Também relevante foi o reconhecimento da existência de profunda interdependência e estreita vinculação entre a prosperidade do Brasil e a de seus vizinhos. Finalmente, propor a constituição de um pólo de poder sul-americano, capaz de impulsionar a construção de uma ordem mundial multipolar.

Reforçando a constatação de que não existe consenso com respeito à estrutura da governança regional, pesquisa realizada com uma amostra de setores das elites econômica, política e social, revelou a existência de pelo menos três correntes de opinião entre as elites. Os "globalistas", perfazendo 27% da amostra, concebem o Brasil como um *global trader*, advogando uma agenda seletiva de integração regional, concentrada apenas no comércio, investimento e infraestrutura de transportes e comunicação. Os "regionalistas",

caracterizando 38% da amostra, defendem que a projeção global do País depende da sua capacidade de integrar o continente, como um passo necessário para a unificação dos mercados mundiais, cujo roteiro passaria também pela negociação de acordos preferenciais de comércio com países fora da região. Finalmente, os "pós-liberais", que privilegiam uma agenda profunda de integração com a América Latina, questionando os modelos liberais de integração por sua natureza marcadamente comercialista, exclusão de grupos sociais e ausência de preocupação com uma distribuição mais equânime dos benefícios do desenvolvimento. Esse grupo representou 29% da amostra.

Do ponto de vista das orientações da política sul-americana do PT, é importante que se mencione uma outra inovação, que diz respeito ao maior envolvimento do Brasil nas questões domésticas dos vizinhos com vistas ao exercício de um papel de mediação em episódios de instabilidade regional, como foram os casos da crise política da Bolívia em 2008, o conflito envolvendo Equador, Colômbia e Venezuela em 2008, a defesa da democracia em Honduras em 2009, dos incidentes entre Colômbia e Venezuela em 2010 e a destituição do presidente Fernando Lugo, do Paraguai, em 2012. Importa, porém, observar que em todos os episódios acima, a participação brasileira se deu por via das instituições regionais, privilegiando a condução multilateral da crise em questão. Os críticos da atuação brasileira nesses episódios costumam ressaltar que a política externa estaria rompendo com a tradição da prática diplomática do Barão de Rio Branco e desafiando o princípio da não intervenção nos assuntos dos vizinhos.

Cabe mencionar que a região não teria a mesma capacidade de resposta em diversos conflitos se não existissem espaços institucionais exclusivamente sul-americanos, como a Unasul, para o exercício desta mediação. Essas instituições são fundamentais, em especial a partir da eleição de governos de esquerda e progressistas, que gerou grande expectativa, por parte dos Estados Unidos, de

que o Brasil fosse o guardião da estabilidade da região. Não apenas este papel foi rejeitado pelo governo Lula, como funcionou como um incentivo para que o Brasil se propusesse a fortalecer a capacidade institucional da região de solucionar problemas autonomamente, como é o caso da criação da Unasul e do Conselho de Defesa Sul-Americano.

A terceira característica do perfil ideal de poder regional é o reconhecimento dos vizinhos. Não existem pesquisas sistemáticas sobre essa questão, mas vários episódios de falta de apoio dos vizinhos à candidaturas brasileiras para cargos de direção em instituições internacionais têm sido considerados indicadores de falta de reconhecimento. Relações assimétricas tendem a gerar comportamentos ambivalentes da parte dos atores mais fracos. O que acontece nesse tipo de assimetria é a manifestação de um duplo temor. Temor com relação a uma eventual hegemonia brasileira, semelhante ao que ocorre muitas vezes com respeito às relações com os Estados. Simultaneamente, temor do abandono do mais forte na parceria bilateral.

A última característica é a mais complexa, do ponto de vista conceitual e prático: a liderança. A literatura especializada costuma definí-la como a capacidade de influência sobre terceiros. Alguns autores enfatizam a pouca disposição do País em assumir os custos da liderança regional. Para outros, a liderança brasileira é ambivalente, o país nem deseja arcar com os custos da integração, mas também não age como uma potência regional, disposta a usar meios coercitivos quando contrariada em seus interesses. Muitas vezes confunde-se liderança com reconhecimento pelos vizinhos.

Uma maneira de avançar na discussão é abandonar a antiga definição e passar a entender o conceito como a capacidade de influir sobre os resultados na interação. Essa forma de liderança está associada ao maior poder de barganha numa relação, quando para uma das partes o custo de um não acordo é bem mais baixo do que para a outra. Esta barganha desigual caracterizou a relação de Estados

Unidos e México na negociação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) e o resultado é que o desenho institucional daquele acordo privilegiou consideravelmente os interesses dos EUA. Essa é exatamente a definição de um ator com poder de veto: aquele sem cuja anuência um acordo ou negociação não se realizam.

O considerável peso econômico do Brasil na região, a marcante assimetria estrutural que delineia uma ordem regional basicamente unipolar e fatores como a importância da América do Sul para a regionalização do capitalismo brasileiro configuram uma situação que coloca o Brasil no papel de ator de veto. De fato, o País tem sido um ator de veto nas questões financeiras, tomando-se como evidência as resistências do BNDES à criação de um Banco do Sul e sua exigência quanto ao cumprimento das normas técnicas em todas as questões de financiamento. Por não ter interesse no projeto, a Petrobras também foi um ator de veto à proposta venezuelana de construção do gasoduto ligando o norte ao sul da América do Sul.

Por outro lado, pode-se apontar para uma segunda acepção do conceito de liderança, distinta da anterior, que enfatiza o componente cooperativo, no sentido de que a liderança implica no desempenho de uma tarefa em que o líder guia um grupo de países, com o objetivo de concretizar ou facilitar a realização de objetivos comuns. A despeito da assimetria estrutural e dos fortes interesses regionais de grandes empresas públicas e privadas, o papel de ator de veto não é único no exercício da liderança regional do Brasil. Ao contrário, em outras questões o País exerceu uma liderança claramente cooperativa. Evidências desse comportamento foram a criação do Focem, a resposta conciliadora à nacionalização dos hidrocarbonetos pela Bolívia, em 2006, e a renegociação do acordo de Itaipu em 2009. Os condicionantes desse estilo de liderança são políticos e dependem da orientação da política externa.

Concluindo, do ponto de vista da assimetria estrutural e de uma distribuição de poder unipolar na região, o Brasil desfruta da

capacidade potencial de usar seu poder de forma unilateral. Usar ou não usar é uma decisão política. O maior desafio para a política externa com relação a um papel regional construtivo, solidário e democrático, é poder contar com o apoio de setores expressivos da sociedade civil, o que permitiria aos governos a mobilização de recursos para o investimento em modalidades cooperativas de liderança na América do Sul. Por outro lado, as diferentes concepções de liderança estão associadas aos respectivos projetos políticos e ideológicos dos governos no poder. Como se viu, a concepção de poder regional mais próxima da adotada pelo governo do PT não é hegemônica na sociedade.

Se a acentuada assimetria e a superioridade das capacidades materiais permitem que em algumas situações o Brasil possa agir como um ator de veto regional, mesmo no contexto dos governos progressistas do PT, que tem como uma de suas prioridades uma política sul-americana cooperativa, fatores de natureza estrutural podem estar contribuindo para tal resultado. Minha hipótese é que este novo papel político é simultâneo ao processo de regionalização do capitalismo brasileiro e, em algumas circunstâncias, os interesses corporativos das empresas podem se sobrepor aos interesses políticos do governo. Tal ambiguidade é constitutiva da política externa de países capitalistas, o que não quer dizer que necessariamente os interesses corporativos serão sempre vitoriosos.

Desta forma, é preciso incluir fatores domésticos na equação analítica. A natureza e a força das coalizões de apoio e de veto e a hegemonia de determinada concepção de região no governo e na sociedade constituem as condições necessárias para que se possa delinear mais precisamente a natureza e os limites do papel regional do Brasil. Desde os anos 2000, com a hegemonia política dos governos progressistas no País, observou-se a ocorrência de diversas iniciativas que expressam uma modalidade de liderança cooperativa. Inclusive o reconhecimento inédito na política externa da assimetria estrutural dos vizinhos e a necessidade de um tratamento especial e diferenciado àqueles com menores capacidades relativas.

A importância de fatores domésticos no delineamento do papel regional do Brasil constitui uma das mais ponderáveis razões para que sejam instituídos mecanismos de participação social e de controle democrático da política externa, como esta Conferência propõe, com a criação de um Conselho de Política Externa.

Debates com o plenário

1) A senhora disse que houve uma ressignificação do Mercosul entre o governo FHC e o petista. A partir da nova orientação da integração regional pelo governo brasileiro no século 21, ela se tornou estratégica, dentre outros motivos, para superar as desigualdades territoriais no Brasil, como a faixa de fronteira, por exemplo. Um dos casos citados pelo Ministro Patriota na palestra de abertura, foi o acordo da nova agência de residência, trabalho e estudo do Brasil com o Uruguai, que se estuda ampliar para os demais países vizinhos. Como a senhora avalia essas políticas para a promoção do desenvolvimento econômico e de justiça social na região de fronteira brasileira e quais as consequências delas no fortalecimento das relações do Brasil com seus vizinhos?

4) O Ministro Patriota falou sobre a importância da construção de uma ordem internacional de cooperação e do direito internacional por parte da nossa política externa. Quais são os principais entraves para a integração da América Latina na perspectiva dos formuladores brasileiros de política externa e, principalmente, na questão da integração política e cultural?

5) A Fiesp, em abril, realizou um seminário, coordenado pelo ex-embaixador brasileiro em Washington, Ruben Barboza, assessor da entidade, incentivando o direcionamento de investimentos das empresas brasileiras para o Paraguai. O país teria, entre outras vantagens para as empresas, salários, carga tributária e preços de energia muito mais baixos que os brasileiros. Gostaria de saber a

visão de vocês desse tipo de incentivo que a Fiesp está fazendo, de transformar o Paraguai em um grande parque de maquiladoras, como é o México para os EUA, e que tipo de ação o Estado pode ter para proteger diretos trabalhistas lá e aqui? Como é vocês veem esse tipo de integração autônoma feito pelas indústrias?

6) Houve uma redução do dinamismo econômico entre América do Sul e Europa. À semelhança do que vem sendo feito no mercado interno brasileiro, que seria o fortalecimento do mercado interno para suprir o problema das exportações, eu gostaria de saber quais são as medidas que estão sendo feitas no âmbito da integração latino-americana para criar um mercado mais integrado e, dessa forma, se proteger da crise. Há medidas práticas de integração, como obras de infraestrutura?

7) Qual seria a doutrina de integração regional, quais seriam as bases e os princípios fundamentais que podemos construir e disputar na sociedade brasileira a partir de uma perspectiva de esquerda, para que se forme em longo prazo o processo de integração?

Maria Regina: Você chama atenção para uma dimensão muito importante do Mercosul, que é a fronteira. Nós temos a fronteira viva, mais ao sul do País, uma fronteira com dificuldade. É bom que essa iniciativa do Uruguai possa ser estendida a outros países e eu creio que o Brasil tem uma responsabilidade especial, exatamente por deter mais capacidade e maior recurso para esse tipo de iniciativa. Com relação aos entraves: a nossa burocracia foi construída para operar as diversas dimensões e questões internas do Brasil, e não para impulsionar a integração regional. Existem burocracias variadas que dificultam por demasiado o processo de integração, ao contrário do caso europeu, em que a burocracia se construiu junto à integração. Existe uma tensão um pouco permanente, pois parte da integração é expansão do capitalismo brasileiro além de suas fronteiras, feita por um governo de esquerda, que não torna o capitalismo mais suave, mas que regula o sistema. Nós temos vários modelos de capitalismo no mundo, mais regulados e menos

regulados. A própria China tem uma relação com seus vizinhos completamente diferente da nossa, uma relação centro/periferia, importando dos vizinhos e, posteriormente, valorizando os produtos antes de vender para a Europa e EUA. Esse não pode ser nosso modelo de integração.

No tocante à questão da supranacionalidade e da intergovernabilidade, eu concordo com a argumentação do professor Marco Aurélio Garcia, de que as propostas de supranacionalidade não são passíveis de serem implementadas na região, em função da diversidade e heterogeneidade que caracterizam a política e a economia dos países sul-americanos. A supranacionalidade para ser efetiva exige um grau de consenso normativo que não existe na região. Só abrindo mão da supranacionalidade se pôde avançar na criação de espaços institucionais para a solução de controvérsias e conflitos inter-regionais, como a Unasul, que tem propiciado uma arena para intervenção e mediação dos países sul-americanos em episódios de instabilidade. Tal espaço não apenas tem permitido o seu adequado encaminhamento, como evitado eventuais intervenções de atores externos à região em situações de instabilidade, como ocorria no passado com as sucessivas intervenções dos EUA, com consequências deletérias para os destinos democráticos da América do Sul. Frente a esse contexto, creio que a intergovernabilidade, e não a supranacionalidade, é a solução, por não termos um alto grau de homogeneidade entre os países.

Marco Aurélio Garcia[2]

A política externa brasileira e a integração sul-americana

É de Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Ministro de Relações Exteriores no governo Jânio Quadros, a afirmação

[2] Marco Aurélio Garcia é Assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República

segundo a qual a política externa do Brasil deveria garantir a soberania do país e, internamente, "colocar os trabalhadores no centro de sua vida social e política".

San Tiago, como se sabe, foi um dos fundadores do que se denominou nos anos 60 de Política Externa Independente (PEI). Aspectos daquela política reapareceriam, anos depois, em plena ditadura, sob a denominação de Pragmatismo Responsável. O eufemismo da designação buscava relativizar (ou ocultar) os vínculos entre a reorientação diplomática do Governo Geisel e a Política Externa Independente, ainda que a ditadura não reservasse aos trabalhadores o lugar que Santiago Dantas lhes atribuíra no começo da década dos 60. A relativização ou ocultamento se explicava. A ruptura conservadora de 1964 havia atingido também a política externa. O Brasil não só rompia relações diplomáticas com Cuba, como passava a orientar sua presença internacional a partir de um novo parâmetro – respeito às "fronteiras ideológicas". Não foi por outra razão que Juracy Magalhães, ex-tenente dos anos 20, investido nas funções de Chanceler brasileiro (1966-67) afirmaria sem pestanejar que o que era bom para os Estados Unidos também seria bom para o Brasil.

Já na inflexão da política externa, a partir de 2003, foram preservados conteúdos essenciais da PEI e revalorizado o vínculo interno/externo a que se referiu Santiago Dantas no passado, como explicitou o ministro Celso Amorim em seu discurso de posse à frente do Itamaraty.

Mas para os críticos da atuação diplomática dos Governos Lula e Dilma, esta deixou de ser uma "política de Estado" e passou a ser uma "política de Governo", fortemente contaminada por idiossincrasias "partidárias e ideológicas" que acabaram por provocar uma "divisão da sociedade".

O pressuposto dessa crítica é que a política externa deveria ser "de Estado" e "consensual". Tudo se passa como se sempre tivesse havido consenso nacional sobre a inserção do Brasil no mundo.

A história do Brasil mostra exatamente o contrário. Cada vez que o País viveu um momento de transição histórica, e com ele sua política externa, estabeleceu-se o dissenso, próprio, aliás, das democracias. Em seu tempo, as orientações de San Tiago Dantas, Afonso Arinos ou Araújo Castro, à frente do Itamaraty, foram objeto de duras críticas por parte de ex-chanceleres e de embaixadores aposentados, inconformados com as mudanças que estavam sacudindo a casa de Rio Branco.

Mesmo no rarefeito ambiente democrático do Governo Geisel, nos anos 70, a inflexão vis-à-vis Portugal e à luta anticolonial na África, aos países árabes ou à República Popular da China, resultantes da guinada provocadas pelo Pragmatismo Responsável do Itamaraty, enfrentou resistências inclusive no serralho ditatorial.

É bom eliminar assim a ideia falsa de que a política externa não divide. Ela pode dividir, sim, e é bom que assim o seja, como ocorre nas democracias.

Essa compreensão da política externa permite tratar de forma adequada a questão de sua continuidade e/ou ruptura em relação ao passado. A possibilidade da alternância, própria de uma sociedade democrática, traz consigo a perspectiva de mudanças drásticas ou de inflexões. Há valores que estão consagrados na Constituição – a defesa dos Direitos Humanos, da Soberania Nacional ou da integração latino-americana –, mas sua leitura e até mesmo a criação de novos valores decorrem da ação de governos democraticamente eleitos e da análise que eles fazem do contexto internacional e sobre a melhor forma de defender o interesse nacional.

É normal que governos deem respostas diferentes a novos problemas relacionados com as políticas econômica, de defesa, educacional ou externa, por exemplo. O único critério a ser seguido é o do respeito à vontade popular, que legitima governantes por meio de eleições, e a conformidade com a ordem constitucional.

Metamorfoses da integração

Coube ao Barão do Rio Branco, pai da diplomacia brasileira, a extraordinária tarefa de delimitar as fronteiras brasileiras, não pelo uso da força, mas pela negociação. Graças a esse trabalho, o Barão eliminou, ou reduziu ao máximo, a possibilidade de contenciosos com os países vizinhos.

Mas se Rio Branco construiu as fronteiras do Brasil, no século passado, a tarefa que se coloca hoje passou a ser a de diluí-las, não do ponto de vista geográfico, mas desde uma perspectiva econômica e social.

A opção sul-americana da política externa na última década reflete essa preocupação. Mas ela decorre também de uma reflexão sobre as profundas e aceleradas mudanças pelas quais vem passando o mundo desde fins do século passado.

Depois do fim da bipolaridade, que marcou os anos da Guerra Fria, e do breve interregno unipolar dos noventa, ganhou espaço não só o multilateralismo, como também a tendência à constituição de um mundo multipolar. América do Sul e, em grande medida, América Latina/Caribe tendem a ser um pólo neste novo mundo em construção.

Para tanto é necessário definir uma nova agenda econômica, política, social e cultural para a integração.

A dimensão territorial e demográfica e a importância econômica do Brasil, muito distintas dos demais países da América do Sul, não podiam ser pretexto para um projeto de integração que estabelecesse um relacionamento assimétrico entre seus Estados-parte.

A complexa evolução da União Europeia nos últimos anos colocou em evidência, na prática um problema que, anteriormente, aparecia apenas como questão teórica: a compatibilização entre interesse nacional e as perdas relativas de soberania que os processos de integração invariavelmente acarretam.

O projeto de integração regional sul-americano via-se confrontado com desafios de ordem material e institucional no início deste século. O Mercosul, criado a partir da aproximação Argentina-Brasil, após o fim das ditaduras nos dois países, e fortalecido pela adesão posterior do Uruguai e do Paraguai, vivia um impasse. Não só pela forte incidência das orientações conservadoras emanadas do Consenso de Washington, que influíram nos governos da região. Os próprios limites do bloco – sua dimensão centralmente comercial –, apesar de questionados, impediam de fato um processo mais abrangente de integração.

Era importante ir além desses constrangimentos, em primeiro lugar ampliando o bloco. Houve êxitos nessa direção com o ingresso da Venezuela e com a abertura de negociações para a plena adesão da Bolívia e do Equador. Essa nova realidade configura um sensível progresso pois em 2003 apenas Chile e Bolívia eram membros associados do Mercosul. Anos depois, todos os países da região passariam a sê-lo

No entanto, a ideia de um Mercosul que abrangesse toda a América do Sul esbarrava, naquele momento (e hoje muito mais), na existência de opções comerciais diferenciadas e heterogêneas na região.

A Comunidade Andina se enfraquecia. O Chile abandonara a CAN, pois optara por tratados de livre-comércio com os EUA e com outros países desenvolvidos. Esse mesmo caminho, seguido posteriormente por Colômbia e Peru, e a decisão venezuelana de aderir ao Mercosul debilitaria de vez esse bloco.

Já Suriname e Guiana estavam vinculados ao Caricom (Comunidade do Caribe), o que também tornava difícil uma integração centralmente comercial, que implicasse na existência de uma Tarifa Externa Comum para todos os países da região.

É importante mencionar, no entanto, que a despeito dessa restrição, muito se avançou, como demonstra a redução generalizada de tarifas entre os países de todo o continente.

Estava claro, no entanto, que seria difícil lograr no curto ou no médio prazos uma tarifa externa comum em todos os países da

região. Mas também ficava claro que a integração cada vez mais transcendia essa dimensão comercial.

Daí a ideia de fazer avançar a integração de outra forma, por meio de uma articulação econômica mais geral, com ênfase na construção de uma infraestrutura física e energética, que tornasse viável uma integração produtiva, financeira e social. Para tanto era necessária finalmente uma arquitetura institucional capaz de viabilizar esse propósito.

O projeto, inicialmente denominado Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), viria finalmente transformar-se na União das Nações Sul-Americanas (Unasul)

Na constituição da Unasul estava presente uma reflexão sobre o potencial e os limites da região, além de uma certa ideia sobre o lugar que a América do Sul poderia ocupar no plano internacional.

A América do Sul possui enorme e diversificado potencial energético, grandes reservas minerais, importante agricultura, de alta produtividade – que não se confunde mais com a agricultura primário-exportadora do passado –, grandes reservas de água, além de considerável (e, em boa medida, inexplorada) biodiversidade.

As transformações econômicas e sociais em curso na região neste início de século marcaram um importante movimento de inclusão social, como consequência das transformações políticas pelas quais vem passando nos últimos anos a América do Sul.

Dezenas de homens e mulheres saíram da pobreza ou da pobreza extrema em que se encontravam e passavam a integrar-se aos mercados de trabalho e de consumo. Deixavam de ser um dado apenas demográfico para transformar-se em relevante fator econômico. Com isso, criava-se ou ampliava-se um importante mercado de bens de consumo de massa, fundamental para que uma economia possa ser autossustentável.

Esse fato foi particularmente importante no período pós-2008, quando a crise mundial golpeou em grande medida as exportações regionais, fazendo com que a América do Sul ficasse

mais dependente de seu mercado interno. Claro está que uma das particularidades da reorientação econômica do Brasil e de outros países da região nos últimos tempos foi a de estabelecer uma relação de complementariedade entre mercado interno e mercado externo, ainda que os pesos de um e de outro variem muito em cada um dos países.

Outro ativo importante da Unasul é o fato de ser uma aliança de países democráticos, onde todos os Presidentes foram eleitos em pleitos livres e reconhecidos internacionalmente como legítimos, o que configura uma diferença fundamental em relação a um passado nem tão distante de um continente dominado por ditaduras sangrentas, que destruíram as instituições e violaram sistematicamente os Direitos Humanos, além de agravar as condições econômicas e sociais.

Obviamente, não faltarão hoje críticas aos sistemas políticos deste ou daquele governo da região, mas será difícil dizer que a alternância política não se encontra assegurada em todos os países da América do Sul.

Finalmente, América do Sul é um continente sem grandes conflitos de fronteira e os que subsistem podem ser resolvidos por negociação política. Livre de armas de destruição massiva, em especial de armamentos nucleares, a região apresenta-se como um caso original em mundo atravessado por conflitos e tensões políticas e militares.

Desafios

Mas é fundamental observar que, a despeito desse potencial, a região ainda está balcanizada, mais voltada para o Norte do que para si própria ou para outras regiões similares no Sul do mundo.

Conspira contra a integração o enorme déficit de infraestrutura logística – estradas, pontes, túneis, portos, aeroportos –, que

viabilize melhor conexão entre os países, ou energética, que permita explorar e usar plenamente esse enorme potencial.

O caso do Paraguai, no passado, é exemplar.

Tendo a maior produção de energia per capita do mundo, esse país enfrentou, até bem pouco tempo, apagões em sua capital Assunção, o que dificultava o desenvolvimento de um polo industrial naquela região, além de produzir desconforto a seus cidadãos. Recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) permitiram a construção de uma linha de transmissão entre Itaipu e a capital paraguaia, que ilustra os efeitos positivos da cooperação multilateral.

Integração solidária

Obviamente, são diversos os contextos econômicos e políticos de cada um dos países e de nada adiantaria estabelecer uma regra única para todos esses processos, em função de uma visão abstrata de integração, de integração e de democracia.

Por muito tempo a integração do Velho Continente apareceu como paradigma para a América do Sul.

O desequilíbrio entre soberania e supranacionalidade e as tendências hegemônicas que foram se desenvolvendo em seu interior, no entanto, ameaçam minar a União Europeia. O que se assiste é uma crescente e inquietante tendência a um nacionalismo estreito, fundado na xenofobia e no particularismo, com fortes componentes autoritários.

Esses fenômenos não são alheios à crise econômica e as respostas ultraconservadoras que a maioria dos governos daquela região lhes deu, impondo políticas de austeridade que geraram dezenas de milhões de desempregados, compressão da renda dos trabalhadores e abandono das políticas de bem-estar, além do aprofundamento das assimetrias entre os países.

Não passa despercebido, igualmente, a interferência dos meios financeiros europeus – único setor preservado e protegido durante a crise – na vida política de mais de um país, provocando coups d'Etat sui generis, dirigidos pela Finança e não pelos militares, como em outros tempos e regiões, contra governos nacionais como os da Grécia e da Itália.

O que vem ocorrendo na Europa – espera-se que passageiramente – serve hoje como um verdadeiro contra-exemplo para um projeto de integração sul-americana. Tem, assim, relevância para a definição de um projeto brasileiro de integração regional.

Perguntado recentemente sobre a possibilidade de reconstituição de um mundo bipolar (Estados Unidos-China) nos próximos anos, um analista da cena internacional afirmou acreditar mais na configuração de um mundo multipolar.

Essa mesma percepção teve, premonitoriamente, o governo brasileiro na última década ao formular sua política externa. Ao mesmo tempo em que se orientava nessa perspectiva, a diplomacia brasileira constatava que seria mais importante compor um pólo com seus vizinhos da América do Sul do que pretender uma inserção solitária no mundo.

A harmonização de realidades e interesses nacionais tão distintos como os dos países sul-americanos não é fácil, a despeito dos muitos pontos de convergência. Mas o advento da democracia depois de anos de autoritarismo, o fracasso subsequente das experiências econômicas conservadoras e o peso que, mais recentemente, passaram a ter em toda a região políticas econômicas que privilegiam a inclusão social, criaram condições favoráveis para um projeto de integração regional.

Não podem ser subestimadas, no entanto, décadas, talvez séculos, de dependência econômica, de predomínio de elites conservadoras, de abandono das classes trabalhadoras, de repressão, de desprezo pela cultura nacional, de alienação de nossa capacidade de decidir os destinos da região em seu próprio âmbito.

Os avanços logrados nos primeiros anos da Unasul, ainda que lentos e nitidamente insuficientes em relação às exigências do momento, são significativos. A União teve papel decisivo na solução democrática da crise boliviana, quando o país viu-se ameaçado de uma partição ou até mesmo de uma guerra civil. Atuou de forma efetiva na aproximação Colômbia, Venezuela e Equador, quando esses três países, em distintos momentos, estiveram à beira de um conflito de grandes proporções. Zelou pela democracia ao suspender a participação do Paraguai na Unasul, até que eleições restabelecesse a democracia no país, após o golpe parlamentar contra o Presidente Fernando Lugo. Finalmente, logrou consenso dos Presidentes sul-americanos no reconhecimento do resultado das eleições venezuelanas que conduziu Nicolas Maduro à presidência daquele país.[3]

Foram criadas instituições que permitirão à Unasul ter no futuro um papel muito mais relevante no processo de regionalização, no âmbito do combate ao narcotráfico, na esfera da defesa, no encaminhamento da construção de uma consistente infraestrutura física e energética.

Mas o trabalho a ser realizado é imenso. Sem ânimo de esgotar o rol de tarefas, é necessário centrar-se em duas delas, fundamentais para o êxito desta perspectiva de integração.

No âmbito econômico é essencial analisar (e tirar as conclusões respectivas) as experiências exitosas dos processos de integração no mundo. No caso específico da América do Sul, além das questões relativas a comércio e infraestrutura, antes mencionadas, ganhará particular relevância a necessidade de dar curso a um processo de integração produtiva – formação de cadeias de valor –, com particular ênfase para o papel que nele terá a inovação científica

[3] Estas notas já estavam redigidas quando a Unasul, a pedido do presidente Nicolas Maduro, passou a organizar, junto com a Nunciatura Apostólica em Caracas, um diálogo entre governo e oposições que permita chegar a uma solução negociada para a crise que afeta a Venezuela desde fevereiro de 2014.

e tecnológica e, obviamente, a qualidade dos sistemas educacionais da região. A construção de sistemas regionais de financiamento é uma das consequências óbvias dessa orientação.

No âmbito político trata-se de dar organicidade e legitimidade à estrutura de governança da Unasul, em especial à sua Secretaria Geral.

Essas preocupações econômicas e políticas, sumariamente elencadas, buscam dar conta de duas grandes tendências globais.

A primeira é a persistência da crise econômica global e de seus efeitos sociais perversos, inclusive em nossa região.

A segunda aponta para a necessidade de construção de uma arquitetura institucional capaz de manter o equilíbrio entre soberania nacional e supranacionalidade, de evitar tentações hegemônicas, de garantir ampla participação cidadã no processo de integração Só assim será possível superar as vagas de ceticismo vis-à-vis a política que têm marcado o mundo nos últimos anos.

Com todos seus limites, a integração sul-americana produziu um importante efeito de demonstração em toda a América Latina e no Caribe, como demonstra a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), a partir do encontro de Salvador, Bahia.

Um dos desafios que está colocado para a política externa brasileira e para a política externa daqueles países que apostam fortemente nessa visão de integração é saber combinar, com flexibilidade, um conjunto de princípios capazes de fazer com que as instituições multilaterais existentes possam persistir, desde que tenham papel relevante.

Não está excluído que se esteja chegando ao final de um primeiro ciclo desse processo de integração na América do Sul, mesmo com tantas tarefas inconclusas.

É importante dizer que objetivos gerais foram atingidos, em primeiro lugar, por uma extraordinária conjunção de governos progressistas. Mas isso não foi tudo, pois outros governos que não

tinham o mesmo signo político-ideológico também terminaram por aderir à Unasul e contribuir para seu desenvolvimento.

Essa capacidade de abertura para o diverso continuará a ser fundamental para o futuro da integração sul-americana.

Valter Pomar[4]

Falarei aqui do tema da integração, do ponto de vista do Foro de São Paulo. O Foro foi criado a partir de um seminário realizado na cidade, em 1990. Naquele momento, a situação do mundo e da região apresentava três características marcantes.

Em primeiro lugar, estava em curso uma ofensiva do chamado neoliberalismo. As ideias do Estado mínimo, da abertura totalmente desregrada das economias nacionais, das privatizações, da redução de direitos, avançavam não só na nossa região, como em vastas partes do planeta. Em segundo lugar, havia uma crise geral do socialismo e da esquerda. Era a época da queda do muro de Berlim, da dissolução da União Soviética, quando a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) perdia as eleições na Nicarágua. Em terceiro lugar, havia predomínio quase unilateral dos Estados Unidos, que saem da Guerra Fria se portando como império mundial. Um indicador dessa situação é que, durante muitos anos, o único país onde havia um governo de esquerda era Cuba.

A situação hoje, 23 anos depois, é de que o neoliberalismo está em crise, desmoralizado e com imensas dificuldades. O socialismo saiu da situação crítica e a esquerda voltou a ocupar espaço político. Está em curso um questionamento muito forte dessa tentativa dos Estados Unidos de se impor.

Acredito, sim, que vivemos um declínio relativo da hegemonia dos EUA, mesmo que ainda sejam uma potência econômica,

[4] Valter Pomar é Secretário executivo do Foro de São Paulo e membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

midiática e militar brutal. Entretanto, enfrentam problemas crescentes para exercer poder em escala internacional. Prova disso é que partidos vinculados ao Foro de São Paulo ou, de maneira mais ampla, partidos de esquerda, populares, democráticos e socialistas, ou governam ou participam de governos em mais de dez países da nossa região. Onde não são governo, esses partidos são, em geral, a segunda força política do país.

O que explica essa mudança dos anos 1990 para cá, de uma maneira muito sintética, é o desgaste, o fracasso das políticas neoliberais que provocaram repúdio crescente das populações que moram nos países onde os governos adotaram essas políticas.

Há também, evidentemente, acertos de quem, como nós, faz oposição ao neoliberalismo. O principal acerto que tivemos em nossa região foi tecer uma articulação adequada entre a luta de ideias na sociedade, fazendo a crítica desse modelo neoliberal, com a luta social e política-eleitoral, desenvolvida não só pelos partidos.

Um exemplo dessa combinação foi a derrota da Alca, em 2005, produto da ação de governos progressistas e de esquerda, da ação de partidos e da mobilização social, que enterrou o que era o principal projeto integracionista encaminhado pelos Estados Unidos.

O Foro de São Paulo, portanto, é uma instituição que participou e contribuiu para a mudança na correlação de forças da América Latina e Caribe.

Caracterizamos a situação atual, em primeiro lugar, como marcada por um deslocamento geopolítico, levando-se em consideração o fortalecimento do pólo Ásia ou, especificamente, do pólo China.

Em segundo lugar, pelo declínio dos Estados Unidos, que estão fazendo absolutamente tudo o que podem para deter e reverter esse declínio. A má notícia, para nós, é que um dos principais instrumentos que os EUA possuem é a brutal força militar que acumularam ao longo das últimas décadas.

Temos ainda, em terceiro lugar, a crise econômica, estrutural e global. Uma de suas consequências é a formação de blocos regionais,

tendência que vem se acentuando desde os anos 1990 como forma de autodefesa num mundo de instabilidade, de declínio da potência hegemônica e emergência de outras potências.

Duas políticas

Esse quadro acentua o conflito entre duas políticas de integração. De um lado, a integração subordinada, aquela que os Estados Unidos pretendem implementar e que se traduziu no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), que evoluiu para a tentativa de implementar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), nos Tratados de Livre Comércio bilaterais e, agora, na Aliança do Pacífico. De outro lado, a política de integração autônoma, traduzida em instituições como a Comunidades de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), por exemplo.

A integração é essencial para nos defender das ondas de choque da atual situação. Ela tem este componente defensivo ao reduzir a ingerência externa. Isso é fundamental para que possamos seguir o caminho que escolhemos, e não aquele que outros impuserem a nós.

Mas defendemos a autonomia, não somente por razões defensivas, mas também porque a integração autônoma é essencial para aproveitar, em benefício da nossa população, esse imenso potencial político, cultural, natural e energético de nossa região.

Ademais, devemos lembrar que o todo é maior do que a soma das partes. A sinergia desse processo de integração faz com que esse potencial, que já é grande, adquira uma importância muito maior.

Os partidos que integram o Foro de São Paulo têm, ademais, uma clara noção de que a integração é um processo de longa duração, multifacetado e estruturante.

Quando falo de processo estruturante, estou me referindo a três dimensões.

Primeiro, do ponto de vista político, esse processo será efetivo se for baseado, no longo prazo, na criação de uma soberania popular regional. Criar mecanismos democráticos e fazer com que esse processo de integração seja sustentado e tenha apoio político da população dos países é algo decisivo. Quando falo de um processo estruturante, também me refiro à dimensão econômica. A integração tem que ser o processo criativo de uma infraestrutura produtiva regional articulada.

A terceira dimensão, de longuíssimo prazo: o processo de integração tem que ser também de natureza cultural, tendo em vista gerar uma visão de mundo latino-americana e caribenha. Algo que para nós, do Brasil, é mais difícil, pois fomos educados para pensar e agir de costas para a América Latina.

Ademais, o Foro de São Paulo trabalha também por uma integração capaz de superar as assimetrias e não de aprofundá-las.

Evidentemente, é um processo em disputa. A bandeira da integração não é apenas da esquerda. Os Estados Unidos, por exemplo, defendem uma integração, mas subordinada à metrópole. Também participam do processo governos e partidos que adotam visões de centro, centro-direita, de direita e é útil e importante que sejam incluídos. Se algum país resolve ter uma determinada orientação política, feito isso nos marcos da democracia, esse país deve continuar fazendo parte do nosso processo de integração.

Mesmo dentre aqueles que compartilham um ideario progressista, de centro-esquerda, de esquerda, há diferentes modelos de desenvolvimento. Há desde quem defenda que a nossa região seja marcada por um capitalismo com alto grau de bem-estar social, até aqueles que defendem a integração com um viés claramente socialista.

O Foro de São Paulo é plural, do ponto de vista ideológico. Ele não é uma organização comunista ou socialista e tem no seu interior desde partidos nacionalistas até comunistas, passando por toda a gama de forças que possuem em comum uma visão contrária ao neoliberalismo e à ingerência imperialista.

Entra nesse tópico a defesa de um novo padrão de soberania, que se articule com a ideia da integração regional e com a ampliação dos patamares de democracia, igualdade e bem-estar social.

Finalmente, o Foro de São Paulo defende uma integração que seja latinoamericana e caribenha, não apenas sul-americana.

Críticas ao Brasil

É importante compartilhar com vocês, ainda que de maneira informal – já que não são posições oficiais – críticas que alguns setores do Foro de São Paulo fazem acerca da postura brasileira.

Existe a percepção de que, às vezes, o Brasil se descola um pouco da América Latina e do Caribe, devido a ideia de que ele pode ser uma grande potência ou um pólo internacional, um Brics à parte da região.

Não é essa a posição praticada pelo governo brasileiro, ao longo desses dez anos, mas nos últimos anos, que coincidem com o governo Dilma e a gestão Patriota no Itamaraty, cresceu a crítica ao que poderia ser um certo distanciamento em relação à América Latina.

Na verdade, a possibilidade de o Brasil desempenhar papel destacado no cenário internacional está diretamente vinculada a ser porta-voz da região.

Um segundo tipo de crítica é que, em alguns momentos, o Brasil atua com uma timidez incompatível com seu tamanho, respeito e importância (podemos aqui citar um caso que tem grande importância, o de Edward Snowden). Fica a impressão de que o Brasil demora a destravar ações que são essenciais para o processo de integração. Por exemplo, o Banco do Sul.

Há um terceiro tipo de crítica, importante de considerar: a percepção de que o Brasil teria postura subimperialista, ou seja, que falamos de integração, mas na verdade gostaríamos de ser como os Estados Unidos.

Essa crítica ao que seria uma política subimperialista do Brasil é curiosa, pois na maioria das vezes não é uma crítica à ação do Estado brasileiro ou à ação do governo, mas sim à falta de ação do Estado, que abre espaço para que empresas que levam a bandeira do País queimem o nosso filme no exterior, por fazerem lá fora o que fazem aqui.

Isso nos coloca a necessidade de interferir no modo de operação das empresas privadas no exterior, de forma a fazer com que elas se subordinem aos nossos interesses, o que pode ser resolvido garantindo que a política externa brasileira tenha um perfil alto. Aliás, no período Patriota existe a impressão de que a política externa baixou seu perfil.

Subordinar a ação daquelas empresas e fazer com que elas atuem nos marcos da política externa, e não contra, é uma via de mão-dupla, pois cabe aos governos dos países onde as empresas brasileiras atuam, que façam existir e cumprir uma legislação de proteção social, ambiental, etc. Não se pode cobrar do governo brasileiro a resolução do conjunto do problema. Muitas vezes enfrentamos em reuniões internacionais críticas que deveriam ser, em primeiro lugar, autocríticas.

É fundamental que aquilo que ainda é basicamente uma política de governo, se converta numa política de Estado, o que implica derrotar três setores que resistem à política externa.

Primeiro, setores muito fortes na intelectualidade e na grande mídia que pensam, como já foi dito, de maneira extremamente colonizada. É impressionante como as redações dos grandes meios de comunicação do Brasil, e uma parte das nossas universidades, trabalham com uma maneira de ver o mundo, o Brasil e a nossa política externa procurando responder aos interesses dos Estados Unidos e das potências europeias, não aos nossos.

Isso implica também em enfrentar a resistência política que existe em setores do aparato de Estado, do Parlamento e em governos subnacionais.

É preciso, em terceiro lugar, enfrentar a visão curta de uma parcela do nosso empresariado, que não compreende que – até do ponto de vista dos seus interesses empresariais – o Brasil deve fazer um amplo investimento no desenvolvimento regional.

Democrático e popular

Se faz necessário colocar em discussão o modelo de desenvolvimento para os próximos anos. Enfrentamos no Brasil, na Venezuela e na Bolívia o desafio de superar a herança do colonialismo, do desenvolvimentismo conservador e do neoliberalismo, que seguem brutalmente influentes: a presença e a força do capital financeiro podem ser observadas nas decisões do Comitê de Política Monetária (Copom), ao aumentar as taxas de juros, bem como tarifas cobradas pelos brancos privados brasileiros.

Está posto o desafio de construir um modelo de desenvolvimento de outra natureza, democrático, popular, e há de se reconhecer que ainda estamos muito longe disso. Obviamente, estamos em muito melhor condição do que na época de Fernando Henrique Cardoso. E também estamos melhor do que estaríamos se José Serra ou Geraldo Alckmin tivessem ganho a eleição presidencial em 2006 ou 2010. Mas estamos muito longe daquilo que queremos para o Brasil em âmbito de democracia e bem-estar social.

É por esse motivo que a direção do PT, assim como a presidenta Dilma Rousseff, saudou as mobilizações sociais que ocorreram em junho de 2013. Nosso objetivo como partido é saudar, reconhecer a legitimidade e nos alegrar com esse fato, entender que isso nos ajuda, pois coloca na mesa a questão de como alcançar mais bem-estar social e mais democracia.

Nessa linha de desenvolvimento precisamos mencionar também o tema ambiental. Eu sou um industrialista convicto, defensor da tecnologia e não compartilho nenhum preconceito religioso a

respeito desses temas do desenvolvimento e da ciência, mas acho um erro grave minimizar ou ridicularizar algumas demandas ambientais. Isso porque, na verdade, a história brasileira não é de respeito ao meio ambiente, pelo contrario, é de desrespeito brutal à natureza, às populações camponesas, aos indígenas.

A década e a queda do perfil

Tratamos da política externa de 2003 a 2013, mas há a impressão de que, a partir de 2011, houve uma queda no perfil, uma inflexão dessa política. Alguns atribuem isso a um problema de personalidade, como se a personalidade da presidenta Dilma Rousseff ou a do chanceler Antonio Patriota não permitissem dar à política externa o mesmo patamar que atingiu no período Lula.

É claro que temos diferenças de perfil, mas o mais importante não é psicologizar a questão, mas buscar localizar as inflexões políticas reais. Em minha opinião, o fundamental é que houve uma mudança no ambiente interno e externo desde que ganhamos as eleições, em 2010.

No plano interno, o grande empresariado mudou sua postura frente ao governo Dilma, adOtando uma atitude de enfrentamento, de não contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento do País. Tomou corpo o discurso de setores da direita de que, com esse nível de emprego, de salário e de política social, a situação tornou-se insustentável. Eles não desejam que avancemos, não desejam que melhoremos.

Também houve mudança no ambiente externo. Exemplo: aquilo que Lula chamou de "marolinha", Dilma chamou de "tsunami". A onda de impacto da crise cresceu e nos pegou com muito mais intensidade no primeiro governo Dilma, o que faz com que vivamos não apenas uma situação nova, mas uma situação em que a direita regional está em total processo de contraofensiva. Vejam

o que aconteceu nas eleições da Venezuela, Honduras, Paraguai e outros países. A direita regional, com seus aliados europeus e estadunidenses, está em ampla ofensiva contra o processo de mudança, o que criou um ambiente muito mais conflitivo. Para enfrentar isso precisamos de mais mudança e mais integração.

Situação perigosa

Encerro dizendo que, apesar da situação ser bastante perigosa, devemos ser profundamente otimistas. Todo momento de crise na metrópole foi também de salto de qualidade na região.

O período das grandes revoluções burguesas foi o momento das independências aqui. A crise dos anos 1930 lá foi o ciclo de industrialização aqui.

Agora temos uma grande crise mundial e uma grande oportunidade de dar um salto de qualidade. Essa oportunidade coincide com um momento de grande força política dos partidos de esquerda e progressistas, como nunca antes. É a primeira vez que os setores democráticos, progressistas e a esquerda podem enfrentar uma crise dessas detendo o governo de importantes países da região.

Temos oportunidade e instrumentos à disposição dessas gerações que aqui se encontram, que outras gerações não tiveram. Isso é motivo suficiente para sermos bastante otimistas e comemorar o que tem sido feito, mas na expectativa de fazer muito mais nos próximos anos.

Debate com o plenário

1) O senhor comentou que o Foro de São Paulo propõe debater a necessidade de desenvolver mecanismos de participação popular na integração regional. Peço que explane mais sobre que mecanismos seriam e como funcionariam.

Valter Pomar: Desde os mecanismos que essa própria conferência já solicitou ao governo brasileiro até o âmbito regional, parlamentos com representação popular direta. O ex-presidente Lula já falou da necessidade de um parlamento na Unasul. Aqui no Brasil os parlamentares que nos representam no Parlatino não são eleitos pelo voto popular, são eleitos indiretamente pelo Congresso Nacional. Então, há desde mecanismos de consulta, que podem ser estendidos às instituições regionais em alguns casos, até mecanismos mais tradicionais, como parlamentos regionais. Isso nos permitiria fazer com que o debate sobre a política externa e a política da integração envolvesse o conjunto da população adulta em idade de votar, pelo menos em toda a América do Sul.

2) O Ministro Patriota falou sobre a importância da construção de uma ordem internacional de cooperação e do direito internacional por parte da nossa política externa. Quais são os principais entraves para a integração da América Latina, na perspectiva dos formuladores brasileiros de política externa e, principalmente, na questão da integração política e cultural?

3) A Fiesp, em abril, realizou um seminário, coordenado pelo ex-embaixador brasileiro em Washington, Ruben Barboza, assessor da entidade, incentivando o direcionamento de investimentos das empresas brasileiras para o Paraguai. O país teria, entre outras vantagens para as empresas, salários, carga tributária e preços de energia muito mais baixos que os brasileiros. Gostaria de saber a visão de vocês desse tipo de incentivo que a Fiesp está fazendo de transformar o Paraguai em um grande parque de maquiladoras, como é o México para os EUA, e que tipo de ação o Estado pode ter para proteger diretos trabalhistas lá e aqui? Como é que vocês veem esse tipo de integração autônoma feito pelas indústrias?

4) Houve uma redução do dinamismo econômico entre América do Sul e a Europa. À semelhança do que tem sido feito no mercado

interno brasileiro, que seria o fortalecimento do mercado interno para suprir o problema das exportações, eu gostaria de saber quais são as medidas que estão sendo feitas no âmbito da integração latino-americana para criar um mercado mais integrado e, dessa forma, se proteger da crise. Há medidas práticas de integração, como obras de infraestrutura?

5) Qual seria a doutrina de integração regional, quais seriam as bases e os princípios fundamentais que podemos construir e disputar na sociedade brasileira a partir da perspectiva de esquerda, para que se forme em longo prazo o processo de integração?

Valter Pomar: Sobre a pergunta relativa à Fiesp: é evidente que o empresariado busca aproveitar as desvantagens comparativas, o que, do ponto de vista prático, desagrega a integração. A geração de empregos no Paraguai, por exemplo, é vista por eles como uma busca por salários muito baixos. Temos que tentar criar condições, por meio do apoio estatal, investimento público, para melhorar a situação geral da macroeconomia de países como Paraguai e permitir que a mão de obra paraguaia seja mais exigente e, por outro lado, combater figuras como essa que foi citada, as políticas empresariais que a Fiesp adota.

Em relação às medidas, há vários anos existem medidas sendo adotadas para retomar o dinamismo econômico na região, umas com mais êxito, outras com menos. Agora, tem-se que entender que estamos nadando contra a corrente: o que foi feito a partir de 1998 passou por dois momentos. O momento inicial, em que tínhamos um ambiente internacional mais favorável, e o segundo momento, a partir de 2007, em que temos que combater as consequências de uma crise internacional. Quando não se leva esse cenário em consideração, parece que estamos fazendo pouco ou quase nada, quando na verdade estamos fazendo bastante, mas com efeito menor do que antes.

Com relação aos entraves, acrescento que precisamos ter uma massa de investimentos públicos e privados nessa região, para

corresponder à necessidade de um salto no desenvolvimento, realizar projetos de infraestrutura, desenvolvimento social e econômico. Necessitamos de uma massa de investimento muito maior do que a disponível agora, ou pelo menos disponível no sentido político da palavra. Esse é o primeiro entrave. O segundo entrave é ter força política para direcionar esses recursos, em alguns casos pra tributar e aplicar esses recursos, e para manter os governos que nós temos na região.

Em 2013 e 2014 teremos eleições em países fundamentais de nossa região, onde a política externa da integração vai ser disputada no voto. Além do mais, há um país onde é fundamental concluir o processo de negociação de paz, a Colômbia, o pretexto pelo qual os Estados Unidos mantém uma influência, digamos, mal intencionada na região.

Por fim, sobre o tema do desenvolvimento, nossa região sempre viveu um conflito entre modelos de desenvolvimentos e prevaleceu, na maior parte da nossa história, o desenvolvimentismo conservador, aquele que preserva a desigualdade, preserva a dependência, amplia o conservadorismo político.

O problema da esquerda aqui é muito diferente do problema da esquerda europeia. Eu não acredito na capacidade de longo prazo, ou até mesmo de médio prazo, de regular esse modelo capitalista. Se não conseguirmos alterar o modelo capitalista, a regulação se torna impossível. Por quê? Porque na Europa a classe dominante tinha uma margem de manobra diferente da nossa. A classe dominante brasileira não conta, como contava a classe dominante europeia, com uma periferia explorada que lhe dava sobrelucro e lhe permitia fazer concessões à classe trabalhadora nativa. Ao mesmo tempo, havia um ambiente político, nos anos 1950, 1960 e 1970, que não existe mais, uma pressão política interna e externa da esquerda. Vivemos em um ambiente em que não existe a mesma pressão política e a nossa região não dispõe, nem da vontade nem do fato, de uma periferia a ser explorada.

Nossa classe dominante necessita, e tem conseguido fazer isso, manter taxas de superexploração brutais. É por isso que nunca tivemos um estado de bem-estar social aqui no Brasil, somente um arremedo dele. Temos que trabalhar com a ideia mais radical de alteração do modelo de desenvolvimento que prevaleceu aqui no Brasil.

Alteração no sentido de alteração de poder: meios de comunicação de massa, reforma do Estado, inclusive para garantir maior controle social e participação popular, reforma político-eleitoral no sentido estrito. E alteração no sentido da distribuição da renda na sociedade entre os diferentes setores do capital. É um absurdo, do nosso ponto de vista, o peso que o capital financeiro tem, isso é um obstáculo ao que a gente quer fazer, mas também é absurda a atual distribuição da riqueza gerada entre salário e capital.

Grande parte das alterações passa pela reforma tributária, para a qual até hoje não se conseguiu força, sem a qual falar de política social e desenvolvimento em larga escala é ficção.

Temos que mexer na estrutura de propriedade do país, recolocar em discussão a reforma urbana, a reforma agrária, o controle sobre os monopólios. Tem uma pauta da esquerda brasileira dos anos 1980 que precisa voltar à ordem do dia.

O que se podia fazer, nos marcos do modelo de desenvolvimento pré-existente, em grande medida fizemos. Para que se possa fazer mais é necessário alterar o padrão. Se não fizermos isso, vão cair às margens para manter a política de bem-estar social e para manter as políticas de crescimento; e os riscos de derrota eleitoral vão crescer.

Sobre o tema dos indígenas, o governo federal deveria ter tido uma ação mais firme, mais dura e mais rápida para impedir a situação ocorrida com os povos guaranis. Mas o ambiente atual é de não dar atenção devida para alguns temas e isso não é, em minha opinião, uma orientação de partido, nem de governo, mas precisa ser alterado. É descabido vivermos uma epidemia de suicídios indígenas no Mato Grosso do Sul, porque não se quis dobrar um setor do ruralismo e obrigar a desapropriação de fazendas e assentamento de

indígenas em seu território. Existe uma operação política desastrada em alguma dessas questões. Mesmo nos marcos do padrão que temos, ainda se pode agir de forma bem melhor, em algumas áreas, do que se conseguiu até aqui fazer. A política externa 2003-2013 é um exemplo disso.

7

A política externa brasileira e a crise internacional

Apresentação

Virgínia Barros[1]

A atual crise econômica, em suas dimensões estrutural e sistêmica, tem sido responsável por acelerar uma transição na correlação de forças do mundo. Ela acelera o processo de declínio relativo da hegemonia norte-americana, europeia e japonesa, o que também possibilita a maior ascensão de novas economias, de novos países no cenário internacional econômico, em especial a da China, mas também dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e de outros países em desenvolvimento.

[1] Virgínia Barros é presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)

Certamente os rumos para a saída dessa crise ainda estão em disputa em nossa sociedade, porque se por um lado a crise abre uma janela de oportunidades para uma série de países, por outro também apresenta uma tendência de acirramento de conflitos internacionais. Cabe a nós refletir quais são as principais saídas que o Brasil tem encontrado e que precisa encontrar.

A situação tem aumentado o desemprego em países da Europa, em especial na Espanha, Grécia e Portugal. Na Espanha o desemprego entre os jovens passa de 40%. Também aqui no Brasil se apresenta uma disputa de pensamento com relação às saídas que nortearão a política brasileira numa postura mais altiva perante o mundo. O principal ponto nesse momento delicado da economia brasileira e da economia mundial é que consigamos transformar esse momento em uma situação que proporcione para o nosso país uma nova arrancada de desenvolvimento social, econômico e humano.

Adhemar Mineiro[2]

Estamos diante de uma crise longa, estrutural e que denota o esgotamento do padrão anterior. A crise é a expressão desse esgotamento. A partir daí se abre um espaço de disputa no tocante aos rumos e aos princípios que podem ser encontrados para a formação de um novo modelo para a economia mundial. Se pegarmos, por exemplo, os documentos do G20, que tentou fazer uma leitura da crise desde o começo, veremos situações extremamente diferenciadas.

Nos documentos do final de 2008, e especialmente em dois textos de 2009, eles relacionam a crise diretamente ao esgotamento do sistema vigente. Fazem referência inclusive à crise de 1929, ou seja, uma comparação com uma crise profunda. Depois, ao longo de

[2] Adhemar S. Mineiro é economista Técnico do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)

2010, esse tipo de visão é progressivamente alterada, até que agora, a partir do G20 da França e do México, voltou-se a fazer uma avaliação dura da crise. Entretanto, suas saídas continuam enquadradas em um receituário tradicional de um modelo esgotado.

Existe um conjunto de elementos da política econômica que são bastante contraditórios. Eu citaria rapidamente a questão da política fiscal, que mostra, por exemplo, uma ambiguidade com a manutenção de um esquema de tributação regressiva, na qual os pobres pagam mais impostos do que os ricos, no Brasil. Temos uma política monetária e creditícia que, por um lado, trabalha a maior parte do tempo com taxas de juros muito elevadas, resultando em contração monetária e, por outro lado, tenta expandir o crédito através de todo o sistema popular. Do ponto de vista das empresas, há a expansão do crédito via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nessa constelação, tudo leva a uma situação de resultados muito diferenciados.

Muitas vezes se fala como se o governo instalado a partir de 2003 tivesse uma continuidade de política em relação à administração anterior. Quando eu olho de perto a política econômica, e ela se relaciona com esse ambiente internacional, vejo uma diretriz com muitas idas e vindas, muitas mudanças o tempo todo, o que se expressa, inclusive, na questão das taxas de crescimento. Teve-se entre 2003 e 2005 uma preocupação muito centrada na questão do ajuste. Em 2004 há um pequeno fôlego de retomada, mas muito em função de uma situação ruim. Entre 2006 e 2008 aparece mais claramente a preocupação de tentar retomar o crescimento, mas também com resultados bastante variados. A partir de 2008 temos uma política de resposta à crise e esse, talvez, tenha sido o momento mais criativo, do ponto de vista da utilização dos instrumentos de política macroeconômica.

Isso também balizou uma situação ímpar, do ponto de vista do balanço de pagamentos, que é uma restrição importante. Apesar de estar trabalhando com um nível de reservas hoje mais alto, a

questão das restrições de balanço de pagamentos é muito importante – essa era a discussão durante a crise do governo Fernando Henrique, que antecedeu a vitória eleitoral de Lula.

Entre 2003 e 2007, houve superávit do balanço de pagamentos, o que afrouxava um pouco a política macroeconômica. Entre 2008 e 2011, aproximadamente, voltamos a ter déficits no balanço, déficit que foi crescendo devagar mas continuamente até 2011. E a partir de 2012, situação que estamos agora, ele passa a crescer bastante rapidamente.

Os últimos dados mostravam pouco mais de 3% de déficit, o qual era financiado basicamente com a entrada de investimento externo direto (IED). O problema aqui é: quanto mais se financia com IED, maior é a possibilidade desse dinheiro ser remetido de volta no futuro. Essa situação norteou um pouco a própria política econômica.

Criatividade

Acredito que o tema-chave do debate que estamos fazendo, a relação da política externa com a crise, é o fato de que entre 2003 e 2008 nos movemos para uma situação em que tentávamos nos defender, do ponto de vista econômico. Tínhamos uma reação defensiva, porém em um quadro em que éramos muito criativos, assim conseguimos gerar uma série de mecanismos e fatos na política externa, alguns dos quais contribuíam inclusive para, de alguma forma, reduzir nossa vulnerabilidade.

Poderíamos citar a política comercial, as alianças que se formaram, como o Ibas (Índia-Brasil-África do Sul), Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o próprio fato do Brasil ser, a partir de 2011, um dos países membros do G20 – influenciando de alguma forma, portanto, os mecanismos para combate da crise. Tudo isso mostrava que, apesar da defensiva econômica, tínhamos

uma capacidade de movimento ofensivo, do ponto de vista político e da política externa. A crise de 2008 demonstrava abrir ainda mais o espaço para propor alternativas e usar a criatividade na política externa, especialmente através da participação em fóruns. Tudo o que se discutiu a respeito das mudanças no interior do Mercosul, da criação da Unasul e da Celac abria espaços de intervenção que poderiam ser usados.

De fato, tivemos um momento mais criativo a partir de 2008. Um dos pontos centrais foi a recolocação da discussão sobre gasto público e investimentos nas empresas estatais, o que abria espaço para o aumento dos gastos públicos. Discutiu-se mecanismos de controle de capital e efetivamente se trabalhou no sentido da redução da taxa de juros.

Com as propostas iniciais de coordenação macroeconômica regional em resposta à crise, a constituição do Banco do Sul e as propostas que apareciam no sentido de acelerar o comércio em moedas nacionais na região colocavam possibilidades de saída positivas.

Retrocesso

Porém, quando olhamos a partir de 2010, vemos já no final deste ano que esse espaço de criatividade acabou não sendo ocupado, ou seja, retrocedemos ao buscar alternativas e nos reenquadramos à política econômica. Foi feito no plano nacional praticamente o que ia sendo feito no discurso do G20. É como se não tivéssemos usado esse período para apostar em alternativas. No momento que estávamos na defensiva, éramos criativos, mas quando se abriu a possibilidade de sermos criativos ofensivamente, recuamos e voltamos para o comportamento padrão, e essa inflexão ficou clara.

Uma das coisas aprovadas no G20, engendrada em Toronto e que ficou mais clara em Seul, foi o "processo de avaliação mútua entre os países". Na reunião do G20 do México, em Los Cabos, foi

aprovada uma avaliação sobre isso e, curiosamente, a menção feita explicitamente ao Brasil (e se estava na resolução o Brasil tem que ter concordado) é a questão do enquadramento do fundo de previdência dos servidores públicos. Ou seja, uma medida complicada e que foi debatida nessa instância aparece junto com outras medidas, como o ajuste espanhol, etc., como positiva dentro desse processo de avaliação mútua.

Temos claramente nesse documento um alinhamento das políticas no sentido liberal. O que sê lê como positivo não é uma coordenação macroeconômica. É, na verdade, um reenquadramento dentro da perspectiva liberal das várias políticas econômicas nacionais. Fundamentalmente, creio que estamos perdendo uma oportunidade histórica de disputar muito concretamente uma alternativa de saída para a crise, oferecendo uma perspectiva radicalmente diferente de desenvolvimento.

Daí a necessidade de pensarmos concretamente a ideia de criar mecanismos de controle democrático e participação social, para formulação da política externa e macroeconômica, sem os quais as forças tradicionais, nacionais e internacionais têm um enorme poder.

Debates com o plenário

1) Existe a crença de que ainda existe uma polarização na PEB, na qual alguns setores ainda vinculados à ditadura militar impediriam ou seriam os responsáveis por impor travas a iniciativas como o Banco do Sul. É isso o que ocorre?

2) Quais são as saídas criativas que você aponta? Onde elas estão?

3) Qual é a expectativa dos debatedores sobre a implementação do Banco de Desenvolvimento dos Brics e como o BNDES poderia transferir *know-how* de financiamento de projetos internacionais?

4) O que pode ser feito pela retomada mais concreta da industrialização no Brasil? Que papel poderia ter a criação de empresas mistas, com participação estatal e o incentivo a empresas cooperativadas, neste sentido do incremento do investimento produtivo?

Adhemar Mineiro: Quando discutimos política econômica, temos que fazer sempre uma observação: essa expressão, "política", é o substantivo e "econômica", o adjetivo. Portanto, as decisões são de natureza sempre política. Se pensarmos na crise de 2008, a reação dos empresários foi pedir apoio (dinheiro, isenção fiscal, etc.) e políticas de ajuste – lembro-me, inclusive, que os empresários pediram a reforma trabalhista, voltando com a velha agenda.

Na verdade, o jogo de pressão naquela época foi exatamente para não fazer o que os empresários estavam pedindo ou, pelo menos, não fazer tudo o que os empresários estavam pedindo. Por outro lado, a parte que dizia respeito ao ajuste, reforma trabalhista, etc., foi rifada como condição contrária à situação de ter isenção e crédito. Tivemos a ideia de sair para frente, de sair crescendo, de manter o nível de emprego, etc.

Acho que o grande problema a partir de 2011 é não ter havido esse condicionamento. O empresariado pediu as mesmas coisas, teve o mesmo apoio, isenções, se capitalizou, mas não investiu. Aliás, uma parte remeteu o dinheiro para fora (as transnacionais fizeram isso, usaram, se capitalizaram, remeteram dinheiro para fora e complicaram ainda mais a situação de balanço de pagamentos brasileiro). Temos que pensar um pouco nesse tipo de situação e se não seria melhor ter feito os investimentos via setor público, ao invés de dar as tais isenções que os empresários pediam. Manteríamos o dinheiro na mão do setor público e faríamos os investimentos.

Ora, vemos um fenômeno muito engraçado no caso das concessões. Antes a justificativa ideológica para ser empresário era ser mais

eficiente e, exatamente por ser mais eficiente ao administrar alguma situação, ele conseguia obter lucro. Agora, no processo de concessão, se discute previamente a rentabilidade do indivíduo, ou seja, ele não precisa mais ser eficiente, a rentabilidade já está acordada previamente com ele. Na verdade estamos dando muita atenção para o setor empresarial e eles estão engordando as suas contas e remetendo dinheiro para o exterior. Isso é algo a se pensar.

No caso europeu, estatizou-se a crise, a crise que era do setor privado, e os Estados nacionais assumiram dívidas monumentais. Lembro que a Irlanda, até 2008, vinha numa política de quase dez anos de tentar reduzir o valor da dívida sobre o PIB (tinha chegado a 30%, sendo que a princípio era mais de 100%) e em dois anos voltou para mais de 100%. A União Europeia talvez seja, daí, o exemplo mais puro de concepção liberal. Acoplado a isso, o *déficit* democrático da União Europeia acabou impondo aos países que se encalacraram, políticas de contração, o que se vê hoje. O desemprego é generalizado, sendo os jovens somente a expressão mais grave da crise. A situação de países como Grécia e Espanha, com taxas de desemprego chegando a trinta por cento, é insustentável, do ponto de vista político nacional.

Não estou certo de que o tema do crescimento via mercado interno se esgotou. Acredito que exista um enorme espaço para isso, não só no Brasil, como na região. A leitura das ruas é que: as pessoas estão pedindo mais, e não menos. Então, não é só a questão de salário e renda, mas de Estado de bem-estar social que nunca tiveram. Querem transporte bom e barato, mais saúde, mais educação, etc. Esse é o modelo fordista clássico da Europa que, ao dar saúde, educação, previdência, poupa as pessoas de pagar por este tipo de serviço e a renda vira demanda por consumo. Então, acho que a questão está colocada no plano regional também.

É preciso caracterizar que a crise ocorrida em 2007-8 é de natureza financeira, pois quando começa a se agravar nos EUA, ela se reveste de uma característica nítida de comprometimento da capacidade do setor financeiro americano de desempenhar o seu papel de alocação de recursos em uma economia capitalista avançada e industrializada. A crise revela que a lógica interna do funcionamento das finanças nos EUA se sobrepõe à lógica da sua atuação como elemento de organização e de funcionamento da economia, como fator de viabilização da produção e do emprego, que é seu papel sistêmico.

É uma lógica que demonstra que a ausência de regulação e a insuficiência de supervisão do poder público criam um espaço para práticas que distorcem a função do setor financeiro em uma economia, práticas essas que comprometem a própria funcionalidade do sistema. Assim, ficou evidenciado que todas as formulações teóricas e conceituais dos anos 1990 a respeito da globalização financeira tinham agora um lado muito concreto, em termos de consequências sobre a economia real.

Essa concretude mostrou que, na medida em que a economia central do mundo começou a exibir sinais de disfuncionalidade, isso provocou uma transmissão de efeitos e contágio para outras economias, afetando inicialmente aquelas que são mais diretamente entrelaçadas e expostas à economia americana, mas em um segundo momento, se estendendo para o resto do mundo por meio de fluxos financeiros, comerciais e de capital.

Então, no caso de uma crise que nasce no centro do sistema econômico internacional, os efeitos acabam por afetar todo mundo – e nós no Brasil fomos, sem dúvida alguma, também afetados. A

[3] Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva é diretor da Área Internacional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

pergunta importante porém é: como fomos afetados? Até que ponto fomos afetados? Mais que isso: quais reações e alternativas estavam ao nosso alcance naquele momento? Essas perguntas precisam ser formuladas para que, olhando para as respostas, possamos avaliar situações semelhantes no futuro e determinar quais as alternativas de que dispõe um país como o Brasil nesses casos.

Digo, antes de mais nada, que é fundamental entender a organização da política interna e as instituições de cada país para entendermos o que pode ser produzido em termos de política externa. Como nos propomos a enfatizar o lado econômico e, mais ainda, o lado financeiro da crise, eu diria que a capacidade de resposta de cada país depende de dois fatores fundamentais. Em primeiro lugar, é preciso levar em conta o grau de dependência e exposição que seu sistema financeiro interno tem aos fluxos internacionais de capital – quanto mais ampla e profundamente integrado ao sistema financeiro internacional, mais rápida e profundamente sentirá os efeitos de uma crise desse tipo.

O segundo fator é o perfil da estrutura produtiva do país, ou seja, quais são seus setores de maior dinamismo econômico, sua capacidade de inovação e o tamanho potencial de seus mercados consumidor e trabalhador, decompostos nos setores primário, secundário e terciário. Estes dois fatores nos mostram qual a necessidade do país de produzir saldos exportáveis para equilibrar seu balanço de pagamentos e como a economia está articulada em termos do seu mercado interno. Olhando conjuntamente para esses aspectos podemos avaliar de quais opções o país dispõe para reagir em contraposição à crise.

Estes elementos se tornam ainda mais centrais para a nossa análise quando nos damos conta de que a crise ocorrida na última década atingiu o Brasil em um momento que o País vinha se reestruturando e buscava recalibrar a sua estrutura político-econômica para gerar mais crescimento e aumentar a renda nacional ao mesmo tempo em que promovia maior inclusão social.

Vale a pena ressaltar, portanto, que prosperidade e inclusão estavam na agenda do governo já antes da crise, não aparecendo apenas como uma reação posterior, uma maneira de mitigar seus efeitos, como ocorreu em outros países. A crise eclode quando o Brasil estava promovendo um forte movimento de estímulo aos mercados e aos investimentos. O consumo das famílias e das empresas vinha sendo estimulado tanto do lado tributário, como pela política de benefícios sociais e, crucialmente, pela política salarial que assegurava o crescimento real do salário mínimo.[4] O mercado de capitais estava vivendo a sua década de ouro, com o mercado primário chegando a crescer mais de 100% num só ano e o mercado secundário sendo multiplicado por onze vezes ao longo da década.

Já o investimento começava a exibir vigor crescente, após décadas de estagnação, com destaque para o papel que os investimentos públicos passaram a desempenhar, sobretudo a partir de 2006 e do Programa de Aceleração do Crescimento. Os investimentos privados não se movem exclusivamente pelas perspectivas imediatas de ganho que os investidores privados encontram em suas áreas de atuação. Se além do discurso otimista sobre promover expansão e crescimento o governo está colocando seus recursos onde diz que devem ser colocados, ou seja, se tem uma prática de tomar a frente criando impulsos para a demanda, de um lado, e realizando investimentos com seus próprios recursos, de outro, a tendência é que o investidor privado se sinta mais estimulado, confortável e, de fato, comece mesmo a temer ser deslocado e ficar para trás, perdendo mercado para os concorrentes, caso deixe de investir.

[4] Ainda que, com razão, grande atenção seja dispensada às políticas de transferência de renda e aos benefícios sociais, como o Bolsa Família, dentre outros, é importante ressaltar que qualquer estudo macroeconômico ou mensuração econométrica, se realizados, indicarão que a principal componente, tanto para a sustentação do consumo interno como para o efeito de promoção social, se deve à política de valorização real do salário mínimo.

Assim, fica claro que a crise atinge o Brasil em um momento de grande mobilização em prol da geração de riqueza e expansão do investimento, e inevitavelmente tivemos impactos sobre essa trajetória no ano de 2009, em função da redução da disponibilidade internacional de crédito e da retração do comércio internacional. Mas, ao mesmo tempo, nos apresentou uma oportunidade de redobrar a aposta na direção que o País já vinha seguindo, de promover a inclusão e a prosperidade, estimulando o mercado interno. O governo, naquele momento, tomou a decisão de ampliar investimentos e dar curso ao vasto programa de infraestrutura que o País precisava fazer, depois de trinta anos sem investir em infraestrutura – de transportes, portuária, aeroportuária e, particularmente, energética. Esses foram os elementos que permitiram ao governo desaforar a crise e dizer: "ela está vindo, mas nós iremos no sentido oposto; estão todos diminuindo o investimento, mas temos espaço interno para promover um movimento no sentido contrário".

Política externa

Esse é o pano de fundo que devemos ter em mente para entender a política externa que foi praticada no período, inclusive nos seus planos econômico e financeiro, nos quais pretendo concentrar meus comentários. No seu posicionamento internacional sobre questões econômicas e financeiras, o Brasil reagiu ao agravamento da crise em dois espaços: o multilateral e o regional.

No nível multilateral, darei o depoimento de alguém que teve a oportunidade de estar no G20 no momento em que este ainda não era um fórum de chefes de Estado, mas reunia apenas os Ministros de Fazenda e presidentes de Bancos Centrais de seus países membros, quando pude participar das negociações que permitiram que o Brasil ingressasse na junta governativa do G20 e, posteriormente, presidisse a organização. Num primeiro momento, o Brasil

teve que lutar muito no âmbito do G20 para fazer ouvir nossa visão sobre um caminho de resposta à crise, centrado em políticas contra-cíclicas e na promoção do crescimento econômico. A tendência inicial dos representantes de diversos países e economistas de órgãos econômicos multilaterais pendia, como muitas vezes ocorre em momentos semelhantes, para a adoção de políticas ortodoxas de viés contracionista, preconizando a austeridade.

Com o aprofundamento da crise, diversos dentre esses atores mitigaram esse discurso ortodoxo, admitindo que algum grau de intervenção pública era permissível. Mais à frente, alguns – inclusive os EUA – chegaram mesmo a adotar programas francamente heterodoxos, não apenas em suas políticas macroeconômicas, abraçando medidas de expansionismo monetário e estímulo fiscal, como inclusive praticando o *bail-out* para impedir a quebra de bancos e mesmo de grandes empresas, o que poderia ter consequências sistêmicas para suas economias, bem como causar danos sociais e políticos mais graves.

O Brasil lutou muito, no início, para obter o espaço político para afirmar que havia outro caminho possível e virtuoso. Passamos em seguida a postular nos órgãos multilaterais uma voz mais ativa: nas instituições deBretton Woods (sobretudo o FMI e o Banco Mundial), eivadas por anacronismos e vícios de governança, nos quais os países do G7 tinham liberdade total para determinar as agendas e pautar os demais países, o Brasil se posicionou em defesa do reconhecimento dos interesses e da importância dos países do Sul. Por meio da promoção dessa agenda, o Brasil naquele momento firmou sua identidade nos fóruns econômicos multilaterais como um dos principais articuladores das demandas e posições das economias em desenvolvimento.

No plano regional, intensificamos uma estratégia de atuação que já vínhamos tendo desde o início do governo Lula, com sua ênfase na integração regional, num primeiro momento focada prioritariamente na integração sul-americana. No momento da

crise, novamente foi dobrada a aposta da integração regional. O Brasil capitaneou a iniciativa para a constituição do Banco do Sul – cujos trabalhos cobriram mais de dois anos envolvendo vastas delegações técnicas – e fomos pioneiros na proposição e implantação do SML, um sistema bilateral de pagamento em moeda local que permite que os países possam fazer transações de comércio exterior sem utilizar reservas em moeda conversível. Além disso, nos empenhamos em patrocinar a criação de espaços institucionais específicos para a discussão e coordenação dos interesses econômicos dos países da região, como o Conselho de Economia e Finanças e o Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul, que almejam promover ação conjunta dos países para atacar as suas prioridades de investimento intrarregional e, em especial, problemas de infraestrutura.

O Brasil fez uma aposta muito grande, que só foi possível porque o país estava crescendo de modo vigoroso e continuado e, por isto, além de dar ideias, além de ter um discurso em favor da integração econômica, pudemos empreender ações concretas: propor mecanismos, participar financeiramente, ser um fator catalisador para o comércio intrarregional.

Muitas vezes se diz na literatura, numa visão mais cínica, que "países não têm amigos, países têm interesses". Assim vê a chamada escola realista das relações internacionais, mas podemos afirmar que sim, é possível ter uma visão política mais ampla, que transcenda os interesses imediatos dos países. O que não é possível é ter uma abordagem que ignore os interesses materiais e concretos dos diversos países num processo de integração regional. Em outras palavras, sem prosperidade a oferecer, sem o dinamismo e a perspectiva de ganhos trazidos pelo crescimento, o Brasil não teria podido liderar um avanço na integração econômica regional que nos foi altamente benéfico.

Em termos ilustrativos, quando a Padaria Brasil está funcionando a plena capacidade e produzindo muitos pães, nós podemos comprar farinha de uns, embalagens de outros e, quando é o caso,

repartir o pão de maneira útil e propícia para a convergência de interesses com os nossos principais parceiros.

É muito importante, para uma resposta positiva e construtiva em termos de política externa, em tempos de crises econômicas, particularmente de crises financeiras, que se possa ter internamente uma resposta econômica que almeja o crescimento, que busca a expansão de emprego e renda. Somente apoiados na prosperidade e que podemos ter respostas construtivas neste tipo de cenário.

Debates com o plenário

1) Existe uma polarização na PEB, na qual alguns setores ainda vinculados à ditadura militar impediriam ou seriam os responsáveis por impor entraves a iniciativas como o Banco do Sul?

2) Dr. Melin, eu gostaria de aprofundar um pouco a seguinte questão: Adhemar Mineiro colocou que o Brasil estava preparado e aproveitou muitas das oportunidades que foram criadas em 2009, participando ativamente do G20 e colocando, por exemplo, junto à Argentina, a agenda do trabalho. Você também mencionou a questão de agir no FMI a partir do G20, aumentar poder de voto, de voz, etc. Em sua avaliação, em que resultaram esses esforços? Parece-me que houve um ativismo muito forte que deu visibilidade tanto para o País quanto para o governo e conseguiu colocar a agenda, mas, e então? Onde estão os votos no FMI? O que o Brasil conseguiu mudar? Quando olhamos hoje para o FMI, ele está exatamente implementando aquelas políticas que o Brasil, que este governo, condena.

3) Qual é a expectativa dos debatedores sobre a implementação do Banco de Desenvolvimento dos Brics e como o BNDES poderia transferir *know-how* de financiamento de projetos internacionais?

4) O que pode ser feito para uma retomada mais concreta da industrialização no Brasil? Ainda, que papel poderia ter a criação

de empresas mistas, com participação estatal e o incentivo a empresas cooperativadas, neste sentido do incremento do investimento produtivo?

Melin: Principio com o caso do Banco do Sul, em cujo processo de constituição eu chefiei a delegação brasileira. Primeiro: não há dúvida que existem visões díspares no interior de qualquer sociedade. Se a sociedade é mais democrática, o grau de disparidade fica mais explícito. Ideias mais conservadoras e mais progressistas se fazem ouvir com maior estridência. No entanto, o mecanismo que as democracias burguesas têm pra resolver isso são as eleições e quem está no governo, teoricamente, tem a chance de priorizar a sua visão. O governo Lula pôde fazer isso, com relação ao Banco do Sul e outros instrumentos.

Houve uma série de iniciativas, que têm menos visibilidade, mas que não são menos importantes para se criar mecanismos de interação financeira na região. Dou um exemplo: uma proposta brasileira foi de lançar mão da experiência da compra de títulos soberanos de alguns países da região pelo governo da Venezuela, como Bolívia e Argentina, para que pudéssemos ter um mecanismo e que, em vez de depender da disponibilidade de um único país em adquirir, quando possível e conveniente, estes títulos, nós tivéssemos um mecanismo regional que possibilitasse a países oferecer papéis, com condições previamente negociadas, aos governos da região.

Isso não deixou de remunerar, e bem, o tesouro nacional venezuelano. Houve, sim, o suprimento da liquidez e dos recursos no momento que os países precisavam, obedecendo às regras de finanças públicas de cada um deles. Houve várias outras propostas, mas no caso do Banco do Sul, que é emblemático, é verdade que houve opiniões discrepantes, eu posso dizer a vocês que os vários governos da região tinham ideias muito diferentes sobre esta instituição. Alguns queriam que fosse um fundo monetário e não banco, um fundo de compensações internacionais para a região; outros desejavam um banco de desenvolvimento que atendesse mais de

perto os anseios dos países, como não estavam fazendo o Banco Mundial e o BID.

Houve, portanto, um longo processo de construção entre os países tendo havido, ao longo do processo, a manifestação de visões que se mostraram discrepantes. No Brasil, nós não tínhamos apenas a visão do pensamento conservador, contrário à participação do País, mas houve também vozes na direção contrária. Eu mesmo fui chamado ao congresso nesta época, à Comissão de Economia e Finanças, para ser sabatinado. Ao final de todo esse processo de debate e negociação construiu-se um desenho em que, o princípio de "um país, um voto" ficou incrustado para a governança do Banco do Sul, o que foi uma vitória política dos países menores da região. Mas, para operações de grande porte, em que os países que mais aportam capital no Banco serão chamados a colocar o seu recurso público em maior quantidade, há alguma medida de proporcionalidade nas decisões, ainda que sempre conservando o poder de veto de todos os países.

8

O futuro da política externa brasileira: desafios e perspectivas

Apresentação

Luiz Dulci[1]

A mim entusiasma o fato de a sociedade brasileira se apropriar cada vez mais dos temas da política externa, o que antes era visto como um campo de especialistas, muito remoto, distante. Hoje não só os movimentos organizados como os cidadãos e cidadãs comuns passaram a se interessar pela política externa, percebendo tanto a sua importância para o mundo, como a sua incidência sobre vida brasileira.

[1] Luiz Dulci é diretor do Instituto Lula

Pessoas que por vezes não tem vínculo algum com os mundos universitários, político ou sindical acompanham com atenção as questões internacionais, e têm cada vez mais informações e opiniões a respeito delas. E tudo isso deve ser visto com alegria, pois significa que a cultura civil e democrática de nossa nação incorporou essas questões como tema fundamental.

Artur Henrique[2]

A Política Externa Brasileira (PEB) precisa ser percebida e discutida pela sociedade. Nós precisamos alcançar corações e mentes da população em relação à sua importância. Cada vez mais a PEB precisa ser política pública e ganhar projeção. Isso significa ter ousadia, não perder as oportunidades que estão colocadas na disputa geopolítica do mundo e, quando falo de não perder oportunidades, vou usar um pequeno exemplo: garantir asilo a Edward Snowden rapidamente deveria ter sido a postura adotada para demonstrar que estamos falando de disputa política e geopolítica.

Outro exemplo é o fato de parte da mídia conservadora e da direita brasileira afirmar que o Mercosul significa atraso, isolamento e que a grande saída, do ponto de vista da crise e dos debates internacionais, seria a Aliança do Pacífico. Acredito que haja aqui uma confusão, dado que uma coisa é a integração, que vai além do comércio e das questões econômicas; outra coisa é a Aliança do Pacífico, um acordo ou tratado de livre comércio.

Nossa agenda apresenta questões bastante contraditórias com a visão de que é preciso reduzir salários e direitos dos trabalhadores em nome da competitividade das empresas e da região. Essa é a disputa da agenda política que, em nossa opinião, foi colocada na

[2] Artur Henrique é presidente do Instituto de Cooperação da CUT e diretor da Fundação Perseu Abramo

sociedade brasileira. E quero apontar algumas propostas concretas que o Grupo de Reflexão de Relações Internacionais e o acúmulo de debates que as centrais sindicais têm feito, envolvendo o conjunto dos sindicatos e trabalhadores, bem como o movimento social do Brasil.

Conselho de política externa

A primeira delas é a proposta de criação do fórum ou do conselho permanente institucionalizado de discussão da PEB. Refiro-me à criação de grupos de trabalho específicos para discutir temas globais e centrais, garantindo transparência, informação e, principalmente, o diálogo e a negociação para definir os rumos da PEB. A segunda questão é a criação de um fundo de cooperação para o desenvolvimento econômico e social, considerando que não podemos ser a sexta economia do mundo e ter uma Agência Brasileira de Cooperação com os recursos atuais. Não podemos ser um país "de primeira" com relações "de terceira".

Quando empresas financiadas pelo BNDES ou bancos públicos atuam em outros países e quando os movimentos social e sindical, como também a população local desses países, reclamam do modelo de desenvolvimento e da forma com que estas empresas atuam em relação aos direitos trabalhistas, é necessário que as organizações sindicais locais elevem esses direitos, para que não haja a tentativa de diminuição das prerrogativas.

Várias organizações, não apenas o Instituto para Cooperação, recém criado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), têm construído relações e fortalecido organizações da sociedade civil e de entidades sindicais realmente representativas nos demais países, em especial os do sul. Ora, mas fazemos isso com que recurso? Quando observamos a quantidade de recursos que hoje são aportados para que as empresas possam fazer seus investimentos

em vários países, quando vemos a quantidade de dinheiro nas reservas, a facilidade, ou pelo menos a agilidade, na constituição de fundos para tratar da questão econômica e comercial, que são muito importantes, vemos que eles representam muito mais do que aquilo dedicado ao movimento social.

Não falo que o governo brasileiro tenha que interferir na negociação coletiva alheia. O que não se pode ter são empresas brasileiras, financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atuando em outro país, sem respeito ao diálogo e à garantia de negociação coletiva dos trabalhadores. Daí nossa proposta de criação de um fundo de cooperação ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério de Direitos Humanos.

Cooperação internacional

Sabemos qual foi o papel da cooperação internacional para constituir o Partido dos Trabalhadores (PT) e a CUT. Para ajudar na construção da Central, tivemos apoio de dinheiro público de países como Alemanha, Itália, Espanha e outros.

Nesse fundo que queremos constituir é preciso discutir com as populações locais de forma diferente. Quando se fala de integração, de desenvolvimento regional e de modelo de desenvolvimento, dizemos que não basta mais fazer uma audiência pública ou apresentar determinado projeto de uma obra sem discutir a elaboração, a partir do planejamento, com participação da população local. Não basta mais fazer uma audiência pública, convidar os indígenas e falar "eu tenho um projeto de uma estrada que vai passar por um determinado local". As pessoas querem discutir as condicionalidades e propor mudanças no projeto original.

Uma terceira proposta: precisamos ter uma legislação, um marco regulatório da PEB que seja adaptável, ou seja, atualizado de acordo com a grande perspectiva do Brasil nessa nova ordem

mundial. Dou um exemplo: a CUT coopera na reconstrução, depois do terremoto do Haiti, de uma central sindical e de uma escola de formação. Essa ação é taxada por imposto de renda, o que demonstra que a burocracia do Estado brasileiro e a própria legislação não estão adaptadas ao novo momento em que vivemos. Portanto, precisamos alterar a legislação e o marco regulatório para avançar em determinadas questões que são fundamentais para o processo de democratização da PEB.

Quarta proposta: quando há uma viagem internacional, por parte do governo brasileiro ou de Estados e municípios, fazer contatos, aprofundar relações raras, ter a preocupação de colocar, para acompanhar a delegação oficial, representantes dos trabalhadores ou da sociedade civil brasileira para colaborar com a relação entre países. Temos, às vezes, delegações oficiais do governo acompanhadas por empresários para discutir investimentos importantes e necessários para o Brasil. Porém, quando se tem uma delegação indo para algum país da América Latina ou África, não é possível incluir na agenda oficial atividades com o movimento sindical daquele país.

Essa prática não está no cotidiano da PEB, mas deve fazer parte desse processo de democratização. Por isso, quero contribuir nesse debate geral sobre democracia. O Estado laico é fundamental e reflete o tema central que vivenciamos hoje no Brasil: a importância da reforma política. Precisamos organizar e mobilizar a sociedade brasileira para debater e implementar a reforma política – e quando falamos de Estado laico, fazemos menção a uma grande quantidade de deputados eleitos que são ligados a determinadas religiões. Precisamos conter o abuso econômico das grandes corporações nas eleições, o que significa que não se pode ter um Congresso Nacional com ampla maioria de representantes do agronegócio ou do setor empresarial, que está ligado diretamente ao financiamento das campanhas eleitorais e que se reflete na disputa econômica e na nossa ainda frágil democracia. A democratização

da política externa requer olhar para o fortalecimento da democracia internamente.

Exemplo dessa lacuna é quando se fala sobre investimentos brasileiros na África, dialogar com representantes da agricultura familiar desse país, porque não podemos continuar tendo investimentos lá sem o necessário diálogo com a população local. O pró-Savana tem a proposta de discutir com grandes proprietários rurais e com o agronegócio, mas paralelamente precisamos entender qual é o impacto sobre a agricultura familiar. Esse processo de colocar o contraditório na mesa para debate me parece ser fundamental.

Temos falado há muito tempo das condicionalidades, as contrapartidas dos investimentos feitos nas empresas e nos governos por bancos públicos ou por proposta de investimento de determinados setores econômicos no Brasil, para incentivar e constituir empresas que realizam investimentos em infraestrutura, sempre muito necessários. Entretanto, isso se dá sem qualquer contrapartida. Refiro-me aqui não somente a questões como a empresa não ter trabalho escravo – apesar de que esse aspecto ainda é bastante relevante em muitos países –, mas a luta, neste caso, tem que ser na cadeia produtiva. Falar da necessidade de contrapartidas significa implementar a agenda de trabalho decente em toda a sua profundidade, e significa elevar o padrão, tanto dos investimentos quanto das relações de trabalho.

Termino com uma contradição que chama a atenção nesse debate, que é a importância de se colocar o tema social, trabalhista e ambiental com a mesma prioridade que se coloca o tema econômico ou comercial. Esta prioridade tem que ser assumida pelo governo e pelas empresas ou bancos públicos que atuam no exterior. Em tratados de livre-comércio e acordos há cláusulas que incluem, por exemplo, que se as empresas que estiverem investindo num determinado país tiverem algum tipo de prejuízo decorrente de uma decisão governamental, o Estado tem a obrigação de ressarcir. E isso se discute com uma rapidez espantosa para que se garanta que

as empresas não tenham prejuízos. Por outro lado, quando se tenta colocar pautas sociais, ambientais ou trabalhistas, a demora para que sejam consideradas é enorme.

Jackson Schneider[3]

Minha intervenção está estruturada em três tópicos: falarei um pouco da empresa (apesar de a Embraer ser conhecida, é válido mencionar seu papel no cenário internacional); do multilateralismo, sua importância e nossa prática como empresa participante deste processo; e da agenda de negociação, com um olhar de integração mundial entre países.

Embraer

A Embraer é uma empresa com rede de produção global. A cadeia produtiva de um avião competitivo tem a confecção de suas peças e componentes em vários países. Os principais produtores mundiais estão estruturados globalmente. Além disso, ninguém produz aviões para vender apenas em seu país, principalmente aeronaves de maior porte. Somos uma empresa, portanto, acostumada com o jogo do mercado mundial.

Nós temos três divisões de negócios. A Unidade de Negócio Aviação Comercial está presente em mais de 60 países, com jatos produzidos no Brasil. Vendemos para as empresas aéreas mais representativas do mundo (Airfrance, AirItalia, Lufthansa, as principais americanas, asiáticas, africanas, latino-americanas). Nossa presença é de liderança nesse mercado. Temos também a Unidade de Negócio de Aviação Executiva, que vende aviões de

[3] Jackson Schneider é vice-presidente executivo da Embraer S. A.

todas as categorias, desde os considerados mais simples até os mais sofisticados. Por fim, temos a Unidade de Negócio de Defesa, absolutamente estratégica, na qual temos participação na área de satélites, radares, soluções integradas, comunicação, veículos aéreos não tripulados (Vants), entre outros.

A Embraer sabe da sua responsabilidade como empresa estratégica de tecnologia e sempre perseguiu a ciência de ponta. É capaz de se colocar em competição global de igual para igual com produtos de qualquer outro país do mundo. Os nossos competidores diretos são os Estados Unidos, Europa e Canadá, principalmente. Por isso, nosso esforço de pesquisa e tecnologia é imenso. Estamos integrados a vários institutos e centros de pesquisas do mundo que trabalham com inovação e tecnologia de indústria aeronáutica.

Temos cerca de 19 mil funcionários, aproximadamente 16 mil no Brasil. Destes, pouco mais de quatro mil profissionais estão única e exclusivamente dedicados a fazer pesquisa e desenvolvimento. O esforço da engenharia e da inovação é imenso.

E somos uma empresa sustentável. Não só sob o ponto de vista econômico, mas também ambiental, ao perseguirmos de forma efetiva a melhor tecnologia possível para que o produto tenha o menor impacto ambiental. E na esfera social, escolhemos a educação como princípio de atuação. Temos duas escolas de 2° grau integralmente mantidas por nós, com alunos oriundos de escola pública e selecionados por teste meritocrático. Há também um fundo estudantil de contribuições voluntárias que financia os alunos destes colégios na universidade.

Multilateralismo

A nossa experiência com a competição no mundo não se moldou em um campo apenas teórico. Ela foi construída no campo prático. A Embraer precisou enfrentar um processo contencioso

com a Bombardier na Organização Mundial do Comércio, que se tornou referência nesta área. À época fizemos algo que era então impensável, um país em desenvolvimento enfrentando um país de primeiro mundo, uma pequena empresa brasileira desafiando um gigante, considerando o tamanho que tínhamos então.

A grande discussão foi no sentido de que poderia haver, ou estava havendo, benefícios indiretos para comercialização de aviões. Esse contencioso dentro da OMC marcou época. O governo brasileiro e o Ministério das Relações Exteriores foram fundamentais. O Itamaraty foi o nosso principal defensor na OMC e, depois de três rodadas e vários julgamentos, conseguimos fazer valer nossa interpretação das regras referentes à comercialização de aviões no mundo.

Esse litígio e sua solução não foi impactante somente para nós, mas apontou caminhos para todos. Caminhos, inclusive, de solução de controvérsia dentro dos mecanismos da OMC. Apontou também para a relevância do sistema multilateral de comércio e da importância da defesa de regimes baseados em políticas não predatórias e que não afetem a concorrência. Vimos a importância dos órgãos multilaterais de solução de controvérsia. A Embraer defende fortemente, portanto, o multilateralismo com regras e políticas claras que definam as condições de competição no mundo.

As nossas competidoras têm várias vezes o nosso tamanho. Os países com que competimos têm uma capacidade de recursos imensamente maior que o Brasil. Se não houver no mundo regras específicas, claras e transparentes de como o jogo do comércio vai se dar, nossa condição de competição será afetada. Defendemos também que o multilateralismo tenha regras do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, ou seja, que se defina a fronteira de ajuda do Estado para a empresa desenvolver sua tecnologia. Temos que definir os limites para apoio à P&D. Existe alguma fronteira? Não existe? Se existe, onde está? Qual é o limite de apoio tecnológico ou financeiro para pesquisa, desenvolvimento, inovação que a empresa pode receber do Estado?

Nós temos conhecimento, por exemplo, que alguns países compram tecnologia de empresas. Como funciona isso? O país quer ajudar uma determinada empresa (e eu falo de países grandes, fortes e conhecidos) a pagar o custo de desenvolvimento de um determinado produto e contrata, então, a empresa para desenvolver uma tecnologia dentro de sua área de atuação. Ele faz o seguinte, por exemplo, "você que faz avião, eu te dou US$ 5 bilhões para desenvolver uma asa que vai utilizar apenas material composto". Esse recurso que entra na companhia é utilizado por aquela empresa para desenvolver certa tecnologia e depois ela usa esta tecnologia em seus produtos. Os países desenvolvidos usam muito este recurso. Regular isto é fundamental.

Este tipo de prática em zona cinzenta só se resolve através de negociações estruturadas e multilaterais. A OMC é o instrumento de que o mundo hoje dispõe. Sem ela, a lógica do comércio acabaria sendo ainda mais dura. Aqueles países que têm condições financeiras melhores acabariam impondo ainda mais seus produtos com suas condições de venda com base em subsídios e benefícios.

A facilitação do comércio também é importante, porque ela estrutura padrões de trocas e acaba permitindo um padrão de agir e de comercializar com o consequente barateamento de custos. A normalização de regras traz menores custos de logística e de burocracia. Tudo isso ajuda o produto a ser exportado e facilita a integração do mercado global.

Mercosul

Para finalizar, uma mensagem. Não acredito que outras negociações internacionais tenham que ser excludentes do Brasil no âmbito do Mercosul. O Mercosul pode ser uma história de sucesso ainda maior do que o alcançado até aqui. Para isso, é preciso integrá-lo ao mundo. Não necessariamente o Mercosul precisa estar

fechado apenas aos seus Estados-membro, mas ele deve ir além de seu atual ambiente de integração econômica. Acredito que as duas esferas de integração possam ser buscadas.

Maria do Rosário[4]

Eu quero nessa reflexão, em primeiro lugar, produzir uma análise breve sobre a mudança de perfil que o Brasil sofreu interna e externamente na última década, desde a eleição de Lula para a presidência.

Do meu ponto de vista, isso se deu porque nós agimos com coerência e produzimos mudanças inéditas até então. Ainda que em diferentes momentos históricos o crescimento econômico tenha sido uma marca para o Brasil, o processo havia se dado de maneira excludente. Agora, no entanto, reconhecemos internacionalmente a coerência com os trabalhadores, com as trabalhadoras, com os direitos humanos e sua defesa e com a emancipação no cenário interno.

Se falamos para o mundo sobre as questões ambientais, realizamos mudanças na política ambiental. Quando falamos de direitos humanos e na superação da pobreza – incluindo de forma direta e firme, desde a vitória do presidente Lula, os direitos econômicos, sociais e culturais como essenciais na agenda global de direitos humanos – propomos o enfrentamento da fome e da miséria, por se caracterizarem como violação absoluta de direitos, porque realizamos isso também no plano interno.

Lamentavelmente, temos vivenciado uma tentativa de esvaziamento do sentido e do valor da política, num discurso que a coloca como se fosse superada permanentemente pela técnica e pelo conhecimento, exclusivamente no plano acadêmico e técnico.

[4] Maria do Rosário (PT) é Deputada Federal e foi ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2011/2014).

Certamente, todo conhecimento produzido é essencial para que as ferramentas estejam posicionadas adequadamente, de modo que um país possa superar tanto tempo de atraso, tanta história de violações.

Vivemos anos de escravatura, períodos de violações absolutas de direitos no País e, mais recente em termos históricos, o período da ditadura militar no Brasil. Posteriormente, tivemos a dimensão do Estado mínimo, o comprometimento das funções básicas do Estado, da capacidade de planejar sua intervenção.

O Brasil, desde 1988, tem sua constituição, com todos os limites sob os quais ela foi produzida, o que é resultado do avanço e das lutas sociais. O governo assumiu o compromisso constitucional com os direitos humanos e pauta suas relações internacionais também nessa direção, pela paz e pelo conceito de autodeterminação. E este Brasil é complexo, do ponto de vista da sua política externa. A complexidade de sua atuação diplomática e política ao se posicionar nos organismos multilaterais propõe dificuldades de compreensão àqueles que pensam nos outros como espelho de si próprios, que sempre antagonizam a posição do bem contra o mal e que procuram, diante de outras nações, implementar seu tipo de Estado, de sistema e de valores.

Interlocução e igualdade

Para o Brasil, o reconhecimento do outro como interlocutor pressupõe um grau de igualdade, não hierarquias internacionais compostas a partir de interesses econômicos ou comerciais. Jamais no plano de direitos humanos propôs uma perspectiva de seletividade, de biombo, de intenção calculada a partir da qual os direitos humanos fizessem parte do interesse subjacente da ordem econômica. É mais complexa a posição brasileira nas instâncias internacionais. Sempre nos períodos dos presidentes Lula e Dilma, as posturas assumidas têm procurado firmar equilíbrio no plano

internacional, empoderando aqueles que foram esvaziados da possibilidade de se sentarem à mesa dos grandes e decidirem seus próprios destinos.

O Brasil não sustenta atitudes de ingerência a partir da perspectiva dos direitos humanos, porque, em geral, aqueles que pretendem ocupar territórios e se posicionarem dentro dos Estados nacionais como redentores, têm produzido violações de direitos humanos gravíssimas onde quer que seja. E nesse ponto o governo do presidente Lula é um motivo de orgulho do qual não devemos nos afastar, porque ele defende de pronto uma linha de autonomia, de posicionamento claro da nossa nação. Uma nação que está no ordenamento interno e no plano internacional, justamente pautada constitucionalmente na sua legislação maior pela paz e pelos direitos humanos, não poderia, como de fato o presidente Lula corajosamente não o fez, aliar-se, por exemplo, na ocupação do Iraque ou defender que seja natural a ocupação dos territórios palestinos por Israel.

A nação brasileira, portanto, se posiciona através do seu governo com esta clareza, para que a sociedade civil e os povos do mundo façam a sua experiência. Nosso posicionamento acredita que os povos têm que fazer seu processo de emancipação e de luta, equilibrando relações, oferecendo a cada nação a possibilidade de ser ouvida no plano internacional. Jamais com ocupação territorial ou açodamento da "contribuição bélica", que muitas nações ainda produzem, insuflando falsas questões ou se posicionando em conflitos nacionais ou regionais de forma a desiquilibrar relações e produzir efeitos danosos a civis, crianças, mulheres e à população, de modo geral.

Portanto, o Brasil busca de forma exaustiva uma posição coerente entre o plano interno e o externo. Falar e realizar. O Brasil não coloca de forma simplificada, mas questiona soluções fáceis para problemas complexos e confia que devamos atuar no sistema multilateral reforçando a coerência, seja no plano dos direitos humanos, seja no plano regional da Organização dos Estados Americanos (OEA) ou do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Brasil nos organismos multilaterais

Temos ampliado significativamente nossa presença nesses temas. Voltamos ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, onde o Brasil teve importante papel na consolidação desse instrumento, e temos fomentado que não mais somente alguns se sentem em torno de uma mesa para debater temas que digam respeito à humanidade como um todo, mas deve haver a diversificação de atores que possam contribuir na busca da paz nas diferentes regiões do globo.

Vale mencionar que, além da participação em diversas organizações e tratados, recentemente alcançamos dois postos importantes como brasileiros, com o Dr. Roberto Caldas como juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o ex-ministro de Direitos Humanos Paulo Vanucchi como comissionado para a Comissão de Interamericana de Direitos Humanos.

No tocante aos desafios para o próximo período, reconhecemos que nenhum país no mundo cumpre totalmente os princípios de direitos humanos da Carta das Nações Unidas como a humanidade deve almejar, tampouco o Brasil. A diferença existente em muitas circunstâncias é que, em termos de política interna e em nossas relações internacionais, nós buscamos uma relação de transparência, assumindo as violações dentro do território nacional, para que possam ser superadas. Consideramos, no plano doméstico, que o primeiro passo para superar as violações, que nos envergonham, é reconhecer sua existência e trabalhar de forma planejada, unindo a atuação do Estado e a participação da sociedade.

Acredito que possamos ter uma agenda, no próximo período, que continue intensificando a atuação global brasileira e a renove em cooperação com os povos e com as nações do mundo. O Brasil, por exemplo, foi pioneiro na proposição da quebra de patentes para o acesso de medicamentos antirretrovirais e tem, portanto, questionado, no que trata da defesa da vida, o princípio da propriedade,

e essa é uma questão importantíssima e coerente com o tipo de cooperação que nós temos com muitos outros países. O objetivo dos sistemas multilaterais deve ser gerar um clima de paz e de confiança entre as nações. Portanto, a participação brasileira em todos os sentidos deve permanecer e ampliar o sentido da cooperação.

Hoje, estima-se que tenhamos 15 milhões de pessoas na condição de refugiados e mais 30 milhões na condição de deslocados internos. A crise que assola o mundo desenvolvido tem reflexos dos mais perversos nas regiões de guerra e de conflito. Uma atuação positiva diz respeito à relação do Brasil com esse tema e o apoio a essas comunidades. A questão dos conflitos armados precisa ser enfrentada com normas mais firmes e claras sobre a fabricação e a circulação de armamentos.

A mais importante cooperação, em minha opinião, que o Brasil deve produzir é no enfrentamento à violência. Quero dizer que ele exige mais de nós, seja aqui, seja através de cooperação na América do Sul, de modo particular. O mapa da violência indica que, no Brasil, de cada cem mil habitantes, 27,4 são vítimas de homicídio, e na faixa etária de 14 e 25 anos esse número salta para 54,8. Este é, junto à questão dos encarcerados, o mais grave tema de violação dos direitos humanos no Brasil.

Nosso País, e alguns de seus vizinhos da América Latina e Caribe, corresponde aos dez países com os maior índice de homicídio juvenil. Portanto, esta é uma cooperação urgente, um trabalho que precisa ser realizado imediatamente, interna e externamente, especializando nossa capacidade de lidar com fluxos de pessoas, produzir informação de forma humanizada, orientar as mídias para objetivos humanistas.

Costumamos dizer que o Brasil assumiu a jurisdição da corte interamericana, que foi por soberania que aderimos aos sistemas internacionais e que, portanto, o cumprimento de diretrizes e sentenças internacionais, no que toca os direitos humanos, é uma obrigação brasileira, haja visto termos aderido como país democrático.

Aceitamos a jurisdição da corte interamericana, aceitamos as jurisdições internacionais e acreditamos que isto apenas qualifica o mundo na trajetória dos direitos humanos. É diferente de assumirmos uma perspectiva de violação da soberania.

Finalmente, deixo um alerta: o Brasil deve estar atento às ondas fundamentalistas global e localmente, em todos os sentidos. Comecei fazendo referência à coerência interna e externa. Assim, um país efetivamente democrático é aquele que tem Estado laico e orienta sua atuação sob seus ditames, interagindo democraticamente com a sociedade.

Debates com o plenário

1) À ministra: quero me focar nos haitianos. Qual posição deveríamos adotar com relação a isso e quais atitudes práticas estão sendo tomadas para receber bem essas pessoas?

2) É necessário pensar uma nova política de drogas no Brasil para combater o extermínio da juventude pobre?

3) Em nome da não ingerência e da defesa da autonomia dos países nas relações internacionais, não podemos colocar o Brasil em uma posição de não ouvir, não enxergar questões de natureza crucial em termos violência, estupro, direitos humanos, opressões das mais diversas. Como nos posicionamos em relação a isso e à ação externa de empresas como a Vale, eleita a segunda maior no desrespeito de direitos humanos no mundo?

4) Como pensar em uma conciliação, na coerência não só entre as instituições de Estado, mas também entre os poderes?

Maria do Rosário: Com relação à pergunta sobre os haitianos, é certo que nós temos uma preocupação específica com o Haiti. Como sabemos, o Brasil cumpre a missão das Nações Unidas, um trabalho complexo cujo ideal é que se consiga migrar cada vez mais

rápido para uma trajetória de cooperação não-militar, o que depende não apenas de decisão das Nações Unidas, mas das condições construídas, processo do qual temos que participar. A preocupação que temos com os haitianos no Brasil é de duas ordens: a primeira é efetivamente uma jornada de tráfico humano; a segunda se relaciona com o próprio esvaziamento do Haiti de pessoas que podem contribuir muito com a construção do Estado e da sociedade civil ativa.

Essas pessoas vêm ao Brasil em decorrência da inexistência de perspectiva no seu próprio país e isso não pode acontecer, especialmente por termos uma cooperação com eles. O objetivo de colocar limites à imigração inicialmente era esse, contudo verificamos que os limites estavam engendrando um caminho para o tráfico. Para desativarmos essa rota na região amazônica, fizemos uma operação de Estado firme naquela região, em Brasiléia (AC). Contamos com a presença de várias pastas, desde o Ministério do Trabalho até, por óbvio, o Ministério da Justiça.

Verificou-se cada pessoa que por ali ingressou e todas foram acolhidas, já com direito a trabalho e educação, reencontrando outras pessoas que já haviam vindo anteriormente. Colocamos múltiplos postos na região, nos caminhos e nas diferentes nações, particularmente no Haiti, movendo lá o credenciamento para que as pessoas pudessem entrar legalmente no Brasil, embora a meta seja que permaneçam lá para um processo de reconstrução. Este é o esforço que nós temos feito.

No que trata da questão de uma nova política de drogas, poderia aqui falar em uma ação diferenciada do sistema de segurança pública, do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) ou de uma reforma nas polícias. Mas, para falarmos de reforma sobre uma política nacional sobre drogas, articulada ao plano global como política de direitos, não apenas baseada na repressão, penso que é importante dispormos da presença muito firme da própria sociedade brasileira, da juventude. Eu avalio que temos que criar esses canais de consulta pública (fóruns, conferências e etc.).

Por fim, sobre a relação entre os poderes, esta é a base do mundo da democracia e ela, por mais imperfeita que seja, foi uma conquista muito cara, muito dura e ainda continua sendo aquisição diária – conquista essa exemplificada em iniciativas pela memória, verdade, pelo esclarecimento de desaparecimentos políticos, pela Comissão da Verdade e assim por diante. Quem deve responder sobre a democracia é a própria sociedade brasileira, embora os governantes, em todas as esferas, devam produzir ideias e propostas que valorizem sempre mais democracia, de forma a gerar melhores caminhos para o Brasil.

Nelson Pellegrino[5]

O governo Lula é um marco na política internacional brasileira, porque teve muita clareza desde o primeiro momento em que a política internacional estava a serviço de um projeto brasileiro, que era fundamental, para viabilizar um projeto de nação, perseguir o protagonismo no cenário exterior e perceber que nós não poderíamos realizar o nosso projeto se não tivéssemos também a perspectiva de mudar a forma como o mundo pensa seu próprio desenvolvimento.

Nossa compreensão era a de que o Brasil precisava construir parcerias com o cunho da democracia social. Quando Lula assumiu, o Mercosul agonizava e seu governo foi fundamental para a retomada da experiência do bloco e a constituição da Unasul. O governo Lula teve também um papel importante na articulação do G20, um contraponto ao G8. Também na iniciativa do debate sobre os Brics, bem como a ideia de que os países emergentes tinham que se reunir para fazer esse contraponto, fez parte da política brasileira.

[5] Nelson Pellegrino (PT) é presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Parte dessa política é também a proposta de não ter só um olhar para a América, mas também para a África, com a qual buscamos intensificar relações, tornando-a, inclusive, o nosso quarto maior parceiro comercial. Buscamos estabelecer o diálogo sul-sul e não somente norte-sul, ainda que não descuidando deste. Procuramos a reestruturação do sistema mundial de relacionamentos.

O governo Lula foi um dos que colocaram fortemente a concepção de que a Organização das Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança refletiam uma realidade de sessenta anos atrás, de pós-Segunda Guerra Mundial, na qual cinco países que emergiram do conflito tinham em suas mãos a possibilidade, através desse Conselho, de ditar a política internacional, inclusive com poder de veto.

Daí veio a convicção de que aquela correlação de força do pós-guerra não mais existia e de que existiam outros atores no cenário internacional, como o Brasil, que deveriam ter direito a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, com capacidade não só de discutir os conflitos internacionais, mas também de buscar soluções pra eles sob uma nova ótica e ter direito a veto.

Foi nessa perspectiva que o governo Lula e a presidenta Dilma têm dado segmento a esse legado. Passaram a buscar protagonismo no cenário internacional, quando não só colocamos nossa candidatura para o Conselho de Segurança, mas assumimos missões importantes na mediação de conflitos e, mais recentemente, tivemos a ousadia de lançar a candidatura de Roberto Azevedo para a diretoria-geral da OMC e fomos vitoriosos, mesmo contra a vontade países como os EUA e alguns da União Europeia.

Tivemos, assim, a capacidade de articular uma candidatura capaz de trazer um novo olhar para a questão do comércio internacional e, possivelmente, buscar a perspectiva de um comércio internacional mais justo para o desenvolvimento das nações. O protagonismo no cenário internacional que o Brasil busca é necessário, não só para criar um ambiente mais favorável à nossa política interna e de desenvolvimento regional, mas também para a construção de uma ordem internacional mais justa e igualitária.

O futuro do mundo depende de diversos elementos. Para ele se desenvolve? Qual a matriz de desenvolvimento econômico que queremos? As questões ambientais e de sustentabilidade são centrais aqui. Com que modelo, do ponto de vista econômico, queremos que o planeta se desenvolva? Dentro desta perspectiva está, indiscutivelmente, a questão da sustentabilidade. Nós, seres humanos, não podemos continuar consumindo duas vezes e meia as riquezas naturais que o planeta tem capacidade de produzir. Nós temos que colocar a questão do futuro da nossa política externa, do futuro do governo do mundo, sob alguns prismas que eu desejo assinalar.

Do ponto de vista econômico, é óbvio que a economia se desenvolve na tecnologia da informação, na biotecnologia, nas iniciativas sustentáveis e na defesa (o domínio aeroespacial, da cibernética, dos componentes de uma política de defesa, que é fundamental dentro dessa cadeia de atores). Portanto, o Brasil não pode ficar para trás nesse momento. Temos que investir fortemente em inovação, ciência e tecnologia.

Política de defesa

O que está dentro da nossa estratégia é a noção de que temos que fazer parcerias no plano internacional com países que queiram compartilhar tecnologias sensíveis, que são fundamentais para a soberania. Nós rechaçamos a hegemonia imperialista do norte e não queremos nos transformar no imperialista do sul. Às vezes estamos sendo incompreendidos quando, nas relações com os parceiros do Mercosul ou os da Unasul, somos complacentes ou companheiros. O governo Lula promoveu, por meio do BNDES e de outros instrumentos no âmbito do Mercosul e da Unasul, a ideia da integração continental, de uma ligação do Atlântico com o Pacífico, não só em termos de estrada, como em termos de ferrovias.

Quando nós tivemos uma atitude complacente em alguns assuntos relativos à Bolívia e a outros países, o que determinou

nossa postura foi a convicção de termos de construir um desenvolvimento regional de forma parceira, não de maneira imperial. A PEB deve estar a serviço de um projeto de nação, da visão nacional de desenvolvimento interno. Deve ser a materialização e a complementação de nossa estratégia na busca de integração regional, ordem multipolar e justiça.

Debate com o plenário

Nelson Pellegrino: Respondendo a pergunta sobre a agilidade do Congresso nacional (recebida por internet), penso que ele tem que estar mais sintonizado com a voz das ruas, com as necessidades da sociedade e, evidentemente, responder à agenda legislativa de que o Brasil precisa em todas as áreas aqui mencionadas. Na área da política externa, acredito que temos dado contribuição importante e quero registrar aqui que, por exemplo, foi no Congresso que a adesão do Brasil à Alca foi barrada. Foi no Congresso também que a adesão do Brasil ao chamado Tratado de Alcântara foi barrada – isso, evidentemente, frente à mobilização da sociedade, que foi fundamental.

Sebastião Velasco[6]

"Poucos países experimentaram, na última década, melhoria tão notável quanto o Brasil em sua estatura internacional. Ainda em 2002, o Brasil estava lutando contra a instabilidade financeira crônica, mas a eleição de um presidente de corte esquerdista gerou temores de colapso macroeconômico e ressurgência de conflitos políticos.

[6] Sebastião Velasco é professor titular de Ciência Política e de Relações Internacionais (UNICAMP)

Desde então, porém, o presidente brasileiro Luiz Inácio da Silva ganhou elogios generalizados por suas inciativas econômicas e sociais. Baseando-se nas atitudes do antecessor, Lula procurou canalizar a crescente confiança nacional derivada da consolidação democrática e da estabilidade econômica em uma diplomacia mais forte."

Estamos todos de acordo com essa avaliação de conjunto e faríamos a mesma afirmativa de forma mais enfática. O que justifica a decisão de começar minha fala com esse trecho é que estas palavras não foram escritas por alguém do governo, simpático ao governo, sequer um brasileiro. Este é o início de um documento de trabalho do instituto de estudos estratégicos do Colégio de Guerra do exército dos EUA.

Creio que podemos tomar este ponto como pacífico e a partir dele raciocinar. De fato conhecemos, na década passada, um fenômeno histórico muito importante em escala internacional. Poucos países experimentaram trajetória ascendente tão notável. Temos hoje uma democracia palpitante, enquanto, no passado, quando crescíamos muito, tínhamos uma ditadura. Mais: na luta contra esta ditadura formamos outros atores sociais e criamos uma força social popular que se projetou na cena política brasileira como nunca no passado.

É esta experiência inédita no Brasil que está na base da política externa deste governo. A representação emblemática desse processo, desse movimento da história brasileira, tem um nome: Luiz Inácio Lula da Silva. Sem este contexto não estaríamos aqui falando da política externa e, tampouco, da trajetória internacional do Brasil, que se deve a condições objetivas – tamanho do território, estabilidade e etc. –, mas se deve também a esta política.

O argumento que procuro desenvolver é que esta trajetória e política externa se efetuaram num contexto internacional muito favorável. Do ponto de vista econômico, apesar da crise financeira que eclodiu na Ásia no final do século passado, tivemos durante praticamente toda a década precedente um período de *boom* econômico

que se traduziu em melhorias muito grandes nos termos de troca de produtos muito importantes em nossa pauta de exportação, com destaque para minerais e alimentos.

Portanto, tivemos uma situação econômica favorável e, além disso, um ambiente geopolítico muito propício, pois a potência que articulava esta ordem internacional da qual falamos – uma potência diferente de qualquer outra que exista hoje e que tenha existido no passado – estava envolvida, por erros próprios, em problemas muito grandes, como uma guerra sem fim à vista, um verdadeiro atoleiro no Iraque.

Êxitos da política externa

Não podemos entender os êxitos da política externa se desconhecermos esse fator. É difícil mensurá-lo, mas a reação relativamente moderada dos EUA aos reveses que sofreram, tanto no plano regional, com o fracasso da Aliança de Livre Comércio das Américas, quanto no multilateral, em Cancun, se deve ao fato de que eles tinham problemas muito grandes, muito sérios a resolver, e enfim, tinham que levar em conta a economia interna da política que conduziam. E ela não recomendava abrir novas frentes.

A experiência venezuelana da Ação Libertadora Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba) e a Bolívia foram, bem ou mal, assimiladas. Estávamos diante de um contexto geopolítico permissivo, o que nos dava margens, graus de liberdade confortáveis. O argumento esboçado no artigo que escrevi é de que isto mudou, está mudando.

O governo americano fez movimentos consequentes (e isto está expresso nos documentos estratégicos), no sentido de se desengajar daqueles conflitos, que eram irracionais, guerras que deveriam ter sido evitadas. Era este o mote de Obama na campanha de 2008, a primeira, e hoje, digamos, esse elemento pressiona muito

menos do que no passado. A estratégia do EUA combina algumas coisas: o desengajamento, a terceirização de conflitos nas áreas onde a sua política se exerce, o deslocamento de investimentos, materiais e símbolos para a Ásia, na intenção de conter a China, e, no plano que nos interessa mais de perto, abandonar, virar as costas para as instituições multilaterais e fazer uma aposta muito forte, não na Alca, mas em duas grandes iniciativas.

Falamos aqui da Aliança do Pacífico, mas acho que muito mais importante no longo prazo é a Parceria Transpacífica, que envolve os países da Aliança do Pacífico, os EUA, Canadá, México, Vietnã, Singapura e Japão (que está negociando sua entrada) – e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (o possível acordo de livre comércio entre Estados Unidos e União Europeia.

Estamos neste plano, digamos assim, com o nosso projeto de integração regional, um tanto imprensados pela pinça de duas propostas de integração comercial, mas que não são "comerciais" no sentido estrito do termo, porque envolvem regulação de todos os aspectos da vida econômica, regulação de serviços, propriedade industrial e tudo mais. E este projeto tem um apelo muito grande.

Eu acredito que podemos pensar nas perspectivas, no futuro da política externa, em horizontes temporais muito distintos. Se pensarmos a longo a prazo, a PEB será bem sucedida na medida em que conseguir se fazer acompanhar de respostas eficazes aos problemas de reorganização econômica, investimento em tecnologia, os problemas do desenvolvimento econômico.

Agora, como disse certa vez o economista Keynes, "no longo prazo, estaremos mortos". Para além do efeito jocoso, o que o crítico do rentismo especulativo pretendia com a frase não era recomendar o desprezo às consequências mais remotas de nossas decisões, mas salientar que o futuro se desenha como somatório das decisões sucessivas que tomamos a cada momento.

Ao discutir as perspectivas de uma determinada política em uma dada conjuntura, a questão preliminar decisiva é definir o

horizonte de tempo relevante. Em nosso caso, essa operação me parece bem fácil. Em outubro de 2014 teremos eleições gerais e elas terão incidência determinante sobre a política que discutimos.

Mesmo quando os ventos sopravam a seu favor, a política externa sempre esteve sob ataque cerrado de críticos muito bem instalado no universo dos partidos políticos, na academia e, sobretudo, nos meios de comunicação.

Ora, neste momento em que o ambiente internacional se torna inóspito e as dificuldades internas se acumulam, o ataque à política externa dos últimos anos será muito mais pesado.

E será mais rigoroso ainda porquanto não terá como objeto este ou aquele elemento isolado da política, mas os seus eixos centrais, já agora apontados como uma excrescência.

Esse ataque virá no bojo de uma crítica aos elementos constitutivos do modelo de política econômica que garantiu, durante vários anos, o círculo virtuoso do crescimento razoável, aliado à ampliação contínua e significativa do emprego formal e da renda, mesmo se com taxas básicas de juro escandalosas e um câmbio distorcido.

As propostas alternativas estão aí e os laboratórios de ideias da direita têm trabalhado com afinco na produção de argumentos para torná-las persuasivas. Não importa muito discutir sobre mérito. Sólidas e realistas ou não, elas se creditam pelo efeito político que possam gerar.

É aí que os planos externo e interno se cruzam e se reforçam mutuamente. Em 2010, a oposição conservadora criticava o Mercosul, mas não tinha nada de muito concreto a oferecer como substituto. Agora pode acenar com a opção de integrar o país nos projetos antes aludidos, com a perspectiva de engatar o nosso vagão em um comboio em marcha. Podemos até imaginar o mote: eles falam em construir cadeias regionais, mas o que precisamos é nos integrar em cadeias globais já existentes.

Gostaria de concluir salientando um ponto: quando pleiteamos participação no processo decisório da política externa, é

importante ter em mente que este cenário, tal como conhecemos hoje, está sob grave ameaça. Mais importante ainda é tirar as consequências práticas devidas desta constatação.

Vera Masagão Ribeiro[7]

As organizações da sociedade civil brasileira têm uma história relevante de relações internacionais, principalmente no campo da cooperação. Nas décadas de 1970 e 1980, muitas associações que lutaram pela redemocratização tiveram apoio de agências internacionais solidárias, tanto ONGs como sindicatos. Os laços construídos permanecem potentes até hoje, mas cada vez mais somos chamados a atualizar o sentido dessa cooperação. As organizações civis no Brasil não são mais apenas receptoras de apoio externo. Crescentemente, foram se colocando como atores de movimentos de cidadania internacional, numa relação de diálogo horizontal com representantes do norte e do sul e, mais recentemente, têm sido chamadas a cooperar com países em situação mais complicada que a nossa, com apoio financeiro e técnico-político.

Parte do reposicionamento da sociedade civil brasileira, que corresponde a esse novo lugar que o Brasil ocupa na geopolítica internacional, implica em darmos mais ênfase à cooperação no âmbito das relações exteriores. É preciso conectar a rede com outras vertentes da política externa, que se expressam por meio do comércio e do investimento. A colaboração não pode se circunscrever aos espaços consentidos, como uma espécie de filantropia que não toca nas questões conflitivas que estão no âmbito econômico. Felizmente, as organizações brasileiras sempre buscaram politizar as relações de auxílio internacional. Cooperação não é simplesmente

[7] Vera Masagão Ribeiro é diretora executiva da Associação Brasileira de ONGs/ (Abong)

"ajuda", é primordialmente articulação política, para que possamos enfrentar em escala planetária os problemas cruciais que nos afligem hoje, que têm quase todos presença global. A sociedade civil brasileira conseguiu avançar bastante nesse sentido e cada vez mais os movimentos sociais, as forças progressistas do Brasil e do mundo percebem que precisamos de um novo modelo de desenvolvimento, que considere e coloque no centro a questão socioambiental.

É importantíssimo que o governo reconheça o valor e incentive a participação da sociedade na política externa, aproveitando o legado acumulado. Para tanto, precisamos de um espaço institucional de participação no qual devem estar representados todos os setores produtivos, sindicatos, ONGs e também grupos empresariais. Sabemos que esses últimos são *players* influentes na política externa e, por isso mesmo, precisam debater com outros, de modo que o Brasil integre coerentemente as estratégias de cooperação com políticas públicas de fomento ao comércio e investimentos.

Força social

Gostaria de citar alguns exemplos da força que a sociedade civil brasileira tem no âmbito internacional, para que possamos entender a importância de reforçar a participação e de lhe conceder mais institucionalidade por meio da constituição de um fórum permanente, um espaço de participação e consulta.

Temos, por exemplo, a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), com mais de dez anos de atuação, reunindo ONGs, movimentos sociais, entidades sindicais e associações profissionais com vistas a incidir em processos de integração regional e comércio, assim como para monitorar a atuação externa do Brasil. A Rebrip teve um papel importante, por exemplo, na vitoriosa campanha contra a Alca, e serve até hoje como pólo de debate e disseminação

de posicionamentos sobre temas estratégicos como comércio, meio ambiente, regulação da propriedade intelectual, entre outros.

Outra articulação destacada é a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, que monitora o papel desses organismos no direcionamento do desenvolvimento brasileiro. No mesmo campo de preocupações, organizou-se a Plataforma do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que analisa e elabora propostas para este que é o nosso principal instrumento público de financiamento ao desenvolvimento, atuando também no fomento ao investimento de empresas brasileiras no exterior.

Poderíamos citar ainda inúmeras redes temáticas, como as das organizações feministas, as que lidam com questões raciais, direitos humanos, HIV/AIDS, meio ambiente, energia ou mudanças climáticas. São redes fortes que se articulam com parceiros da sociedade civil de outros países para incidir nas Conferências do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) ou nas negociações de blocos como o G20 ou os Brics. O processo do Fórum Social Mundial, que se mantém como espaço autônomo da sociedade civil, voltado à crítica ao modelo capitalista, no qual as organizações brasileiras têm um forte protagonismo, também é um indicador dessa capacidade agregadora e criativa. Finalmente, poderíamos citar a própria realização desta Conferência como sinal de pujança e capacidade de diálogo que a sociedade civil brasileira vem demonstrando. Apesar dos conflitos e disputas naturais à vida política, o Brasil avançou muito na articulação de diversos setores, ONGs, movimentos sociais, sindicatos e intelectuais.

Termino por elencar cinco pontos que é preciso alçar como bandeiras de luta, para fazer avançar o movimento de cidadania planetária, do qual a sociedade civil brasileira participa de forma tão ativa.

(1) A defesa intransigente do direito à associação e expressão, quesito que está hoje razoavelmente garantido no Brasil, mas que em muitos países ainda é sistematicamente violado.

(2) O direito das organizações da sociedade civil de acessar por vias legítimas recursos públicos e privados, em contextos jurídicos

seguros. Precisamos de um grande avanço na questão do marco legal da sociedade civil, um ponto em que infelizmente caminhamos muito aquém do que esperávamos nas gestões Lula e Dilma.

(3) Marcos legais para a participação das organizações na cooperação internacional. No nosso caso, reconhecendo o novo papel que o Brasil assume, garantido meios legítimos e transparentes de captar e transferir recursos a título de cooperação, ajuda humanitária, etc. A legislação brasileira considera o Brasil somente como captador de recursos, mas somos agora também doadores e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) precisam de segurança jurídica para exercer seu direito de realizar cooperação e integração internacional, além de prestar ajuda humanitária.

(4) Fortalecimento, no plano nacional e internacional, dos espaços de participação social, dando às organizações condições de uma participação qualificada, que de fato influencie as políticas governamentais no sentido da garantia de direitos e promoção da justiça social.

(5) Novos mecanismos de financiamento da cooperação e da participação. Nesse caso, há uma campanha internacional da sociedade civil com uma proposta bem concreta: a Taxação de Transações Financeiras Internacionais (TTF), que além de controlar a especulação financeira, poderia gerar recursos adicionais para financiar o desenvolvimento e a participação social.

Tanto ao sul quanto ao norte, as organizações da sociedade civil têm denunciado o encolhimento de seus espaços de participação. De forma mais ampla, precisamos estar sempre alertas para que a política externa, o comércio, o investimento e a cooperação do Brasil com outros países estejam pautados na relação democrática com todos os países envolvidos e nos princípios de solidariedade, justiça, respeito à vida e aos direitos humanos.

Debate com o plenário

1) É necessário pensar em uma nova política de drogas no Brasil para combater o extermínio da juventude pobre?

2) Em nome da não ingerência e da defesa da autonomia dos países nas relações internacionais, não é possível que acabemos por colocar o Brasil em uma posição de não ouvir, não enxergar questões de natureza cruciais em termos violência, estupro, direitos humanos, opressões das mais diversas? Como nos posicionamos em relação a isso e à ação externa de empresas como a Vale, eleita a segunda maior empresa no que concerne ao desrespeito de direitos humanos no mundo?

3) Como pensar em uma conciliação, não só entre as instituições do nosso Estado, mas também entre os poderes?

Vera Masagão: Quanto à pergunta (enviada por e-mail) se é possível combater o pressuposto, ainda está muito arraigado de que o Estado é o grande ator das relações internacionais, e que isto estaria baseado na preponderância da força e do poderio militar, vejo que esta é de fato uma ideia arraigada em muitos atores estatais brasileiros relacionados à política externa, e que ainda se assustam com a participação não estatal. Estamos caminhando no sentido contrário, jamais nos rendermos à ideia de que na política externa quem prepondera é a força militar. Esperamos que seja a diplomacia, o diálogo democrático entre Estados democráticos, nos quais as sociedades participam ativamente.

9

O Brasil no mundo: mudanças e transformações

Luíz Inácio Lula da Silva[1]

O compromisso assumido por mim, por escrito, durante a campanha de 2002, comprova que, diferentemente do que muitas pessoas falam – "Ah, o Lula teve sorte no governo, a maré estava favorável" –, antes de eu ser eleito nós já tínhamos uma vocação para fazer o que fizemos, do ponto de vista da integração da América Latina, da relação com a África, da criação de uma diversidade muito grande no âmbito das relações internacionais. Uma das coisas que deixamos textualmente é que

[1] Luíz Inácio Lula da Silva foi presidente da República Federativa do Brasil entre os anos de 2003 e 2011.

não permitiríamos que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) acontecesse neste continente.

Eu tive o privilégio de ser o único presidente da história do Brasil que pôde participar do Fórum Social Mundial, no Rio Grande do Sul, no primeiro mês de mandato. Ao sair do Fórum Social eu fui para Davos, fazer no Fórum Econômico Mundial o mesmo discurso que havia feito no Rio Grande do Sul. Fui falar exatamente que era possível conseguirmos acabar com a miséria no mundo e no Brasil e, sobretudo, acabar com a fome.

Mudar a geografia política e comercial

A primeira coisa importante a se ter em mente é que não seria possível fazer a política externa que nós fizemos se não tivéssemos uma definição prévia do que fazer, uma prioridade quanto àqueles com quem fortaleceríamos nossas relações. Nesse ponto eu tive a sorte de encontrar Celso Amorim para ser meu ministro de Relações Exteriores. Acho que foi o primeiro acerto do nosso programa de política externa. A segunda coisa é que, na volta da viagem a Davos, no avião, eu vinha conversando com o companheiro Amorim e lhe disse: "acho que deveríamos fazer um esforço para mudar a geografia política e comercial do mundo. Não é possível darmos de barato que tudo já está feito, que tudo já está determinado e que as coisas têm de ser da forma que são".

Os xerifes do mundo

Temos os Estados Unidos, que se comportam como xerifes do mundo, temos a União Europeia, que se comporta como delegada. Já temos donos para tudo, ou seja, nós entramos como coadjuvantes, de forma secundária, terciária, sem muita importância. A verdade

é esta: nós não éramos levados a sério. Mas, mais importante: nós não éramos levados a sério porque nós não nos respeitávamos.

Sejamos francos: tivemos neste País, durante muito tempo, uma parte da elite dirigente com complexo de vira-lata, quer dizer, eles nem queriam disputar para ser iguais aos demais, eles já se achavam inferiores. Eu me lembro de uma conversa minha e do ex-vice-presidente, José de Alencar, com um grande empresário, durante a campanha de 2002. Esse empresário perguntou o seguinte para mim: "Ô candidato, o que o senhor pretende fazer com a política externa?" Eu respondia e ele dizia: "O império não vai deixar". E ele voltava a perguntar: "Ô candidato, o que o senhor vai fazer sobre a reforma agrária?" Eu respondia e ele novamente dizia: "O império não vai deixar".

Na quarta pergunta o companheiro José Alencar levanta e fala: "Ô doutor, de que diabo de império o senhor está falando? Eu sou um grande empresário, sou seu amigo, mas se esse império vai atrapalhar tanto nosso governo, eu sou capaz de vender minha fábrica, pegar em arma e enfrentar esse império!". Penso que foi um pouco dessa clareza que nos permitiu galgar alguns degraus na nossa política externa.

As duas guerras

Em dezembro de 2002, fui convidado a ir aos Estados Unidos conversar com o "Tio Sam". Quando cheguei, o George W. Bush estava muito nervoso por conta do atentado às torres gêmeas e queria encontrar alguém para pagar por aquilo. Vale lembrar que tinha uma possível reeleição logo adiante e, também por isso, ele queria pegar um culpado, invadir o Iraque. Já havia determinado que seria preciso e falava disso de forma compulsiva. Eu ali no salão oval pensando e o Bush falava e falava do terrorismo. Para mim era tudo novidade.

Eu havia sido eleito há poucos dias e naquele momento estava na frente do presidente dos Estados Unidos. Quando ele terminou, falei: "Veja, presidente, humildemente, quero lhe dizer uma coisa: o Brasil não tem nada contra o Iraque, o Iraque fica (acho) a 14 mil quilômetros ou mais do Brasil e nunca nos fez nada. Então, não quero guerrear com o Iraque, minha guerra é no Brasil, contra a fome. Nós temos milhões de brasileiros passando fome e é esta guerra que eu quero vencer no meu mandato. Portanto, o senhor faça a sua guerra que eu faço a minha".

A fragilidade do governo anterior

Essa foi uma atitude que balizou um pouco o nosso comportamento. Eu me lembro que tínhamos um embaixador brasileiro importante, que hoje é embaixador do Brasil na França, José Maurício Bustani, que à época era da Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq). Ele tinha sido eleito por unanimidade e dizia, para quem quisesse ouvir, que não existiam armas desse tipo no Iraque. As únicas armas químicas que o Iraque conhecia eram as que os Estados Unidos deram ao Irã para serem jogadas no território iraquiano, na guerra Irã-Iraque dos anos 1980. Por conta disso, o governo dos Estados Unidos pediu para que tirassem Bustani da embaixada e o governo brasileiro, de Fernando Henrique Cardoso, cedeu e tirou. Nesse ponto o governo deu um sinal de fragilidade política, pois qual seria o motivo para se tirar um companheiro que foi eleito?

O dado concreto é que a guerra aconteceu, Saddam Hussein não existe mais e até agora as armas químicas não apareceram. Foi uma das grandes mentiras contadas no início do século XXI e espero que outras não ocorram, porque o mundo não pode encontrar soluções sempre na guerra, e a guerra é sempre contra os mais fracos.

O apoio à Venezuela

Um terceiro caso importante é o da criação do Grupo de Amigos da Venezuela. Esta é uma história muito interessante, porque surgiu durante a viagem para a posse de Lúcio Gutiérrez, presidente do Equador, em 15 de janeiro de 2003. Eu tinha quinze dias de governo.

A Venezuela estava em um processo de greve muito intensa, de muita movimentação. A da Petróleos de Venezuela (PDVSA) estava contra Hugo Chávez, sobretudo o pessoal da chefia, que ele tinha demitido. Estava uma confusão grande no país e a democracia estava um pouco em risco. Eu me reuni com Celso Amorim, Marco Aurélio Garcia e o Chávez, e propus criar o Grupo de Amigos da Venezuela, que tentaria estabelecer diálogo entre todas as partes.

Na época sugerimos a participação do Brasil, México, Chile, Estados Unidos, Portugal e da Espanha na equipe. Falamos com o Chávez e ele concordou. Por volta da meia-noite, Fidel Castro ligou no meu quarto e pediu uma conversa. Ele estava muito incomodado. O fato de eu ter colocado Espanha e Estados Unidos no grupo de amigos fez com que ele entendesse que eu estava entregando a Venezuela para os inimigos do país. Seriam inimigos, pois Chávez afirmava que os Estados Unidos haviam dado o golpe e a Espanha teria reconhecido o governo golpista. Eu respondi: "Fidel, eu não estou propondo um grupo de amigos do Chávez, estou propondo um grupo de amigos da Venezuela que possa construir um grau de confiabilidade entre todos os atores, para que possamos restabelecer a democracia. Os Estados Unidos e a Espanha estão participando porque os dois têm força de oposição ao Chávez, senão seria um diálogo apenas entre chavistas, e aí não se encontraria a solução". Ou seja, era preciso envolver os outros.

Fidel, Chávez e eu nos reunimos num domingo no Brasil, na Granja do Torto, para convencer o presidente Chávez de que o grupo de amigos era o melhor caminho e conseguimos. Prova disto foi

a estabilização do processo eleitoral e da democracia venezuelana, embora a oposição não tenha participado. Houve participação ativa dos EUA, da Espanha e da Fundação Jimmy Carter para retomar o diálogo entre Chávez e a oposição, o que foi determinante para aprimorar a democracia.

Isso tudo em apenas 15 dias de governo!

Fome, subserviência e África

Conto esses casos para dizer que a nossa política externa teve três características básicas:

1. Eu me orgulho de termos colocado para o mundo a importância do combate à fome. Acho que o assunto nunca foi tão debatido quanto a partir do momento em que começamos a falar disso em todas as reuniões de que participei e participo. Isso aconteceu primeiro em Davos, depois numa reunião em Genebra, com Jacques Chirac – então presidente da França – e, em seguida, no meu discurso na Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 23 de setembro de 2003. Acabo de voltar da África, onde discutimos a erradicação da fome naquele continente até 2025, o que acho plenamente possível. Mas, para isso, os países precisam aprender que esse assunto não pode se restringir a medidas paliativas. O pobre tem que ser colocado no orçamento da União para que o problema seja resolvido. O mundo produz 2,4 bilhões de toneladas de alimentos anualmente, ou seja, há o suficiente para todos. O que não há é renda para que as pessoas possam comprar o que comer.
2. A questão das relações internacionais. Eu ficava incomodado com a subserviência do Brasil diante dos EUA. Obviamente, ninguém quer romper seu relacionamento com os Estados Unidos, por sua importância no cenário mundial, mas

não se pode ficar dependente de um ou dois países. Quanto mais diversificada for nossa relação, mais independentes seremos. Por isso, começamos a olhar para nossos vizinhos, os da América do Sul e, em seguida, para os da América Latina. Resolvemos fazer um esforço para reconquistar a confiança política, já que até então o Brasil era tratado como se fosse o império do continente. Em dois anos, a política da América Latina viu eclodir um momento extraordinário, de eleições dos presidentes alinhados às doutrinas progressistas, socialistas e esquerdistas. Como resultado, nunca tivemos tanto crescimento econômico, tanta distribuição de renda e tanta inclusão social na América do Sul. Foram criados a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), o Conselho de Segurança da América do Sul e estamos em fase adiantada para construir o Banco do Sul. Mas ainda temos problemas. Os empecilhos que ocorreram no passado ainda são dificuldades a serem superadas para a criação de mais instituições multilaterais. A reunião América Latina e Caribe foi a instrumentalização dessa política de integração, contando ainda que foi a primeira vez, em 500 anos, em que todos os países latinos e caribenhos se reuniram sem a presença do Canadá e dos EUA, ainda que tenhamos sido alvos de muitas críticas. Antes se via na imprensa qual presidente latino-americano era mais amigo de Clinton ou do Banco Central Americano. Isso, pra mim, é coisa de gente pobre de espírito e submissa.

3. Para desgosto de muitos que acreditavam ser melhor estar mais próximo dos EUA ou da Europa, como a própria diplomacia brasileira tradicionalmente considerava, voltamos nossas atenções ao continente africano. Ainda hoje há muito preconceito, mas acredito que passamos por um processo de rever esta posição de discriminação. Dentro desse pensamento, posso citar a abertura de 19 novas embaixadas e um comércio de U$S 26 bilhões com esses países. A prova

de que essa atitude implicante ainda existe é uma publicação do jornal O Estado de S. Paulo, meses atrás, com uma matéria grosseira onde se criticava um encontro que tive em Moçambique com alguns empresários brasileiros, interessados em investir na África.

Relações com países em desenvolvimento

Recebemos críticas ferrenhas quando decidimos voltar nossas atenções à África. Poderíamos ter olhado para os países mais ricos, mas do ponto de vista estratégico do Brasil, a África era mais importante. Em nossa diplomacia havia muito preconceito, tanto para com a América Latina como para a África, e era preciso vencê-lo. Contudo, abrimos várias embaixadas no continente e seus países as abriram no Brasil, tínhamos um comércio de 5 bilhões de dólares com o continente, que hoje soma 26 bilhões. O Brasil ainda pode fazer muito mais, mas já tivemos uma evolução excepcional.

Há mais dois exemplos da diversificação das relações com nossos vizinhos. Quando chegamos à presidência, o Brasil tinha uma fábrica nacional na Colômbia. Hoje tem 44. Tínhamos duas fábricas no Peru. Atualmente temos 66. Com a África tínhamos um compromisso moral e ético. Sei que não podemos mensurar o que o povo africano significa para o Brasil, mas podemos pagar com solidariedade e cooperação. O povo africano tem muitas expectativas em relação ao Brasil.

Como já mencionei, avançamos bastante com nossas relações, entretanto ainda há muito a ser feito. O problema é que o Brasil cresceu e não se coloca como um doador mundial, e sim como receptor. Ainda pensamos como um país pobre, coisa que não somos. Somos a sexta economia do mundo, mas o dinheiro destinado para cooperação ainda é muito pequeno. Temos problemas sociais, assim como os EUA, mas nós podemos ajudar muito mais, isto é, colocar mais dinheiro e vontade na cooperação.

Um caso que serve como exemplo é o do presidente Abdoulaye Wade, do Senegal. Ele precisou de um avião Ipanema para jogar veneno e combater as pragas que estavam atacando as plantações de seu país. Eu falei que era fácil resolver, era só um avião, mas a situação teve de passar pelo Congresso e demorou oito meses para ser aprovada. Quando o avião chegou lá, os gafanhotos já tinham comido as lavouras. É muita burocracia.

Felizmente, a nossa presidenta teve a maravilhosa ideia de criar uma diretoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para cuidar da África e da América Latina. As nossas instituições são tão sérias que não estão preparadas para emprestar dinheiro a quem precisa. A exigência é de tamanha magnitude que só ajudamos aqueles que não precisam, porque a estrutura é complicada.

A locomotiva e a estação

Um dia se perceberá que o presidente é igual a uma locomotiva e a estação representa a máquina pública. Com o passar do tempo, os trens sempre mudam e a estação está sempre lá, impávida. As coisas nem sempre acontecem como queremos. Às vezes fazemos um acordo entre dois países que nem depois de dez anos é aprovado. Como há cinco anos, quando firmamos uma parceria com o governo da Nicarágua para construir uma hidrelétrica que resolveria muitos problemas do país. Mesmo com dinheiro em caixa, até hoje o projeto não se concretizou. Por outro lado, para se emprestar U$S 14 bilhões para o Fundo Monetário Internacional (FMI), tudo se decide rapidamente.

Hoje, os resultados da nossa política incomodam os setores conservadores. Eles sentem saudades do tempo em que o continente era subalterno, em que o Brasil era governado para 35% da população e que a miséria já era contabilizada como um dado sociológico

definitivo. Ficam angustiados com pobres andando de carro e viajando de avião. Em 2007, 48 milhões de brasileiros andavam de avião. Hoje já são mais de 101 milhões – e é lógico que isso traria problemas para os aeroportos. **A**ntes produzíamos 80 milhões de toneladas de grãos. Atualmente passamos de 185 milhões de toneladas, e é evidente que o setor de transportes ficaria um caos, que temos de resolver. Enfim, precisamos fazer mais e brigar mais pelo povo africano, que acredita e sonha com a nossa ajuda.

10

Resenhas sobre as mesas de debate

Mesa 1: Política Externa Brasileira e Defesa

Luiz F. Franco[1]

Na primeira exposição, Roberto Amaral, primeiro vice-presidente e coordenador de Relações Internacionais do Partido Socialista Brasileiro, define política externa e política de defesa como dois ângulos da base de uma pirâmide, em que o ápice é a sociedade.

O discurso de Amaral contextualizou o Brasil frente aos desafios e ameaças globais. Em primeiro lugar, ele expôs sua visão sobre a política externa que pode ser entendida como *soft power,* o poder brando em que o Estado alcança seus objetivos por meio do

[1] Luiz Fernando Franco é graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Fundação Santo André.

discurso e sua influência, enquanto a política de defesa seria o *hard power*, o poder das armas e da dissuasão; ambas complementares, ambas levadas para fora de seus limites geográficos. Segundo sua visão, o Brasil é um país invejado por suas reservas de combustíveis fósseis, de minérios, e por sua ampla territorialidade altamente produtiva, constituindo-se na única grande potência latino-americana. Apesar de não ter inimigos declarados, tem como ameaças uma elite conservadora e o governo dos Estados Unidos, que possuem antipatias com suas políticas desenvolvimentistas aplicadas tanto interna quanto externamente.

"A guerra já começou", foi sua observação com referência às denúncias de espionagem cibernéticas divulgadas por Edward Snowden. Guerra para a qual ainda não estamos preparados, do mesmo modo como não estávamos preparados em 1914 e 1939, mas com um porém: desta vez em uma posição diferente frente ao cenário internacional, já que medidas eficazes serão tomadas para combater essa ameaça.

André Martin, professor livre-docente de Geografia Política da Universidade de São Paulo (USP), prossegue a conferência apontando como questão problemática as relações diplomáticas complexas com os Estados Unidos. Também define como problema, e é sobre este que discorre, a falta de um pensamento geopolítico atual, que se ausenta desde o fim da ditadura militar com a geopolítica golberyana. Para ele, sem uma política exterior clara não há politica de defesa, que por sua vez inviabiliza uma política de industrialização, o que consequentemente leva à carência de uma política de logística. Tudo é fruto da falta de geopolítica atual.

A geopolítica golberyana se caracterizava pela defesa do ocidente cristão – ameaçada pelo comunismo ateu –, defesa de uma política rodoviária – influenciada pela indústria automobilística norte americana – e políticas que privilegiavam o exército em detrimento das outras forças armadas. Porém, ele argumenta sobre a necessidade de uma geopolítica antigolberyana, que consiste em

defender as relações do hemisfério sul, já que possuímos características que nos desprendem da visão ocidental; incentivar os investimentos na marinha, que proteja nosso litoral extremamente exposto; e investimentos em outras modalidades de transporte: ferroviário regional, aeronáutico e fluvial, mais eficientes pelo incremento expressivo da capacidade de carga e agilidade, além de serem mais econômicos e causarem menor impacto ambiental. Concluindo seu discurso, ele ressalta que a ameaça não virá por terra, até por conta de nossa aliança com nossos vizinhos, urgindo a necessidade de defesa marítima.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha, diretor do Instituto Pandiá Calógeras, do Ministério da Defesa, discorda de André Martin dizendo que sim, o Brasil possui uma estratégia de defesa definida, que recebe detalhamento no fim de sua apresentação, fazendo primeiro um panorama do cenário mundial.

Internacionalmente falando, os Estados Unidos cometem erros políticos na defesa de seus interesses, para bem ou para mal, por exemplo: o único problema do Irã na década de 80 era o Iraque, questão indiretamente solucionada pelos EUA em suas incursões no país árabe desde 2001, o que elevou a posição geopolítica iraniana na região desde então. Rocha ressalta a fragilidade das instituições internacionais para resolver problemas potencialmente bélicos, como na Síria, em uma guerra civil já declarada, ou na Coréia do Norte, em suas ameaças, entre outras.

Vivemos um processo de restruturação de futuro incerto na economia internacional, mas que, aos poucos, vem extinguindo a ordem de Bretton Woods, altamente concentradora de poder. O Brasil tem respondido a esse cenário incentivando diálogos sobre uma reforma no conselho de segurança e deu uma resposta ao se engajar na agenda internacional de forma ativa e altiva, que, apesar da mudança de estilo com o novo chanceler Patriota, não mudou de direcionamento.

Finalizando a conferência, Antonio Jorge entende que o Brasil definiu uma estratégia de defesa em 2005 com a atualização da Política de Defesa Nacional, ampliada em 2008, que trouxe a cooperação regional como um de seus pontos principais, fortalecendo a integração sul-americana, o que resultou no Conselho de Defesa Sul-Americano da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Para exemplificar, as operações no Haiti possibilitaram às forças armadas brasileiras um aprendizado, conferindo maior interação com seus vizinhos da Argentina e do Chile. O modelo brasileiro de relações internacionais é de respeito às instituições, à ordem política, de inclusão social, estabilidade macroeconômica e respeito ambiental.

O engajamento concreto da sociedade, como aconteceu nos últimos meses, é importante para legitimar políticas brasileiras. Para Jorge, a profunda mudança na relação entre civis e militares, que hoje têm melhor interação, vem derrubando preconceitos em relação aos militares no pós-ditadura, o que eleva o crédito conferido pela população às suas instituições de defesa.

Mesa 2: Cooperação internacional para o desenvolvimento

Bia Ribeiro[2]

Esta mesa tratou principalmente da cooperação internacional para o desenvolvimento no Brasil, a democratização da política externa e a inserção dos entes federados na atuação diplomática. Participaram Iara Leite (Articulação SUL), Letícia Pinheiro (PUC-RJ) e Vicente Carlos y Plá Trevas (Secretário adjunto de Relações

[2] Bia Ribeiro é graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Marília.

Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ).

Iara Leite apresentou alguns pontos centrais da pesquisa da Articulação SUL sobre cooperação para o desenvolvimento, focando principalmente na modalidade técnica que, apesar de não dominar o *ranking* de cooperação praticada pelo Brasil atualmente, é a que reúne a maior variedade de atores. Iara também ressalta o caráter político das iniciativas do setor, que não são neutras: elas envolvem e podem ser influenciadas por diversos atores, narrativas, instituições e, portanto, interesses diversos. Ainda pontuou a divisão de opiniões sobre a ideia de cooperação norte-sul (cooperação recebida), ora vista com uma carga de "ressentimento" e ligada à prática de ingerência, ora vista como fundamental na construção de instituições e agências brasileiras. A divergência entre a lista de prioridades geográficas do governo e os acordos e projetos de fato criados, observada nos dados da ABC no tocante aos parceiros de cooperação técnica, também mereceu destaque na fala de Iara.

Letícia Pinheiro enfatizou o fato de a Política Externa ser – ainda que pareça redundante – uma política, e que possui uma agenda. Ela nota a participação de diversas agências e ministérios do governo brasileiro em projetos de cooperação internacional e a ampliação da ação ministerial nas iniciativas cooperação promovidas pela política externa. Letícia afirma que os caminhos que levam à consolidação da democracia não são lineares e ainda chama atenção para o uso de conceitos como o de "participação", bastante utilizado nas reflexões sobre o tema, mas que tem significado pouco preciso se não respondemos alguns questionamentos como "participação em que fase do projeto?" ou "participação de quem?".

Vicente Trevas ressaltou a importância de "projetar o fazer". A inteligência, a capacidade de perceber as tendências e as informações de qualidade são fundamentais para uma politica de cooperação. Trevas colocou a necessidade de abrir espaço para governos subnacionais e a relevância atual das cidades na diplomacia

brasileira, que passa a se mostrar mais complexa. Estes e outros novos atores devem ser reconhecidos como legítimos, modificando aos poucos a ideia de monopólio do governo central sobre os mecanismos da política externa. Vicente ainda critica a "tipologia dos olhos azuis", que vê a cooperação como uma relação entre doador e receptor, em vez de uma troca, e destaca a necessidade de colocar a integração regional e a relação sul-sul como prioridades da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Mesa 3: Política externa brasileira e novas coalizões internacionais

José Paulo Guedes Pinto[3]

A fala da representante da sociedade civil e integrante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), Graciela Rodriguez, ressaltou a importância de organizações não governamentais, tais como movimentos sociais, entidades sindicais e associações profissionais autônomas, atuarem sobre os processos de integração regional e comércio. É ideal que eles debatam e pleiteiem a participação nas diversas coalizões internacionais novas em que o Brasil vem sendo protagonista, como o G20 financeiro e o Brics (Brasil, Rússia, Índia e China e África do Sul), entre outras.

Para Graciela, a maior representação dessas entidades favoreceria a construção de uma sociedade mais democrática, pautada no desenvolvimento econômico, social, cultural, ético e ambientalmente sustentável, e que reforçaria a postura de buscar alternativas de integração hemisférica opostas à lógica da liberalização comercial

[3] José Paulo Guedes Pinto é professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC).

e financeira, predominante nos acordos econômicos atualmente em curso. Por fim, mostrou a importância de articular e divulgar iniciativas sociais frente aos tratados de desregulamentação financeira e comercial, nos quais se incluem a Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros pactos comerciais bilaterais e entre regiões, como o acordo Mercosul – União Europeia (UE).

Na sequência, o embaixador Guilherme Patriota salientou a diversidade de atores que participam da política externa brasileira para além do corpo diplomático, como celebridades, empresas, entidades religiosas, academia, mídia em geral, ONGs e cidadãos mobilizados na rede. Diante desse cenário, afirmou que a única solução para a diplomacia é se abrir, interagir com os novos atores – o que reforça a proposta do Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI) de reivindicar um espaço que democratize a política externa nacional.

Sobre as novas coalizões, Patriota ressaltou que, longe de ser um fracasso, os Brics por si só já são um incômodo para as potências nucleares, como sugere o exemplo da postura fortemente investigativa (quase "espiã") da União Europeia durante a conferência na África do Sul. A UE rejeita, por exemplo, a criação do Banco Brics como uma iniciativa de redução do poder relativo dos europeus no cenário financeiro mundial. Ele ainda afirmou que todos os Brics possuem fortes investimentos na África, espaço de antigas colônias europeias.

Patriota concluiu dizendo que o Brasil tem um papel fundamental nas novas coalizões, pois está mais avançado na construção de sua sociedade que a China, já que a falta de crescimento econômico pode trazer grande instabilidade política e social.

Por último, a professora Mônica Hirst iniciou sua fala destacando o caráter da política externa brasileira ativa e altiva, comparando este momento histórico com a postura independente dos anos 1960 e ativa dos anos 1970. A diferença histórica, além dos

contextos internacionais diversos, é que pela primeira vez o Brasil deixa de se portar como um país isolado ("do bloco do eu sozinho"), que entra e sai das políticas externas, para passar a construir e consolidar junto a outros países posições no cenário externo. Ressaltou que hoje existe um compromisso muito maior com a política externa brasileira também por meio de empresas e agendas econômica, política e de segurança internacionais. O País tem sido também propositivo de forma coordenada e progressiva nos últimos anos, aproveitando de forma criativa as conjunturas favoráveis que têm se apresentado.

Umas das experiências bem sucedidas de novas coalizões, notoriamente pouco comentada, é o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), que, segundo a professora, é bem mais relevante do que os Brics na concertação multilateral.

Finalizou sua fala dizendo que nos últimos anos o Brasil tem ampliado o léxico que fala de "países amigos", vem questionando e fortalecendo as soberanias dos parceiros próximos, bem como questionando a legitimidade das ações de países mais fortes no cenário internacional

No debate se questionou se a ação dos Brics é ainda limitada. Nesse sentido, perguntou-se, por exemplo, o porquê do banco dos Brics não ter sido criado ainda. Outra questão levantada foi o problema da legitimidade das novas coalizões. A falta de efetividade do G20 financeiro, inchado pelos países europeus, foi questionada e afirmada também durante o debate. Viu-se que apenas a mudança das decisões de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial seria insuficiente para torná-los mais democráticos, visto que suas burocracias, por exemplo, impõe suas ideologias quando limitam a contratação de economistas de faculdades específicas para seus quadros.

Mesa 4: A política externa e o meio ambiente

Marcel Fernandes[4]

A discussão tratou do tema ambiental, tanto no contexto interno brasileiro quanto na expressão do País na política ambiental internacional. O representante governamental, Francisco Gaetani, secretário executivo do Ministério do Ambiente, apresentou em linhas gerais as medidas atuais de seu setor. Para ele, a política ambiental institucionalizada advém da convergência das demandas de movimentos sociais e organizações não-governamentais, bem como da cooperação governamental internacional. As mudanças observadas na política externa têm levado o Brasil a uma posição de liderança na seara ambiental, ainda que, por outro lado, o secretário reconheça algumas dificuldades nacionais em lidar com esse novo papel.

As mudanças políticas vivenciadas internamente na última década foram acompanhadas de um estreitamento das relações entre os ministérios do Meio Ambiente e de Relações Exteriores, e por maior permeabilidade à sociedade civil, trazendo a política ambiental a patamares até então inéditos. Dessa interação tem resultado um período de destacada criatividade política, contexto em que o Ministério do Meio Ambiente acredita ser um dos mais internacionalizados do planalto federal e vivencia, em resposta, seu período de maior profissionalização e preparo ao relacionamento externo.

Sendo o Brasil um território extremamente relevante em termos de riquezas naturais, seus desafios nacionais se postam, notadamente, também como grandes questões em âmbito global, o que justifica a importância do intensificado diálogo com atores internacionais. Para

[4] Marcel Fernandes é estudante do programa de mestrado em Relações Internacionais da Universidade Técnica de Dresden, Alemanha.

Gaetani quaisquer políticas públicas locais interagem, na atualidade, necessariamente com o ambiente externo. Para ele, é necessário se desvencilhar de abordagens "utópicas" – como a preservação absoluta das floresta – em benefício da regulação, da extração sustentável e qualificada, detectando como problema factual a exploração ambiental ilegal.

Representando o setor social, Iara Pietricovsky, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), faz uma leitura mais pessimista e um tanto discordante da de Gaetani. Lançando mão de uma digressão histórica, mostra como as questões ambientais adentraram as agendas políticas internacional e brasileira. Ela afirma que existe um descompasso entre o discurso ambiental proativo e progressista, exposto pelo Brasil em contextos multilaterais, e a realidade da política ambiental interna – com exceção dos temas da biodiversidade e do clima.

A ativista defende a ideia de que a política ambiental jamais foi (e assim permanece) uma estratégia nacional, sendo relegada tão somente a uma posição secundária e executada somente frente à compatibilidade com políticas consideradas prioritárias. Enquanto no período da (chamada por ela) "obscuridade militar" os recursos ambientais eram vitimados em nome da cultura desenvolvimentista, os anos da redemocratização trouxeram alento à temática.

O momento de reestruturação social e reestabelecimento de rumos foi aqui coroado pela conferência das Nações Unidas Eco-92, no Rio de Janeiro. Foi nessa ocasião que se introduziram na agenda ambiental as dimensões social, econômica e ambiental, noção que persiste mundialmente até os dias atuais. Após a conferência o Brasil deixa de ser visto como vilão ambiental e passa ao papel de protagonista.

Em seu ponto de vista, ao passo em que se tornou mais acessível à intervenção da sociedade civil, a política ambiental da última década pecou ao reconhecer excessivamente forças retrógradas

dos setores produtivo (como a agropecuária) e financeiro, que detêm grande capacidade de influência política. Tal fato se soma à estrutura orçamentária dedicada, caracterizada pelo recolhimento, mas não-redistribuição de verbas, além da tendência à privatização. Neste sentido, embora a sociedade venha ganhando espaço no debate ambiental, o ganho não tem sido acompanhado de substancial capacidade de influência e o processo político segue sendo liderado pelas grandes corporações.

A debatedora sugeriu ainda que a falta de objetivos claros da política ambiental nacional gera dificuldades intrínsecas de ação. Exemplo disto, o texto originado na conferência RIO+20, em 2012, foi avaliado como um retrocesso em relação ao acordado vinte anos antes. Para ela "continuamos, no setor ambiental, ainda com uma política soberanista e defensiva".

Por fim, João Paulo Cândia Veiga, professor da Universidade de São Paulo (USP) e representante da comunidade acadêmica, foca sua análise no transnacionalismo e na relevância de entes não-governamentais à política ambiental. Sua visão é de que a agenda ambiental deve ser entendida como multifacetada e policêntrica, uma vez que este campo se situa concomitantemente nas esferas pública e privada. Para ele, a discussão deve se apoiar sobre quatro pilares.

Primeiramente, o Brasil dos últimos dez anos tem apresentado resultados satisfatórios no nível intergovernamental, dado seu envolvimento nos mais diversos temas e, por exemplo, a apresentação de metas voluntárias para a redução de emissões de carbono. Em segundo lugar, quanto ao âmbito não-governamental o acadêmico entende que as alianças entre o setor privado e o terceiro setor têm, através da regulamentação privada (como as certificações voluntárias), aproximado o Brasil do patamar de países mais desenvolvidos. Tais regulações, ainda que não ligadas a governos específicos, têm por papel lhes complementar as medidas públicas.

O terceiro nível a ser observado são os arranjos transnacionais de produtores de setores específicos que se coadunam para a produção de regulamentação, movimento no qual as empresas brasileiras atuam como exportadoras das normas trabalhistas e ambientais do País. Por fim, como último nível, estão as políticas públicas para meio ambiente, âmbito em que, segundo o professor, existem hoje 10 capitais brasileiras com políticas municipais de mudança climática e 15 Estados que já abriram fóruns para a instituição de medidas específicas.

Desta forma, há uma percepção mais ou menos generalizada da melhora da atuação governamental frente a questões ambientais e da ampliação da atividade de entes não-governamentais, ainda que em setor algum exista a crença na suficiência dos cuidados atuais com o meio ambiente. Contudo, é indubitável o ganho relativo de poder político do Brasil na esfera ambiental, vivenciado na última década.

Mesa 5: A Política Externa Brasileira vista pelos países vizinhos

Marcel Fernandes

Diferentemente da maior parte das discussões em torno da Política Externa Brasileira (PEB), o debate aqui reportado procurou trazer não a visão interna sobre os dez últimos anos, mas aquela dos vizinhos e parceiros latino-americanos. Nesse sentido, o ex-ministro da Economia da Argentina, Aldo Ferrer, focou sua explanação na necessidade de os países se fortalecerem autonomamente por meio de políticas de fomento industrial, adOtando, portanto, um raciocínio desenvolvimentista. Não obstante, defendeu a importância de os países se manterem abertos aos relacionamentos internacionais.

No tocante à percepção argentina sobre o Brasil, acredita que não se possa falar de uma visão única nacional, uma vez que ela se relaciona com a própria visão de mundo do observador, mas sugere que duas opiniões têm predominado nas últimas décadas: a neoliberal e a nacional/industrialista.

A primeira, forte na tradição argentina, pressupõe que, dadas as assimetrias inerentes às proporções de ambos os países, independentemente do direcionamento da PEB, sempre haverá uma relação centro-periferia argentino-brasileira. Para a segunda, por sua vez, a relação entre eles deve se dar na condição de parceiros estratégicos em prol do desenvolvimento mútuo. Aqui é conveniente que a PEB responda a seus objetivos nacionais próprios e siga uma política autônoma frente aos centros de poder internacional, haja visto que o desenvolvimento dos parceiros deva ser considerado como parte do próprio desenvolvimento, uma espécie de transformação compartilhada. Esta é, segundo o político, a postura dominante na Argentina atualmente. Ferrer argumenta que, posta a vocação brasileira à potência, o tipo de relação que se estreita entre os dois países depende, de fato, das possibilidades oferecidas pelo êxito individual argentino.

A relação argentino-brasileira (e quiçá as relação de integração no Mercosul, de forma geral) se dispõe, para ele, com base em três aspectos: as políticas internas dos países, as regras de cooperação que balizam o relacionamento e as proteções conjuntas frente aos desafios da globalização (como a criação de espaços políticos próprios). Embora a atual integração global ofereça grandes oportunidades ao subcontinente, seus países se deparam com o risco de incorrerem em nova relação centro-periferia com os centros hegemônicos contemporâneos. Evitar tal externalidade passa justamente pelo fortalecimento de políticas nacionais de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, além do fortalecimento conjunto por meio de integração regional.

A intervenção do uruguaio Damián Osta trouxe uma crítica cuidadosa, mas veemente, aos últimos anos do período em questão. Para ele, esta década de PEB petista deve, na verdade, ser divida em duas partes: uma sob o comando de Celso Amorim, a outra de Antonio Patriota. O primeiro período, do qual Samuel Pinheiro Guimarães é tido como "mentor intelectual", foi pontuado por uma diretriz anti-hegemônica, proativa, pela maior acessibilidade à sociedade civil e pela contraposição à influência norte-americana. Foram, em suma, anos "latino-americanistas", integracionistas, em que a retórica presidencialista ganhou força e o princípio da não-indiferença guiou os posicionamentos externos.

No segundo período, concomitante ao governo Dilma, a PEB abandona, na visão do observador uruguaio, sua postura anterior em benefício de uma política meramente reativa, por exemplo, reduzindo a capacidade de articulação frente a acontecimentos regionais – como o estabelecimento da Aliança do Pacífico. A atenção migrou ao norte do continente em busca de uma reaproximação, ao menos simbólica, com a política estadunidense. Osta interpreta ter a presidência abandonado a prioridade de se embrenhar na política externa.

Ainda que fazendo um balanço muito positivo da década passada, detectou que a retórica que permeou essa política todavia não logrou a concretização factual de projetos políticos. Carece ainda de cidadania latino-americana, de integração física, econômica, cultural. A despeito de grandes avanços, a relação do Brasil com seus vizinhos não deixa de reproduzir perfeitamente o modelo centro-periferia. Contrariando a necessidade de reduzir assimetrias econômicas, as empresas brasileiras parecem agir alheias aos rumos da PEB, perpetuando na região um modelo de expansão pelo capital.

Em sua interpretação, é a cidadania sul-americana o fator central cuja expansão se faz necessária, a fim de legitimar a corrente ampliação do aparato institucional regional.

Gustavo Codas, por sua vez, caracterizou a relação entre Brasil e Paraguai como marcada por dois acontecimentos históricos: a Guerra do Paraguai e o legado das ditaduras militares nos dois países, momentos que definiram, em grande medida, o tom dessa relação. Para ele, chegou ao Paraguai, desta forma, um tipo de capitalismo à brasileira, qual seja, a "modernização com exclusão social".

Codas fez uma avaliação positiva da última década de PEB, apontando que o Brasil passou, ineditamente, a reconhecer e tomar medidas concretas para combater assimetrias entre os países da região, por exemplo, por meio do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem); a hidrelétrica de Itaipu passou a ser entendida como ferramenta a serviço da integração regional, e não mais como possessão bilateral; aumentou-se o valor pela energia paraguaia; viabilizou-se a industrialização paraguaia com a melhora da infraestrutura energética; e o comércio exterior viu um processo de diferenciação. Sua visão é de que o período teve seu maior mérito na introdução da prioridade às relações sul-sul, enquanto seu déficit repousa na carência de discussões sobre o estilo de desenvolvimento que se almeja, mormente no cenário regional.

Ele relatou que após a suspenção paraguaia do Mercosul, em decorrência do fenômeno entendido como golpe de Estado, em 2012, tem ganhado corpo um tipo de nacionalismo seletivo, que acredita estar o país novamente ameaçado por seus vizinhos – como na Guerra – e, daí, deveria se aliar a um protetor externo: os Estados Unidos. Para o economista, contudo, o Paraguai precisa pleitear, por meio de relações regionais e bilaterais, um estilo de desenvolvimento inclusivo, respeitando autonomias, desenvolvendo empresas e capacidades locais.

Mesa 6: A Política Externa Brasileira, comércio internacional, investimentos e assimetrias

Diana Aguiar[5]

A mesa debateu inflexões do período compreendido entre 2003 e 2012 e os desafios do setor que não foram superados.

O Dr. Giorgio Romano – professor e coordenador do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC) – falou sobre o conjunto de fatores que definem a inserção do Brasil no mundo. O primeiro deles são condicionantes econômicas, sociais e políticas internas na época, dentre outros, o chamado "efeito Lula" e a desconfiança do mercado financeiro frente à eleição do ex-presidente, o que resultou indiretamente numa taxa de câmbio mais favorável às exportações. O segundo fator seria a correlação de forças internacionais, como o aumento dos preços das commodities, que o Brasil soube aproveitar.

O terceiro conjunto de fatores diz respeito às diretrizes e atuação da Política Externa Brasileira (PEB) adotadas pela diplomacia presidencial ativa, a aposta na diversificação de parceiros comerciais e a atenção às relações comerciais na América do Sul. Um desses fatores da atuação da PEB teria sido o ativismo propositivo na Organização Mundial do Comércio (OMC), com a quebra da lógica do Quad (Estados Unidos/União Europeia/Japão/Canadá), quando o Brasil liderou a criação do G20 comercial. A lógica deste ativismo na OMC, segundo o Prof. Giorgio, era a defesa do espaço de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, além do uso estratégico do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC e antidumping, gerando jurisprudência.

[5] Diana Aguiar é pesquisadora do Transnational Institute (TNI).

Assim, a evolução da corrente de comércio (importação mais exportação) entre 2002 e 2012 cresceu em todas as regiões do mundo, ainda que haja diferenças: com os países desenvolvidos o Brasil passou de superavitário para deficitário e com os países em desenvolvimento o país aumentou o superávit, especialmente com a China. Um problema central do período apontado por ele é a chamada primarização da pauta exportadora: todas as regiões do mundo aumentaram a exportação de produtos básicos pelo Brasil.

Em decorrência desses fatores, durante a crise de 2008, para ele, havia condições a aproveitar – como o crescimento de 7% ao ano, reservas acumuladas, política desenvolvimentista via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), popularidade interna de Lula –, o que teria propiciado um enfrentamento heterodoxo da crise financeira internacional sem crise cambial, com valorização das opções políticas existentes (por exemplo, bancos públicos e políticas sociais). Alguns anos depois, esta situação teve algumas mudanças. Hoje podemos falar não só de primarização da pauta exportadora, como também de um processo de desindustrialização em curso. Neste contexto, o déficit da balança comercial de manufaturas é camuflado pelo superávit de produtos primários. Além disso, o chamado "tsunami monetário", decorrente das políticas de alívio quantitativo dos EUA e Europa, impõe um desafio central para a economia brasileira. "O modelo demanda-crescimento não funciona mais", afirmou Romano, ou seja, o aumento do poder de compra do mercado interno vai cada vez mais para a importação de manufaturas chinesas, intensificando a desindustrialização. Para ele, um dos pontos mais positivos do atual contexto é o Investimento Estrangeiro Direto, que deve ser aproveitado via pesquisa e desenvolvimento, como tem sido feito com o pré-sal.

O segundo palestrante a falar, Marcos Antonio Macedo Cintra, Técnico em Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), priorizou debater os desafios existentes para a PEB. Segundo ele, há muitos ganhos, mas a taxa de câmbio

e taxa de juros são "um desastre". O desadensamento das cadeias produtivas é demasiado grave para que a produção de petróleo seja suficiente, já que não é capaz de gerar empregos, bem como não o é o agronegócio. Apesar do pré-sal ser uma grande oportunidade, há o risco de que as plataformas *offshore* repliquem a experiência da Nigéria, onde porquíssimos benefícios ficam no país.

Ao mesmo tempo, há uma transformação tecnológica gigantesca da Ásia, com um processo de redução de custo e de preços enquanto os Estados Unidos estão se reindustrializando. "Não estou convencido de um mundo multipolar", disse ele. "O mundo em que estamos vivendo é de interpenetração crescente, sob a liderança militar, monetária e tecnológica dos Estados Unidos. A evolução tecnológica deles é impressionante. Não há declínio do poder americano." Para Cintra, a decadência da Europa é, sim, evidente, com o euro se configurando como uma moeda irrelevante para o sistema monetário internacional. Nesse contexto, a União Europeia está em processo de crescente deterioração, perda de poder, rivalidades internas e crise permanente.

Além disso, a gestão dessa ordem é cada vez mais difícil, porque as políticas macroeconômicas e cambiais não estão funcionando, como mostram os déficits fiscais nas economias centrais. A crise capitalista vai gerar um novo mundo a partir da liderança americana, segundo Cintra. E como o Brasil se insere nessa ordem? "Exportamos matérias primas, importamos manufaturas. Esse é um modelo que não gera emprego. Há grandes êxitos sim na política externa e na política comercial, mas são insuficientes. Os anos futuros serão duros, preparem-se", afirmou.

O terceiro palestrante, Nivaldo Santana, Vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), defendeu um projeto nacional de desenvolvimento que vise a fortalecer o mercado interno com base na valorização do trabalho e da integração solidária com os países vizinhos. Segundo ele, a diminuição da pobreza e da desigualdade social no período 2003-2012 tem como

principal vetor as políticas de valorização do trabalho e do salário mínimo. O Brasil passou a ter uma PEB mais afirmativa e mais soberana, com diversificação das relações exteriores.

O principal gargalo desse processo foi, segundo ele, a não realização de reformas estruturais fundamentais, como a tributária, agrária, urbana, política, do judiciário e a democratização da mídia, "para que não sejamos vítimas do pensamento único".

Além disso, para Santana, o mercado de trabalho brasileiro ainda é precário e heterogêneo, e a reprimarização da pauta exportadora tem impacto forte no mercado de trabalho. "Outro fator de preocupação é o componente de desnacionalização da nossa economia em setores estratégicos", afirmou.

Mesa 7: A política externa brasileira e os entes federativos

Diogo Bueno de Lima[6]

A redemocratização dos anos 80, principalmente após a constituição de 1988, deu notoriedade às institucionalizações de ações exteriores originadas de outros atores estatais, que não o governo central, como é o caso dos entes federativos. No caso brasileiro, Estados e municípios passaram ao longo da última década a uma posição mais altiva e ativa em busca de cooperação internacional e para melhor atender questões pertinentes à realidade local. Assim, muitas administrações trataram de implementar estruturas de gestão das relações internacionais em seus cronogramas.

[6] Diogo Bueno de Lima é internacionalista, coordenador do Laboratório de Análise Internacional do curso de Relações Internacionais da Faculdade Santa Marcelina, Assessor da Coordenadoria de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Guarulhos e Coordenador do Grupo de Trabalho II do GAPCon – Grupo de Análise e Prevenção de Conflitos Internacionais.

A mesa coordenada por Oswana Maria F. Fameli, secretária de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Trabalho da Prefeitura de Santo André/SP, abordou o papel dos entes federativos na política externa brasileira como uma forma mais autônoma de inserção internacional, individual e coletiva das cidades, até o ponto de vista do governo federal no âmbito da Cooperação Internacional Descentralizada.

Paula Ravanelli, assessora especial da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SAF), abriu o debate trazendo alguns elementos-chave para a compreensão de suas ações, partindo da problematização de conceitos ainda não consolidados dessa atuação, citando, por exemplo, o caso clássico da paradiplomacia, referente à discussão acadêmica da pertinência ou não de o conceito ser uma diplomacia paralela à do Estado, uma nova iniciativa ou uma forma complementar.

Outro importante ponto se refere à regulamentação jurídica da questão, ou seja, ao grau de autonomia (maior ou menor) que cada país confere aos seus entes. No caso do Brasil, segundo o artigo 21 da constituição, "compete à União manter relações com Estados estrangeiros e organizações internacionais", fato que faz com que o País busque um marco regulatório jurídico para ações de cooperação descentralizada, como a tentativa de uma lei complementar, decreto ou proposta de emenda que concederia maior autonomia aos Estados e municípios.

Nesse contexto, Ravanelli destaca algumas ações e desafios na busca de oportunidades de atuação internacional por parte dos entes federativos, como a institucionalização de Departamentos de Relações Internacionais. Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), publicada pelo IBGE no ano de 2012, apenas 2% dos Estados e cidades possuem áreas de atuação internacional, tendo a região sul do país, com 3,4%, a maior concentração de Assessorias de Relações Internacionais. São Paulo, por sua vez, conta com 30 municípios – número visto como ínfimo frente à pujança brasileira.

Contudo, a partir de 2003, o apoio do governo federal se faz presente e é notado na criação da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA), e da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), que tem por finalidade ser facilitadora da atuação internacional para os Estados e municípios.

Mónica Salomón, professora de Relações Internacionais do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), traz à luz a atuação brasileira, destacando as experiências municipalistas petistas como fundamentais indutoras das práticas de entes subnacionais do Brasil. Tal fato permite que, a partir de 2003, essas lideranças trabalhem junto ao governo federal, transmitindo toda sua experiência e *know-how*. Ela relata que o Brasil avançou muito nos últimos 10 anos, quando o governo federal, segundo sua avaliação, teve um papel fundamental para impulsionar essas ações, citando como exemplo os grandes eventos, conferências e encontros organizados pela SAF.

Contudo, há alguns desafios a serem enfrentados, como a falta de um fundo próprio e a inclusão da sociedade civil organizada nos debates. É nessa seara que Silvio Caccia Bava, diretor e editor-chefe do Le Monde Diplomatique Brasil, seguiu com sua explanação. Caccia Bava considera que a política externa é muito dinâmica em um mundo dinâmico e que é o momento de aproveitar a fragilidade do bloco neoliberal e apostar no multilateralismo regional com agenda própria de cooperação. Nesse cenário, cita a experiência do Orçamento Participativo, criado pelo Partido dos Trabalhadores, como uma boa prática adotada hoje por mais de 2600 cidades do mundo inteiro. Ele aponta a necessidade de cooperação internacional pautada por estratégia definida, que defenda e proponha uma agenda atenta às mudanças do mundo.

Os debatedores enalteceram as realizações no âmbito internacional a partir de 2003, como a Cooperação Técnica dos projetos financiados pela Agência Brasileira de Cooperação, a criação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e

Departamentos do Mercosul (FCCR) e agendas de Redes de Cidades, como a Rede Mercocidades, Rede Metrópolis, Fórum Mundial de Autoridades de Periferia (Falp) e Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), entre outros.

Segundo Ravanelli, são desafios buscar recursos e oportunidades de cooperação internacional alinhada à política externa brasileira, desenvolver entes subnacionais, capacidade técnica e capacitação profissional para projetos internacionais, evitar descontinuidade e reducionismo econômico comercial, e lograr que o governo federal crie um marco legal e mecanismos institucionais de diálogo permanente para garantir sinergia entre os projetos. Caccia Bava coloca o desafio dessas representações maiores da sociedade civil organizada em busca de direitos e solidariedades nas redes de cidades, citando a reunião da FAL em 2013, na qual as mais de 200 cidades participantes traziam à pauta questões de insatisfações urbanas, respondendo um pouco às demandas do dinamismo atual.

Por fim, Mónica Salomón relata que, comparado ao resto do mundo, mesmo com os baixos índices da pesquisa supracitada, os Estados e municípios brasileiros têm uma atuação relevante na cooperação internacional descentralizada, com participação altiva e ativa na criação das redes de cidades, com destaque ao FCCR, a voz de fato desses entes federativos no Mercosul. Ainda, vê um potencial de crescimento e credenciamento, especialmente pelo cenário atual de expansão das universidades e cursos de relações internacionais, na formação de futuros quadros profissionais na atuação de cooperação descentralizada.

Diversos governos criaram departamentos de ações internacionais, porém o Brasil ainda não alcançou tal grau de especialização e o Ministério das Relações Exteriores ainda mantém sob seus auspícios, mesmo que mais condescendente ao debate, o tema da cooperação. Além disso, torna-se cada vez mais comum a crítica de que se deve avançar na ampliação das bases de participação no sistema internacional por meio da cooperação. Ainda são raros os

espaços que agreguem os objetivos de cooperação do governo, da sociedade civil, da academia e da iniciativa privada na formulação da política externa brasileira.

Mesa 8: Política externa brasileira, soberania e direitos humanos

Camila Koch[7]

Não há como discutir política externa e não trazer ao debate os direitos humanos. No cenário internacional em que vivemos hoje, a preocupação com a promoção e proteção dos direitos humanos é tema recorrente envolvendo diversos atores, sejam eles Estados, organizações internacionais, organizações não governamentais, entre outros. Diante da nova concepção de direitos humanos universais, as relações e o direito internacional sofreram grandes transformações, sobretudo pós-Segunda Guerra, quando a lógica da proteção do indivíduo começou a se estabelecer como uma forma de frear o poder e a soberania estatal até então inquestionáveis. A Mesa 8 foi pensada com a proposta de justamente problematizar esses pontos e trazer ao debate questões atuais que envolvem a política externa brasileira e a sua relação com os direitos humanos. Para isso, a Conferência contou com representantes de três eixos diferentes: governo, academia e sociedade civil.

Os convidados à mesa, então, foram Audo Araújo Faleiro, da Assessoria Especial de Política Externa da Presidência da República, Rossana Rocha Reis, professora do Departamento de Ciência Política e Instituto de Relações Internacionais da USP, e Camila

[7] Camila Koch advogada, coordenadora do Programa de Política Externa do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) e mestranda em direitos humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Asano, da organização Conectas Direitos Humanos/Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. O responsável pela coordenação das falas foi Carlos Ruiz, professor da Universidade Federal da Paraíba.

Para Camila Asano, existem três razões que justificam o relevante papel dos direitos humanos na política externa brasileira: i) a proteção desses direitos é um dos grandes valores do governo brasileiro para atuação interna e isso, sem dúvida, deve ser refletido nas suas ações internacionais; ii) o Brasil, por ser signatário de diversos tratados internacionais de direitos humanos, assumiu as obrigações de promovê-los e incorporá-los ao âmbito interno por meio da criação e alteração de leis, políticas públicas, etc; iii) a Constituição Federal de 1988 estipula em seu artigo 4º, inciso II, a prevalência dos direitos humanos na atuação internacional do Brasil.

Asano frisou que é inegável que, desde 2003, o Brasil vem desempenhando um novo papel no sistema internacional. E é claro que, diante disso, o Brasil deve conquistar mais espaços e atuar de forma relevante, quando não protagonista, no cenário internacional. Retomando a fala do embaixador Celso Amorim do dia anterior, frisou que a política externa brasileira deixou de ser reativa e o Brasil passou a ser o principal agente nesse contexto.

Como conclusão dessa atuação mais enfática nas grandes discussões internacionais sobre direitos humanos, Asano aponta que há grande mérito do Brasil em identificar, de forma precisa, quais são os problemas crônicos pelos quais os direitos humanos passam. Para ela, isso jamais poderia ser feito por um país que tivesse atuação internacional tímida. Dois problemas que o governo brasileiro consegue identificar em relação à forma como os direitos humanos são tratados são a seletividade do sistema internacional e a lógica do *naming and chaming* ou *finger point*.

Em relação ao primeiro problema, a seletividade, ressaltou que esse ponto tem sido alvo da diplomacia brasileira no debate e negociação de direitos humanos em mecanismos multilaterais.

Há uma forte crítica por parte do Brasil em relação à forma pouco aberta e inclusiva com que essas negociações são feitas, tendo em vista que tais decisões ainda se concentram nas mãos das potências consolidadas e desenvolvidas e que acabam, sem dúvida, orientando as decisões. A consequência lógica é a elaboração de textos não negociados e mantenedores do *status quo*, havendo ainda muita resistência e apego à forma de negociar no cenário internacional.

E como o Brasil tem reagido frente a essa resistência? Para a ativista, tem sido com abstinência. Para exemplificar, citou dois casos pontuais em que o governo brasileiro permaneceu inerte: a votação da resolução para a criação de um relator especial de direitos humanos para a Coreia do Norte e a votação da resolução sobre violações de direitos humanos no Irã. Como, então, o Brasil deveria agir? Asano afirma que o momento em que o País se encontra hoje, como um importante e ativo ator internacional, com capacidade de provocar mudanças e influenciar a negociação de textos, deveria agir de forma mais proativa e não mais justificar sua postura inativa através de argumentações esquivas.

Para ela, o governo brasileiro possui uma crítica muito precisa de que alguns casos graves de violações de direitos humanos são negligenciados pelo sistema internacional, enquanto outros são colocados em foco. O que o Brasil poderia fazer? Ela afirma que a agenda do Conselho de Direitos Humanos, maior órgão do sistema ONU, não é imposta pela organização, mas construída pelos Estados que o formam. O Brasil como membro pleno, portanto, deveria levar os graves casos de violações à agenda do órgão e buscar torná-lo menos seletivo.

Em relação à lógica do *naming and shaming*, Asano afirma que há uma crítica constante do governo brasileiro em relação a esse procedimento e que tal lógica não irá, de forma alguma, resolver os problemas atuais de direitos humanos. A posição do Brasil nesse sentido tem sido a de trazer à tona a cooperação e o diálogo como formas muito mais eficazes de promover mudanças. Para ela,

essa postura está clara no fato de o Estado buscar e incentivar a resolução de conflitos de direitos humanos nos mecanismos multilaterais, e não bilaterais.

Ela alerta que o argumento do "teto de vidro" faz ainda parte da lógica das relações internacionais. Levanta o questionamento de quais seriam as credenciais de um Estado em apontar violações cometidas nos territórios dos seus pares. Esse argumento, para ela, justifica a falta de levante de violações de direitos humanos em relações bilaterais. Importa ressaltar, nesse sentido, que essa é a principal razão pela qual os sistemas internacionais – sejam locais ou universal – recebem pouca ou nenhuma demanda interestal.

A representante da sociedade civil encerra sua fala afirmando que política externa não se faz apenas "da porta para fora", mas também "da porta para dentro". É importante perceber como a política externa se faz presente no nosso dia-a-dia e como as decisões tomadas internacionalmente afetam de forma direta o nosso cotidiano.

A segunda fala da mesa foi feita por Audo Faleiro, que ressaltou a importância dos funcionários do Estado atuarem em espaços como este: aberto à academia e à sociedade civil.

Para ele, não há como discutir direitos humanos ou política externa sem contextualizar o momento e os principais aspectos das relações internacionais. Depois da criação da ONU e do pós-Guerra Fria, o movimento foi polarizado: os direitos humanos foram divididos entre o bloco capitalista (direitos civis e políticos) e o bloco comunista (direitos econômicos e sociais). Em sua análise, essa divisão apenas dificultou o diálogo e a proteção dos direitos humanos como um todo.

A Guerra Fria passou e agora vivemos um sério período de instrumentalização dos direitos. Para Faleiro, um dos grandes problemas desse processo é que todos adotam uma posição de defesa conceitual e normativa dos direitos humanos, fundados na ideia da universalização, mas, na prática, essa defesa é extremamente seletiva. E não apenas isso. Há uma seletividade politicamente

instrumentalizada e, para ele, a posição do Brasil tem sido a de não aceitar, há tempos, a existência de qualquer teoria da relatividade dos direitos humanos. O Brasil, no entanto, já superou a dicotomia.

O diplomata discorda da ativista Camila Asano e acredita que direitos humanos são muito mais do que apenas votação de resoluções e atuação em foros internacionais. A política externa em direitos humanos é muito mais ampla, caracterizando-se por um processo de cooperação. Para ele, "cooperar é também promover e proteger direitos humanos".

Em relação aos pontos trazidos pela fala anterior, sobre a Coréia do Norte, afirma que o motivo pelo qual o Brasil absteve-se na votação da resolução da criação de um relator especial para o país se justifica em razão de que foi um documento "cozinhado a quatro paredes e apresentado como prato feito a quem quisesse aceitá-lo". Faleiro afirma que, em contrapartida à falta de negociação da resolução pelo Brasil, foi aberta uma embaixada brasileira no país, o que se constitui como um bom espaço de diálogo.

Sobre essas articulações, o representante do governo afirmou que, no fim das contas, o importante é a situação da pessoa que está sofrendo as violações, e não a posição do Estado no âmbito internacional. Na sua visão, às vezes é melhor receber diversas críticas por não atuar de forma incisiva frente à determinada situação e, assim, promover modificações pontuais em relação a grupos vulneráveis específicos de determinado país. Argumenta, por fim, que não há como saber o que é melhor: cooperação internacional ou atuação política incisiva, pois isso depende de cada caso concreto. Sobretudo, afirma que a transparência anterior em determinadas situações é contraproducente e nem sempre ajuda. "Às vezes a discrição é fundamental para a obtenção de resultados positivos".

Sobre a questão do Irã, Faleiro entende que se trata de situação mais complexa, uma vez que ninguém se preocupa em estudar a história do país para discutir os seus problemas atuais. Para ele, toda a questão se dá em razão da lógica da seletividade: "Por

que apenas o Irã possui uma resolução sobre direitos das mulheres e não a Arábia Saudita? A situação das mulheres lá é tão ruim ou pior". O ponto está no fato de o país ser aliado estratégico dos Estados Unidos e de potências europeias no Oriente Médio. Citou ainda, como exemplo de seletividade, o Paquistão como aliado americano na luta contra o Afeganistão.

O diplomata defende que as relações internacionais não são uma divisão entre "mocinhos e bandidos", mas uma complexa rede de interesses e articulações. O maniqueísmo não ajuda em nada a proteção dos direitos humanos. Como exemplo dessas relações complexas citou o motivo pelo qual o Brasil não incentiva a resolução contra as violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado norte-americano em Guantánamo: se uma proposta fosse feita, os Estados Unidos iriam certamente "forçar a mão" nos seus aliados europeus e provocar a sua desaprovação.

Afirma, por fim, que o Brasil tem hoje melhores condições de se posicionar pelos direitos humanos, mas ainda não tem condições de fazer tudo e, por isso, deve buscar uma postura predominantemente cooperativa.

A última fala da mesa foi a da professora Rossana Rocha Reis, que iniciou seu discurso com a seguinte questão: a discussão deve ser de direitos humanos para política externa ou de política externa para direitos humanos? Para ela, é interessante começar pela política externa.

A política externa brasileira deve ser vista sob uma perspectiva geral e não apenas focada nos direitos humanos, apesar de serem uma parte importante da política internacional e nacional. Indagou, todavia, como se constrói uma política externa balizada por valores de direitos humanos, levando em consideração os outros valores que essa agenda também pretende promover. Frisou que o sistema internacional é profundamente hierárquico e defensor de interesses específicos e que todas as ideias e discursos (bons ou ruins) já foram utilizados para fazer e justificar políticas

internacionais ruins. "Não existe interesse sem ideia e nem ideia sem interesse", afirma.

Mais uma provocação é feita: por que os direitos humanos são uma parte integrante da política internacional? A professora responde que, quer se concorde ou não, esses direitos se tornaram um discurso de valores morais, uma espécie de meio no qual se traduzem diversas expectativas de justiça, o que se tornou uma fonte de poder no âmbito externo.

O discurso dos direitos humanos está ligado à legitimidade do poder político e, em razão disso, todo grupo ou ator que tenha a pretensão de atuar no sistema internacional terá uma posição sobre o assunto. Para ela, é muito difícil para um país que tenha pretensões de protagonismo no plano internacional se abster de adotar um posicionamento sobre o tema, em razão, justamente, de ser uma parte importante da política externa. Deve-se destacar, contudo, que os direitos humanos também são uma arena de disputas no cenário internacional.

Por que um Estado reconhece a jurisdição de órgãos internacionais de direitos humanos para análise de violações em seu território? Por que a política internacional tem um impacto tão grande nos assuntos domésticos de direitos humanos? Para Reis, essa relação hoje é muito fluída. Um país que esteja disputando nessa arena precisa justificar suas ações, tanto no plano nacional como internacional.

Após esse panorama geral, ela apresenta a aposta do Brasil nos últimos dez anos em relação à política externa de direitos humanos: ao longo do período, em termos de direitos humanos, o governo brasileiro tem cultivado identidade ambígua, no sentido de oscilar entre reclamar a participação no grupo de países que têm voz ativa no sistema internacional e atuar como representante qualificado do grupo de países que não participa dos processos de tomadas de decisões.

Para ela, o argumento comum do Brasil – como parte do grupo dos fortes – tinha como objetivo a mudança da geografia e

arquitetura do sistema internacional. Nesse sentido, em diversos casos essa foi uma estratégia bem sucedida, como, por exemplo, na integração e no comércio. Todavia, é importante frisar que em termos de *soft power*, o papel de liderança que um país precisa ter é o que ele tem a oferecer em termos de ideias – não basta um PIB alto, mas ter uma proposta, uma visão alternativa.

Diante disso, ela indaga: o que o Brasil tem oferecido no plano das ideias na última década? A professora acredita que se tem feito um forte apelo ao argumento do desenvolvimento (muito sensível e compreensível, se consideradas as situações nacionais e internacionais do Brasil nesse campo). No entanto, é também necessário pensar que nessa estratégia que favorece o desenvolvimento interno e externo, o papel dos direitos humanos tem sido, com frequência, negligenciado. A lógica do desenvolvimento praticada pelo Estado brasileiro não favorece a promoção e proteção de direitos.

Para ela, questões estruturais do Brasil, como machismo e racismo, não se resolvem através da resolução de problemas econômicos. Esse é o motivo pelo qual alguns temas sempre voltam à pauta: demarcação de terras indígenas, reforma agrária, violações de direitos humanos nas zonas rurais e trabalho escravo. São problemas promovidos por um estilo de desenvolvimento que se perpetua e que não é adequado.

O papel dos três Poderes da República é também trazido ao debate. Para a Rossana, a política de direitos humanos não é apenas consequência das ações do Executivo, mas da agenda desenvolvimentista que perpetua as estruturas de poder conservadoras e altamente articuladas dentro dos outros Poderes. Como exemplo, cita a participação das bancadas conservadoras do Congresso Nacional na criação de políticas públicas específicas e a postura do Judiciário, que não leva em consideração a jurisprudência internacional de direitos humanos.

O debate foi encerrado com intervenções dos presentes, que pontuaram questões particulares de cada fala, aprofundando o

debate. A sensação ao final da mesa foi bastante positiva, tendo em vista que pontos-chave foram problematizados sob as três diferentes óticas.

Mesa 9: A política externa brasileira e as relações com a África

Diego Azzi[8]

Representantes da academia, sociedade civil e da diplomacia brasileira se encarregaram dos debates na mesa.

De um ponto de vista geoestratégico, as relações Brasil-África foram abordadas segundo a noção de um espaço geopolítico do Atlântico Sul e suas transformações ao longo da história. A chamada Fronteira Oriental do Brasil (expressão formulada pelo general Golbery Couto e Silva na década de 1950) é uma demarcação que se movimenta de acordo com interesses mútuos entre o Brasil e os diferentes interlocutores africanos, em um processo que vai na direção de uma maior aproximação entre as partes.

No passado recente, a fronteira oriental já esteve no centro de políticas de Segurança Nacional, defesa do território, manobras navais e de focos de tensão com os Estados Unidos. Durante a Guerra Fria, por exemplo, a África era inserida na política externa brasileira, então subordinada aos EUA, como um dos campos de influência no combate ao comunismo, que se dava também através da África do Sul e das então colônias portuguesas. Os governos militares também se utilizaram da noção de fronteira oriental para demarcar o mar territorial brasileiro em 200 milhas (1972) e também para expandi-lo ao que se convencionou chamar de Amazônia Azul (2004), incluindo as reservas de petróleo do pré-sal.

[8] Diego Azzi é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo / Université Sorbonne Paris I.

Em 1986, um avanço marcante das relações diplomáticas no Atlântico Sul foi o acordo para o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas). Tendo a paz como objetivo maior, o acordo define instrumentos de cooperação como meios para atingir sua meta. Uma das mais importantes consequências do tratado foi a garantia de um território fronteiriço do Atlântico Sul livre de armas nucleares.

Com o fim da Guerra Fria e o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) no Brasil, as relações sul-sul perderam o interesse da política externa brasileira, ficando em segundo plano. Apenas tímidos acordos comerciais entre o Mercosul e a Sadec (Southern African Development Community) marcam o período. A partir dos anos 1990, a grande mudança do contexto é a emergência da China e sua crescente presença na África. Segundo o professor Eli Alves Penha, "a África se beneficiou muito dos investimentos bilionários que a China fez e vem fazendo, sobretudo, em infraestrutura, em engenharia pesada, etc. A China ocupou os espaços vagos deixados pelo Brasil durante os anos 1990 e até mesmo a França retomou seu papel neocolonial na África". Penha ressaltou que "os investimentos brasileiros no continente giram em torno das rodovias, não das ferrovias, que estão sendo feitas pelos chineses. Mas pela sua posição geográfica meridional, a África se coloca como o grande interlocutor do Brasil em termos de política externa sul-sul".

Para Gilberto Leal, da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), desde 2003, a política externa brasileira para a África deve ser elogiada e tem diversos méritos que devem ser reconhecidos. A ampliação para 37 embaixadas brasileiras em países africanos é um dos avanços muito importantes do período 2003-2013. Entretanto, afirma que "a diplomacia brasileira precisa entender e dialogar com o debate sobre o ressurgimento da África e do Pan-Africanismo, que é o que está em pauta no continente hoje".

Na visão de Leal, ainda que exista um temor de que a política externa e a cooperação brasileira deem fôlego para alguns governos

não democráticos na África, o Brasil não pode deixar de tentar aprofundar essas relações, mas sempre com uma intenção de contribuir para a ampliação da democracia. No interior do Brics, o Brasil deve buscar estreitar ainda mais sua identidade e similaridade histórica com a África, para se diferenciar da China e apresentar outro tipo de compromisso e relação política. "A possibilidade de aproximação neocolonialista por parte de países do Brics é hoje uma preocupação dos africanos e faz parte do debate no continente", afirmou.

Por sua vez, o embaixador Paulo Cordeiro salientou que, atualmente, 52% dos brasileiros se autodenominam como afrodescendentes, contra 10% em 1975. "Isso é uma revolução da consciência", afirmou. Segundo o embaixador, a ocupação colonial da África por outras potencias, além de Portugal, é responsável pelo grande corte das relações Brasil-África após 1888. Paradoxalmente, é sob o julgo das nações coloniais europeias, que então dividem em retalhos os territórios da África, que os cidadãos se descobrem enquanto "africanos", dando origem a todo o debate e formulação teórica sobre o Pan-Africanismo. Nas décadas de 1950 e 1960, o grande movimento de descolonização da África teve o apoio do Brasil.

Hoje, a África independente espera que os territórios da diáspora a ajudem, já estes são vistos como uma espécie de 6ª região do continente. Na visão do embaixador, o campo da educação e da ciência é um dos mais importantes em termos de cooperação e que nos ajudará a dissolver preconceitos e mudar a nossa visão sobre os vizinho do outro lado do Atlântico, recebendo muitos africanos aqui e enviando muitos brasileiros para lá. Isto porque, para ele, "nós precisamos conhecer melhor a África, aprender a distinguir os países e as várias civilizações que existiram e existem. Devemos colaborar para o desenvolvimento da África, e colaborar significa trabalhar juntos".

O Brasil deve ampliar os seus financiamentos a empresas e diversas iniciativas na África e isto não deve ser visto como uma

"doação do BNDES a governos autocráticos" – como muitas vezes apresenta a grande mídia – mas, sim, como uma política de cooperação que trará benefícios ao Brasil. "É importante ter claro que devemos continuar a investir na nossa relação com a África e que estaremos fazendo isso em competição com nossos amigos indianos e chineses".

Para Carneiro, "o que a África pode nos oferecer e ensinar é que, com o redescobrimento das suas qualidades e das suas civilizações, vamos elevar a autoestima do próprio Brasil. Esta é uma dimensão fundamental da nossa presença lá. Já o Brasil pode ajudar muito promovendo uma política de diplomacia e paz para resolução dos conflitos. O Brasil possui tecnologias de negociação que podem ser compartilhadas".

Finalmente, ele ressaltou a importância de ter em mente que outros países latino-americanos, que também possuem uma parcela de sua população de afrodescendentes, olhem para a política externa brasileira como uma referência de como se pode fazer algo diferente com relação aquele continente, o que apenas aumenta a responsabilidade do Brasil nesta matéria.

Mesa 10: A política externa brasileira e a relação com a sociedade civil

Alana Moraes e Táli Pires

O debate se desenvolveu em torno da relação da sociedade civil com a Política Externa Brasileira (PEB) durante os últimos dez anos. O assunto foi, justamente, um dos principais temas da conferência.

Abrindo a discussão, a professora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), Deisy Ventura, questionou a falta de institucionalização da participação social na

política externa. Ela também afirma que é de conhecimento geral o fato de o setor empresarial estar a frente das relações comerciais do Brasil, contando com informações privilegiadas e apoio técnico necessário para apresentarem suas demandas.

A importância da institucionalização da participação social na PEB é fundamental para que os interesses em jogo se coloquem em uma arena aberta e clara, na qual a disputa por orientações e decisões políticas seja visível para toda a sociedade. "Penso que a vinculação do fórum de participação com o Ministério das Relações Exteriores também deve ser discutida. Acredito que a amarração do fórum com a Presidência da República tende a ser mais coerente com o escopo e dimensão de um espaço que está disposto a propor políticas públicas para a sociedade de uma maneira geral", salientou.

A coordenadora da Rede Brasileira para Integração dos Povos (Rebrip), Fátima Mello, seguiu a discussão problematizando o fato de a PEB ter sido sempre confundida com uma "política que refletia o interesse nacional", quando, na verdade, a política externa também é fruto de disputas e tensões de diversos segmentos da sociedade. Neste aspecto, ressaltou o quanto o processo de luta dos movimentos antiglobalização contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foram fundamentais para inaugurar um novo ciclo político na América do Sul. "Para avançarmos é preciso discutir o papel da cooperação internacional, que tem sido confundido com o interesse cada vez maior de internacionalização das empresas brasileiras." Segundo Fátima Mello, "é preciso mais política e maior presença do Estado, e é com a sociedade civil que podemos alterar a relação de predomínio das empresas e dos interesses privados na política internacional".

De maneira geral, as palestrantes concordaram que as revoltas populares desencadeadas em Junho de 2013 ajudaram a empurrar pra frente a proposta de um fórum participativo. Para elas, as ruas reivindicam mais canais de diálogo e maior qualidade nas

políticas públicas. "É preciso agora colocar nossa agenda de direitos e de participação com muita força no campo da política externa e na sociedade", disse Fátima Mello.

O representante governamental, Murilo Kominiski, Chefe da Assessoria Internacional da Presidência, afirmou que o governo brasileiro está disposto a trabalhar no sentido de favorecer a participação social na política externa. "Não ocorrerá um processo de construção de gabinete, estamos pensando um processo de pactuação conjunta, com reuniões periódicas e responsabilidades compartilhadas. O Estado não pretende fugir de sua responsabilidade, a sociedade não será tratada como cliente." Murilo salientou que a relação entre Estado e sociedade civil precisa ser um processo de tensão criativa.

Os debatedores finalizaram a mesa concordando que, com a institucionalização da participação social, é importante também estar atento à burocratização dos fóruns. Para que se tornem efetivas e produzam impactos reais, as reivindicações da sociedade civil precisam ter transcendência.

Mesa 11: A política externa brasileira e o Oriente Médio

Jean Tible[9]

Como pensar a política externa brasileira dos últimos dez anos em relação ao Oriente Médio? Quais são os desafios para o próximo período? Essas são as duas principais questões em foco no debate da Mesa 11.

Após a introdução de Paulo Farah, Carlos Oliveira, chefe da Divisão Oriente Médio do Itamaraty, fez a primeira intervenção.

[9] Jean Tible é diretor de projetos da Fundação Friedrich Ebert, em São Paulo, e professor de Relações Internacionais do Centro Universitário Fundação Santo André.

Para Oliveira, as relações entre o País e a região são antigas, vindo desde a influência do café. Os árabes constituem um elemento-chave da formação brasileira, como também uma parcela importante de muçulmanos dentre os escravos africanos trazidos à força ao Brasil (o abolicionista Luiz Gama era filho de muçulmanos), além da comunidade judaica, que tem presença marcante aqui (e brasileiros participaram da constituição do Estado de Israel).

Se o relacionamento entre Brasil e Oriente Médio sempre foi intenso, mas se reforçou a partir dos anos 1970 e, sobretudo, nos últimos dez anos. O Iraque é, por exemplo, um país para o qual várias empresas brasileiras começaram a exportar.

Nesta última década, o objetivo foi de aprofundar os vínculos, criar um arcabouço jurídico e diversificar as relações. O País busca trabalhar na região em prol da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento, sem ser dogmático. Algumas dificuldades situam-se em barreiras culturais, que levam a perguntas como "o que o Brasil está fazendo no Oriente Médio?". Por um lado, possuímos relações bilaterais com todos os países da região. Por outro, ocorre uma aproximação bi-regional, na qual o Brasil lidera a América do Sul na iniciativa Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa).

Para Emir Mourad, secretário-geral da Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal), nas relações entre Brasil e Oriente Médio existe uma interlocução entre governo e sociedade civil, fato pouco comum na política externa. Mourad destaca a política multilateral do Brasil, respeitando e compreendendo o outro. Defende, porém, que a paz mundial estará sempre ameaçada enquanto a questão palestina não for resolvida, percebendo Israel e os Estados Unidos como obstáculos a essa resolução.

Salem Nasser, professor da Fundação Getúlio Vargas, propõe pensar a política externa brasileira da última década, considerada como nova, progressista e de esquerda (isto é, levando em conta questões da pobreza e da injustiça). Aceitação da derrota, sensação de impotência, tragédia efetiva, injustiça: eis o Oriente Médio. Uma permanência: a questão nacional do povo palestino.

Se a política brasileira deseja reforçar suas relações com o Oriente Médio, isto envolveria uma maior aproximação com o Fatah ou o Hamas? Com a Liga Árabe ou com o Irã, Síria e Hezbollah? No que toca à Síria, ser de esquerda e progressista significa apoiar a oposição que luta contra um governo autoritário ou apoiar um governo que luta contra o projeto imperial, pensando nos dois pólos destas polêmicas questões?

Dentre as opções básicas da diplomacia brasileira para a região, uma seria estar ausente e outra estar presente. O Oriente Médio faz parte do grande jogo das relações internacionais e o Brasil manifestou no Governo Lula uma "vontade de poder". "Estamos, no entanto, nos dando os meios de exercer o poder, de jogar o jogo dos grandes jogadores?", pergunta Nasser. Temos as condições materiais para isso?

Pela primeira vez um Presidente da República esteve no Oriente Médio. O Brasil conversa com todos, o que é positivo, mas deve identificar seu interesse nacional e qual o sentido de justiça do País na região. Em relação à Palestina o mesmo discurso se manteve: pelo Estado palestino e pela segurança de Israel. Entretanto, não estaria o Brasil operando no sentido do "rebaixamento" em curso das reivindicações palestinas no dito consenso internacional? Pergunta reforçada por outra de Mourad, de o Brasil ser visto como possível cúmplice da ilegalidade quando o comércio com Israel envolve produtos advindos dos territórios ocupados.

Nasser – assim como Oliveira e Mourad – defendem uma necessária apropriação do Oriente Médio como campo de saber. Mútuo conhecimento, diálogo pelos direitos humanos, inclusive no que toca ao papel das mulheres. Pontes para fortalecer a luta do Brasil e dos povos árabes para decidir seu destino de modo autônomo.

Anexos

Carta entregue ao ex-chanceler Antonio Patriota, durante a Conferência, pelo Grupo de Reflexões em Relações Internacionais

"*O GR-RI (Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais), organizador desta Conferência, que reúne representantes de movimentos sociais, sindicais, partidos, fundações, pessoas de diversas áreas do governo, pesquisadores e Ongs, é um espaço de reflexão e proposição que visa contribuir para a construção da política externa brasileira e fazer a disputa política na opinião pública. Nossa visão é de que, a partir de 2003, uma nova dinâmica passou a vigorar no processo decisório de formação da política externa brasileira com a inclusão de novos atores sociais e seus múltiplos interesses na disputa pelas diretrizes da política externa. Os últimos dez anos foram marcados por uma nova inserção do Brasil no cenário global, no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), do G-20, dos Brics, Ibas, das iniciativas junto ao continente africano, etc.*

A eleição do José Graziano para a Organização das Nações unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a indicação da ministra do meio ambiente Izabella Teixeira para o painel de alto nível de pessoas eminentes para a agenda de desenvolvimento pós 2015 e, mais recentemente, de Roberto Azevedo para diretor geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de Paulo Vanucchi para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), são exemplos desse novo cenário pelo qual passa o Brasil e no qual a política externa tem papel fundamental.

Embora o Brasil ainda não seja dotado de mecanismo institucional de consulta e participação social na formação da política externa, algumas iniciativas em curso contribuem para adensar as possibilidades de av*ançar na direção de sua criação. Podemos citar o programa Mercosul social e participativo, o fórum consultivo econômico e social do Mercosul e o Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex) como experiências setoriais dessas iniciativas, assim como a disposição do Itamaraty para informar sobre diversos assuntos da política externa em resposta à requisição de organizações e movimentos sociais e para incluir representantes dessas entidades em delegações oficiais do Brasil no exterior.*

O processo das conferências nacionais tem sido um dos destaques dessa política e deveria estar, também, no horizonte do debate político e público sobre a política externa. A própria secretaria geral da república lançou a ideia de implementar um sistema nacional de participação social com o objetivo de consolidar e institucionalizar a participação de amplos setores sociais no processo decisório de formulação de políticas públicas e afirma que essa iniciativa não subtrai qualquer das prerrogativas das demais instituições políticas. Ao contrário, para que as forma de participação ganhem eficácia e legitimidade deve existir espaços institucionais permanentes e com regras bem definidas para o exercício do diálogo entre Estado e sociedade.

O GR-RI propõe a criação de um conselho permanente de consulta, participação e diálogo da sociedade com poder executivo sobre a política externa, num ato disposto pela constituição federal, segundo o qual a política externa é de competência privativa do poder executivo federal do ou da presidente. A instância proposta fundamenta-se nos seguintes pressupostos: (1) a política externa deve contribuir para reduzir as assimetrias e desigualdades econômicas, sociais, culturais e ambientais existentes dentro da sociedade brasileira, entre países da região e no sistema internacional; (2) a política externa pode e deve contribuir para a democratização substantiva do Estado, da sociedade

brasileira e da ordem internacional; (3) a política externa é uma política pública, apoiada pela sociedade e debatida pela opinião pública, amplia a capacidade do Estado pela democratização do processo decisório da política externa brasileira, amplifica o apoio da sociedade, bem como nossa legitimidade e credibilidade junto aos interlocutores e parceiros externos; (4) iniciativas de transparência e disponibilização de informações devem ser sempre adotadas pelo Estado brasileiro a partir do diálogo onde se estabeleçam um conjunto de compromissos, procedimentos e critérios envolvidos na garantia do direito de acesso dos cidadãos a informações públicas.

A composição desse espaço institucional deve garantir que as distintas visões e interesses estejam representados, para que as diferentes propostas possam ser apresentadas e processadas. Nesse sentido, consideramos fundamental a participação equilibrada de representantes dos governos federal, estaduais e municipais, dos empresários, dos trabalhadores, movimentos e organizações sociais e da academia. Essa participação de várias forças política e economicamente representativas daria a musculatura e o peso desejados a esse órgão inovador de participação social, um espaço comum e compartilhado.

O formato institucional, o caráter, o mandato, a periodicidade de reuniões ordinárias, a criação de grupos de trabalhos para temas específicos, a composição em termo de número de participantes e a construção coletiva da agenda de discussões desse órgão de política externa são questões que precisam ser enfrentadas a partir do diálogo entre os atores envolvidos. E poderiam fazer parte da agenda de discussões, a partir desse processo, entre o grupo de reflexão sobre relações internacionais, representantes do governo federal, em especial o ministério das relações exteriores e secretaria geral da presidência da República.

São Bernardo do Campo, 15 de julho de 2013.
Assinam membros do Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais".

Programação

15 de julho – segunda-feira

19h – Sessão de abertura

Prof. Dr. Hélio Waldmann, reitor da Universidade Federal do ABC/UFABC

Luiz Marinho, presidente do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

Iole Ilíada Lopes, vice-presidenta da Fundação Perseu Abramo/FPA, representando o Grupo de Reflexão em Relações Internacionais/GR-RI

Local: Auditório San Tiago Dantas

20h-21h – Conferência Próximos anos: cenários e desafios da Política Externa Brasileira

Embaixador Antonio Patriota, ministro das Relações Exteriores

Coordenação: **Marcio Pochmann**, presidente da Fundação Perseu Abramo

Local: Auditório San Tiago Dantas

21h – Recepção de boas vindas

16 de julho - terça-feira

9h30-12h30 - Painel 1: 2003-2013 - O Brasil frente aos grandes desafios globais

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (2009/2010) e secretário Geral do Itamaraty (2003/2009) no governo do presidente Lula

Pedro Bocca, secretário de Relações Internacionais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/MST

Paulo Fagundes Vizentini, coordenador do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (Nerint) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS

Coordenação: **Matilde Ribeiro**, secretária adjunta de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo/SP

Local: Auditório San Tiago Dantas

14h00 - 17h00 - Painel 2: 2003-2013 - Avanços, impasses e desafios da integração

Maria Regina Soares de Lima, professora de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/IESP/UERJ

Marco Aurélio Garcia, assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidenta da República

Valter Pomar, secretário executivo do Foro de São Paulo e membro do Diretório Nacional do PT

Coordenação: **Renato Martins**, professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana/Unila

Local: Auditório San Tiago Dantas

17h30-20h30 - Painel 3: 2003-2013 - A Política Externa Brasileira e a crise internacional

Adhemar S. Mineiro, economista e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos/DIEESE

Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva, diretor da Área internacional e de Comércio exterior do Banco Nacional de Desenvolvimento/BNDES

Coordenação: **Virgínia Barros**, presidenta da União Nacional dos Estudantes/UNE

Local: Auditório San Tiago Dantas

20h30-21h30 - Conferência: 2003 - início de uma Política Externa "altiva e ativa"

Embaixador Celso Amorim, ministro da Defesa, ex-ministro das Relações Exteriores

Coordenação: **Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior**, professor, coordenador do Bacharelado de Políticas Públicas/UFABC

Local: Auditório San Tiago Dantas

17 de julho - quarta-feira

9h30-12h30 - Mesas simultâneas:

Mesa 1: Política Externa Brasileira e Defesa

Antonio Jorge Ramalho da Rocha, diretor do Instituto Pandiá Calógeras do Ministério da Defesa

André Martin, professor livre docente de Geografia Política da Universidade de São Paulo/USP

Roberto Amaral, primeiro vice-presidente e coordenador de Relações Internacionais do Partido Socialista Brasileiro/PSB

Coordenação: **Cristina Soreanu Pecequilo**, professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP

Local: anfiteatro Maria José de Castro

Mesa 2: Cooperação internacional para o desenvolvimento

Vicente Carlos y Plá Trevas, secretário adjunto de Relações Internacionais e Federativas da Prefeitura de São Paulo/SP

Letícia Pinheiro, professora de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC-RJ

Iara Leite, pesquisadora associada do Articulação SUL

Coordenação: **Milton Rondó Filho**, coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores

Local: anfiteatro Olga Benário

Mesa 3: A Política Externa Brasileira e as novas coalizões internacionais

Graciela Rodrigues, coordenadora do Instituto EQUIT - Gênero, Economia e Cidadania Global, integrante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos/Rebrip

Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota, assessor especial da Assessoria Especial da Presidenta da República

Monica Hirst, professora titular de Relações Internacionais da Universidad Nacional de Quilmes, Argentina

Coordenação: **Kjeld Jakobsen**, consultor em Cooperação e Relações Internacionais

Local: anfiteatro Sérgio Vieira de Mello

Mesa 4: A Política Externa Brasileira e o Meio Ambiente

Francisco Gaetani, secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente

Iara Pietricovsky, atriz, antropóloga, membro do colegiado do Instituto de Estudos Socioeconômicos /INESC

João Paulo Candia Veiga, professor de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo/USP

Coordenação: **Robson Fórmica**, membro da coordenação do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens/MAB

Local: anfiteatro Josué de Castro

Mesa 5: A Política Externa Brasileira vista pelos Países Vizinhos

Aldo Ferrer, professor emérito da Universidade de Buenos Aires, ex-ministro da Economia, Argentina

Damián Osta, gerente geral do jornal La Diaria, Uruguai

Gustavo Codas, economista, ex-diretor geral paraguaio da Itaipu Binacional, Paraguai

Coordenação: **Gonzalo Berrón**, diretor de projetos da Fundação Friedrich Ebert/FES

Local: auditório San Tiago Dantas

14h-17h: Mesas simultâneas:

Mesa 6: A Política Externa Brasileira, comércio internacional, investimentos e assimetrias

Giorgio Romano Schutte, professor, coordenador do curso de Relações Internacionais da UFABC

Marcos Antonio Macedo Cintra, técnico em planejamento e pesquisa do IPEA

Coordenação: **Michelle Ratton**, professora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas/FVG

Local: anfiteatro Olga Benário

Mesa 7: A Política Externa Brasileira e os Entes Federativos

Mónica Salomón, professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Paula Ravanelli, assessora especial da subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Silvio Caccia Bava, diretor e editor-chefe do Le Monde Diplomatique/Brasil

Coordenação: **Oswana Maria F. Fameli**, secretária de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Trabalho da Prefeitura de Santo André/SP

Local: anfiteatro Sérgio Vieira de Mello

Mesa 8: Política Externa Brasileira, Soberania e Direitos Humanos

Camila Asano, representante da Conectas no Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa

Audo Araújo Faleiro, representante da Assessoria Especial de Política Externa da Presidência da República

Rossana Rocha Reis, professora do Departamento de Ciência Política e Instituto de Relações Internacionais/USP

Coordenação: **Carlos Ruiz**, professor da Universidade Estadual da Paraíba/UEPB

Local: anfiteatro Josué de Castro

Mesa 9: A Política Externa Brasileira e as relações com a África

Embaixador Paulo Cordeiro, subsecretário-geral Político III do Ministério das
Relações Exteriores

Eli Alves Penha, professor de geografia política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ

Gilberto Leal, membro da Coordenação Nacional de Entidades Negras/Conen

Coordenação: **Vera Rodrigues**, antropóloga, professora adjunta no Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/Unilab

Local: anfiteatro Maria José de Castro

Mesa 10: A Política Externa Brasileira e a relação com a Sociedade Civil

Deisy Ventura, professora de Direito Internacional do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo/USP

Fátima Mello, diretora da FASE-Solidariedade e Educação e coordenadora da Rebrip

Murilo Komniski, chefe da Assessoria Internacional da Secretaria Geral da Presidência da República

Coordenação: **Rubens Diniz**, diretor executivo do Instituto de Estudos Contemporâneos e Cooperação Internacional/IECint

Local: Auditório San Tiago Dantas

Mesa 11: A Política Externa Brasileira e o Oriente Médio

Carlos Oliveira, chefe da divisão do Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores

Emir Mourad, secretário geral da Federação Árabe Palestina do Brasil/ Fepal

Salem Nasser, professor de Direito Internacional da Escola de Direito de São Paulo/FGV

Coordenação: **Paulo Farah**, diretor da Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes/BibliAspa

Local: Bloco Alfa – sala 203

Mesas de Diálogo

18h-20h - Mesa 1: A Política Externa Brasileira: um diálogo com partidos do Foro de São Paulo

Ricardo Alemão Abreu (Secretaria de Relações Internacionais/ PCdoB)

Valter Pomar, secretário executivo do Foro de São Paulo e membro do Diretório Nacional do PT

Coordenação: **Gilberto Maringoni**, professor adjunto de Relações Internacionais da UFABC

Local: anfiteatro Olga Benário

18h-20h - Mesa 2: As Redes Sindicais e a Política Externa Brasileira

João Cayres, secretário Geral e de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CNM

Fábio Lins, secretário de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Químicos/CNQ

Carlos Alberto Gonçalves, secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Turismo da Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP

Local: anfiteatro Maria José de Castro

18 de julho - quinta-feira

09h-12h - Mesa de Diálogo 3: O futuro da Política Externa Brasileira: desafios e perspectivas

Artur Henrique, presidente do Instituto de Cooperação da CUT e diretor da Fundação Perseu Abramo

Jackson Schneider, vice-presidente executivo da Embraer S. A.

Nelson Pellegrino, deputado federal, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Sebastião Velasco, professor titular de Ciência Política e de Relações Internacionais da UNICAMP

Vera Masagão Ribeiro, diretora executiva da Associação Brasileira de ONGs/ABONG

Maria do Rosário, ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República **Rossana Rocha Reis**, professora do Departamento de Ciência Política e Instituto de Relações Internacionais/USP

Coordenação: **Luiz Dulci**, diretor do Instituto Lula
Local: Auditório San Tiago Dantas

15h-17h - Palestra: Brasil no mundo: mudanças e transformações
Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de honra do Instituto Lula, ex-Presidente da República Coordenação: **Klaus Capelle**, pró-reitor de Pesquisa da UFABC
Local: Auditório San Tiago Dantas

17h-17h15 – Encerramento

2003 - 2013
UMA NOVA POLÍTICA EXTERNA
CONFERÊNCIA NACIONAL

15 A 18 | JULHO | 2013

Universidade Federal do ABC
Campus São Bernardo
Rua Arcturus, 03 - Jardim Antares

INFORMAÇÕES: www.conferenciapoliticaexterna.org.br
www.facebook.com/umanovapoliticaexterna

REALIZAÇÃO

UFABC

GRUPO DE REFLEXÃO SOBRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PARCERIA

SÃO BERNARDO DO CAMPO

FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

Fundação Maurício Grabois

TVT

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG

ABC

CUT 30

Entrega da carta pela criação de um órgão institucional permanente de consulta, participação e diálogo sobre a Política Externa Brasileira. Ricardo Alemão Abreu (Secretaria de Relações Internacionais/ PCdoB), Maria Regina Soares de Lima, professora de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), Embaixador Antonio Patriota, ex-ministro das Relações Exteriores e Artur Henrique, secretário municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo, presidente do Instituto de Cooperação da CUT, e diretor da Fundação Perseu Abramo.

Sessão de abertura. Prof. Dr. Hélio Waldmann, reitor da Universidade Federal do ABC (UFABC)

Conferência: Próximos anos: cenários e desafios da Política Externa Brasileira. Embaixador Antonio Patriota, ex-ministro das Relações Exteriores e Marcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo.

Painel 1: 2003-2013 - O Brasil frente aos grandes desafios globais. Matilde Ribeiro, secretária adjunta da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de São Paulo; Paulo Fagundes Vizentini, coordenador do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (Nerint) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS; Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (2009/2010) e secretário Geral do Itamaraty (2003/2009) no governo do presidente Lula;e Pedro Bocca, secretário de Relações Internacionais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Avanços, impasses e desafios da integração. Maria Regina Soares de Lima, professora de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ); Marco Aurélio Garcia, assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidenta da República; Valter Pomar, secretário executivo do Foro de São Paulo e membro do Diretório Nacional do PT; e Renato Martins, professor da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila).

Painel 3: 2003-2013 - A Política Externa Brasileira e a crise internacional. Adhemar S. Mineiro, economista e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva, diretor da Área Internacional e de Comércio Exterior do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES);e Virgínia Barros, presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Conferência: 2003 - início de uma Política Externa "altiva e ativa". Embaixador Celso Amorim, ministro da Defesa, ex-ministro das Relações Exteriores.

Mesa 2: Cooperação internacional para o desenvolvimento. Iara Leite, pesquisadora associada do Articulação SUL; Letícia Pinheiro, professora de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ); Milton Rondó Filho, coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores; e Vicente Carlos y Plá Trevas, secretário adjunto de Relações Internacionais e Federativas da Prefeitura de São Paulo/SP.

Mesa 4: A Política Externa Brasileira e o Meio Ambiente. Francisco Gaetani, secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente; Iara Pietricovsky, atriz, antropóloga, membro do Colegiado do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC);João Paulo Candia Veiga, professor de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) e Robson Fórmica, membro da coordenação do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens/MAB.

Mesa 1: Política Externa Brasileira e Defesa. André Martin, professor livre docente de Geografia Política da Universidade de São Paulo/USP; Roberto Amaral, primeiro vice--presidente e coordenador de Relações Internacionais do Partido Socialista Brasileiro (PSB) Cristina Soreanu Pecequilo, professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); e Antonio Jorge Ramalho da Rocha, diretor do Instituto Pandiá Calógeras do Ministério da Defesa.

Mesa 5: A Política Externa Brasileira vista pelos Países Vizinhos. Gonzalo Berrón, diretor de projetos da Fundação Friedrich Ebert (FES); Gustavo Codas, economista, ex-diretor geral paraguaio da Itaipu Binacional, Paraguai; Damián Osta, gerente geral do jornal La Diaria, Uruguai; e Aldo Ferrer, professor emérito da Universidade de Buenos Aires, ex-ministro da Economia, Argentina.

Mesa 3: A Política Externa Brasileira e as novas coalizões internacionais. Graciela Rodriguez, coordenadora do Instituto EQUIT - Gênero, Economia e Cidadania Global, integrante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip); Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota, assessor especial da Assessoria Especial da Presidenta da República; Monica Hirst, professora titular de Relações Internacionais da Universidad Nacional de Quilmes, Argentina; e Kjeld Jakobsen, consultor em Cooperação e Relações Internacionais.

Mesa 10: A Política Externa Brasileira e a relação com a Sociedade Civil. Murilo Komniski, chefe da Assessoria Internacional da Secretaria Geral da Presidência da República; Fátima Mello, diretora da FASE-Solidariedade e Educação e coordenadora da Rebrip; Deisy Ventura, professora de Direito Internacional do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP); e Rubens Diniz, diretor executivo do Instituto de Estudos Contemporâneos e Cooperação Internacional/IECint.

Mesa 6: A Política Externa Brasileira, comércio internacional, investimentos e assimetrias. Giorgio Romano, professor, coordenador do Curso de Relações Internacionais da UFABC; Michelle Ratton, professora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FVG); e Marcos Antonio Macedo Cintra, técnico em planejamento e pesquisa do IPEA.

Mesa 8: Política Externa Brasileira, Soberania e Direitos Humanos. Carlos Ruiz, professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Audo Araújo Faleiro, representante da Assessoria Especial de Política Externa da Presidência da República; Rossana Rocha Reis, professora do Departamento de Ciência Política e Instituto de Relações Internacionais/USP; e Camila Asano, representante da Conectas no Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.

Mesa 7: A Política Externa Brasileira e os Entes Federativos. Oswana Maria F. Fameli, secretária de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Trabalho da Prefeitura de Santo André/SP; Silvio Caccia Bava, diretor e editor-chefe do Le Monde Diplomatique/Brasil; Paula Ravanelli, assessora especial da subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Mónica Salomón, professora de Relações Internacionais do departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mesa 11: A Política Externa Brasileira e o Oriente Médio. Carlos Oliveira, chefe da divisão do Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores; Emir Mourad, secretário geral da Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal); Salem Nasser, professor de Direito Internacional da Escola de Direito de São Paulo (FGV) e Paulo Farah, diretor da Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes (BibliAspa).

Mesa 1: A Política Externa Brasileira: um diálogo com partidos do Foro de São Paulo. Ricardo Alemão Abreu (Secretaria de Relações Internacionais/ PCdoB); Valter Pomar, secretário executivo do Foro de São Paulo e membro do Diretório Nacional do PT; e Gilberto Maringoni, professor adjunto de Relações Internacio-nais da Universidade Federal do ABC (UFABC).

3º dia de Conferência.

Mesa 2: As redes sindicais e a política externa brasileira. Fábio Lins, secretário de Relações Internacionais, Confederação Nacional dos Químicos /CNQ; Carlos Alberto Gonçalves, secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Turismo da Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP; e João Cayres, secretário Geral e de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CNM.

Mesa de Diálogo 3: O futuro da Política Externa Brasileira: desafios e perspectivas. Vera Masagão Ribeiro, diretora executiva da Associação Brasileira de ONGs/ABONG; Artur Henrique, secretário municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo, presidente do Instituto de Cooperação da CUT e diretor da Fundação Perseu Abramo; Maria do Rosário, ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Luiz Dulci, diretor do Instituto Lula; Deputado Nelson Pellegrino, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados; Jackson Schneider, vice-presidente executivo da Embraer S. A.; e Sebastião Velasco, professor titular de Ciência Política e de Relações Internacionais (UNICAMP).

Palestra Brasil no mundo: mudanças e transformações. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de honra do Instituto Lula, ex-Presidente da República Federativa do Brasil.

Palestra Brasil no mundo: mudanças e transformações. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de honra do Instituto Lula, ex-Presidente da República Federativa do Brasil.

Ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva com alunos da UFABC que trabalharam na realização da Conferência.

Esta obra foi composta em Minion Pro e Myriad Pro
no formato 15,7 x 22,7 cm, mancha de 11,2 x 19,5 cm
Impresso pela Gráfica e Editora Copiat.

Por que se pode dizer que o Brasil teve uma nova política externa, a partir dos primeiros anos do século XXI? Quais foram seus parâmetros e o que a diferencia das práticas anteriores?

Para tentar responder a essas e outras perguntas, uma série de entidades, partidos políticos, organizações não-governamentais, instituições acadêmicas, de pesquisa e de governo que compõem o Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI) promoveu, em parceria com a Universidade Federal do ABC, a *Conferência Nacional 2003-2013: Uma nova política externa*.

Este livro apresenta uma síntese dessas reflexões memoráveis. E esboça vários caminhos para uma diplomacia altiva e ativa.

ISBN: 978-85-8388-023-3

GRUPO DE REFLEXÃO SOBRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GR-RI

UFABC

BRI
UFABC Bacharelado em Relações Internacionais

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG